

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
Gerência-Geral de Documentação e Informação
Gerência de Informação Legislativa

Manual de indexação dos documentos legislativos

4. ed.

Belo Horizonte
2022

MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Deputado Tadeu Martins Leite
Presidente

Deputada Leninha
1º-Vice-Presidente

Deputado Duarte Bechir
2º-Vice-Presidente

Deputado Betinho Pinto Coelho
3º-Vice-Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes
1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr.
2º-Secretário

Deputado João Vítor Xavier
3º-Secretário

SECRETARIA

Cristiano Felix dos Santos Silva
Diretor-Geral

Luíza Homen Oliveira
Secretária-Geral da Mesa

FICHA TÉCNICA

Gerência de Informação Legislativa:
Cirlene da Silva Paixão
Clélia Márcia Zigoni Magalhães
Maria da Conceição de Oliveira
Paulo de Castro Gonçalves
Silvana de Queiroz Braga

Comitê Gestor do Tratamento Temático:
Cirlene da Silva Paixão
Evania das Graças Faria Amorim
Márcia Milton Vianna
Marília Aparecida Miguel de Souza
Nilson Vidal Prata
Paulo de Castro Gonçalves
Silvana de Queiroz Braga

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
Rua Rodrigues Caldas, 30, Santo Agostinho
CEP: 30.190-921 – Belo Horizonte, Minas Gerais
Telefone: +55 31 2108-7000

M663m Minas Gerais. Assembleia Legislativa. Gerência de Informação Legislativa.
Manual de indexação para documentos legislativos / Cirlene da Silva Paixão...
[et al.]. – 4. ed. – Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas
Gerais, 2022.

144 p.; 28 cm.

1. Indexação – Manual. 2. Informação Jurídica – Indexação. I Título.

CDD: 342
CDU: 396.9(815.1)

(Gerência-Geral de Documentação e Informação)

Agradecimentos

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, especialmente aos **bibliotecários(as) Ana Lúcia Neves Pimenta, Maria Cecília Rubinger de Queiroz, Miriam Cristina Emery Pereira Quites, Marília Faria Alves, Rinaldo de Moura Faria, Rosana Carla Froes, Sayonara Ferreira e Silva, Sheyla Abreu de Brito Mello, Simone Torres de Souza, e Sotéria Lucas Machado** pelo legado deixado por meio da incansável dedicação à indexação dos documentos legislativos.

Sumário

1. Introdução.....	9
1.1. POLÍTICA DE INDEXAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL.....	9
1.1.1. Introdução.....	10
1.1.2. Objetivos.....	11
1.1.3. Os usuários da legislação estadual.....	11
1.1.4. As atribuições dos servidores da ALMG.....	11
1.1.5. O Comitê Gestor de Tratamento Temático.....	13
1.1.5. O tratamento temático da legislação estadual.....	14
1.1.6. Os níveis de especificidade e exaustividade.....	16
1.1.7. O tesouro da ALMG.....	17
1.2. Histórico.....	19
1.3. Fontes oficiais.....	25
1.4. Instrumentos de tratamento.....	26
1.5. Tipos de proposições legislativas.....	27
1.6. Tipos de normas jurídicas.....	28
2. O tratamento temático da informação.....	29
2.1. A indexação.....	30
2.1.1. Leitura documentária.....	30
2.1.2. Extração dos conceitos.....	31
2.1.3. Tradução.....	31
2.1.4. Regras gerais de preenchimento.....	31
2.2. Resumo.....	41
2.2.1 Leitura documentária.....	41
2.2.2. Extração dos assuntos.....	42
2.2.3. Redação.....	42
2.2.4. Regras gerais de preenchimento.....	43
2.2.5. Regras gerais de redação.....	56
2.3. Nomes.....	67
2.4. Evento.....	67
2.5. Apelido.....	68
2.6. Ementa.....	70
2.7. Título Uniforme.....	74
3. Modelos de indexação.....	74
3.1. Documentos acessórios do processo legislativo.....	75
3.1.1. Emendas e substitutivos.....	75
3.1.1.1. Utilidade Pública.....	76
3.1.1.2. Imóvel.....	77
3.1.1.3. Adequação à técnica legislativa.....	79

3.1.1.5. Transforma norma básica em norma alteradora.....	80
3.1.1.6. Requerimentos.....	81
3.1.1.7. Patrimônio Cultural.....	83
3.1.2. Indicação.....	84
3.1.2.1. para Cargo público ou conselho estadual.....	84
3.1.3. Mensagem.....	85
3.1.3.1. Encaminhamento de Proposição.....	85
3.1.3.2. Encaminhamento de concessão para o ICMS.....	87
3.1.3.3. Encaminhamento de convênios do Confaz.....	87
3.1.3.4. Encaminhamento de procedimentos ou informações.....	88
3.1.4. Ofício.....	90
3.1.4.1. Encaminhamento de procedimentos ou informações.....	90
3.1.4.2. Encaminhamento de Decreto Municipal.....	93
3.1.5. Recurso.....	93
3.1.5.1. Recurso contra decisão.....	94
3.1.6. Representação.....	94
3.1.6.1. Representação Parlamentar.....	94
3.1.6.2. Representação Popular.....	94
3.1.7. Requerimento.....	95
3.1.7.1. Pedido de providências e informação.....	95
3.1.7.2. Eventos da ALMG.....	99
3.1.7.3. Eventos de homenagem.....	100
3.1.7.4. Tramitação de proposição.....	101
3.1.7.5. Manifestação.....	104
3.1.7.6. Notas taquigráficas.....	105
3.1.7.7. Transcrição nos anais da ALMG.....	106
3.1.8. Veto.....	106
3.1.8.1. Veto de Projeto de lei que são resumidos.....	107
3.1.8.2. Veto de Projeto de lei que não são resumidos.....	107
3.2. Normas internas da Casa.....	108
3.2.1. Decisão.....	108
3.2.1.1. Adesão de Partido Político a Bloco Parlamentar.....	108
3.2.1.2. Comissão Parlamentar.....	108
3.2.1.3. Substituição do Diretor-Geral.....	109
3.2.1.4. Questões regimentais.....	109
3.2.1.5. Consulta Pública.....	110
3.2.2. Deliberação.....	110
3.2.2.1. Grupo de trabalho.....	110
3.2.2.2. Crédito.....	111
3.2.2.3. Gestão de pessoas.....	111

3.2.2.4. Organização Administrativa.....	112
3.2.3. Ordem de Serviço.....	113
3.2.3.1. Utilização do espaço.....	113
3.2.3.2. Odontológico.....	113
3.2.3.3. Taxas Hospitalares.....	114
3.2.3.4. Programa Assembleia Cultural.....	114
3.2.4. Portaria.....	115
3.2.4.1. Substituição de chefia.....	115
3.2.4.2. Calendário.....	115
3.2.4.3. Câmara de Recursos Administrativos de Pessoal – CRP.....	116
3.2.4.5. Grupo de trabalho.....	117
3.2.4.6. Luto.....	119
3.2.4.7. Abono de falta.....	120
3.2.5. Projeto de Resolução e Resolução.....	120
3.2.5.1. Calamidade Pública ou situação de emergência.....	120
3.2.5.2. Homenagem.....	121
3.2.5.3. Sustação de efeitos de decreto estadual.....	122
3.2.5.4. Aprovação de Contas.....	123
3.2.5.5. Criação de Bancada.....	123
3.2.5.6. Constituição Federal.....	123
3.2.5.7. Licença do Governador e do Vice-Governador.....	124
3.3. Normas jurídicas e proposições legislativas.....	125
3.3.1. Constituição.....	125
3.3.1.1. Emenda à Constituição Estadual.....	125
3.3.2. Decreto de Numeração Especial.....	126
3.3.2.1. Situação de Emergência ou Calamidade Pública.....	127
3.3.2.2. Imóvel.....	129
3.3.2.3. Utilidade Pública para obra em APA.....	130
3.3.2.4. Crédito.....	132
3.3.2.5. Parque estadual (Unidade de Conservação).....	133
3.3.2.6. Transferência da capital do Estado.....	134
3.3.2.7. Luto.....	134
3.3.2.8. Criação de unidade escolar.....	135
3.3.3. Decreto.....	136
3.3.3.1. ICMS.....	136
3.3.3.2. Gratificação de pessoal do Executivo.....	142
3.3.3.3. Estatuto ou regulamento.....	143
3.3.3.4. Regulamentação.....	144
3.3.3.5. Organização Administrativa.....	144
3.3.3.6. Delegação de competência.....	145

3.3.3.7. Gestão de pessoas.....	145
3.3.3.8. Gestão de bens móveis.....	146
3.3.3.9. Política, Programa, Projeto ou Plano Estadual.....	146
3.3.3.10. Programação Orçamentária.....	147
3.3.4. Projeto de Lei Ordinária e Lei Ordinária.....	147
3.3.4.1. Utilidade Pública.....	148
3.3.4.2. Imóvel.....	149
3.3.4.3. Denominação.....	153
3.3.4.4. Crédito.....	154
3.3.4.5. Datas Comemorativas.....	155
3.3.4.6. Campanhas de Conscientização.....	156
3.3.4.7. Homenagem.....	158
3.3.4.8. Capital do Estado.....	159
3.3.4.9. Selo e Certificação.....	160
3.3.4.10. Servidor público.....	160
3.3.4.11. Grupo de Trabalho.....	161
3.3.4.12. Estatuto ou regulamento.....	161
3.3.4.13. Fundos estaduais.....	162
3.3.4.14. Matéria orçamentária.....	163
3.3.4.15. Organização Administrativa.....	165
3.3.4.16. Parque Estadual e Unidade de Conservação.....	168
3.3.4.17. Patrimônio Cultural.....	170
3.3.4.18. Política, Programa, Projeto ou Plano Estadual.....	172
3.3.4.19. Terra devoluta.....	174
3.3.4.20. Polo de Desenvolvimento.....	174
3.3.4.21. Revogação de normas.....	175
3.3.5. Projeto de Lei Complementar e Lei Complementar.....	175
3.3.5.1. Estatuto ou regulamento.....	176
3.3.5.2. Organização Administrativa.....	176
3.3.5.3. Fundos estaduais.....	177
3.3.5.4. Cargos públicos.....	177
4. Conferência.....	178
5. Entidades do SEA.....	179
5.1. Regras gerais de preenchimento.....	179
6. Bibliografia.....	182

1. Introdução

O presente documento trata-se da 4ª edição do Manual de Indexação para documentos legislativos. Ele pretende sistematizar todo o conhecimento sobre indexação acumulado pela Gerência-Geral de Documentação e Informação – GDI –, tornando-se um instrumento facilitador para os servidores que atuam na indexação e recuperação de documentos legislativos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG. Visa, ainda, registrar o histórico de decisões tomadas e contribuir para a transferência de conhecimento e, desta forma, aumentar a qualidade e a coerência da indexação e recuperação da informação.

O manual foi organizado em capítulos que abarcam desde conceitos e definições fundamentais da área até modelos práticos e orientativos de acordo com o tipo de documento a ser indexado. Além da introdução apresentada no capítulo 1, este manual apresenta no capítulo 2 as diretrizes para a indexação de documentos legislativos, no capítulo 3 são enumeradas regras gerais de preenchimento dos campos de indexação, e finalmente, no capítulo 4 são apresentados os modelos de indexação. O manual contempla ainda o capítulo 5 dedicado à indexação de entidades do Sistema de Eventos e Autoridades - SEA.

1.1. POLÍTICA DE INDEXAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Essa política dispõe sobre a indexação de documentos legislativos e institui o Comitê Gestor de Tratamento Temático da Informação Legislativa.

A GDI, no exercício de sua missão institucional, assume a responsabilidade de coordenar com excelência as ações voltadas para a gestão de informações e documentos no âmbito da ALMG. Essa coordenação tem como propósito fundamental oferecer suporte técnico e administrativo aos deputados, aos órgãos e aos servidores da ALMG, garantindo que possam desempenhar adequadamente suas funções legislativas e administrativas. Além disso, busca-se promover o amplo acesso da sociedade às informações e

à memória institucional do Legislativo mineiro, assegurando transparência e preservação do patrimônio documental.

Dentre os objetivos estratégicos da GDI, destaca-se o compromisso com a manutenção da qualidade dos bancos de dados que sustentam o processo legislativo, de modo a assegurar sua precisão e confiabilidade. Cabe, ainda, ao setor, a gestão do vocabulário controlado da legislação estadual mineira, compreendendo sua estruturação, atualização e disponibilização, de forma a garantir a uniformidade terminológica e a eficiência na recuperação da informação legislativa.

Diante dessas atribuições e responsabilidades, a GDI publica a política de indexação da legislação estadual, consolidando as diretrizes que visam à gestão qualificada e ao tratamento temático da informação legislativa.

1.1.1. Introdução

Por meio desta política, ficam instituídos a Política de Indexação da legislação estadual mineira e o Comitê Gestor de Tratamento Temático da Informação Legislativa. A política compreende os aspectos relativos ao processo de indexação temática e as regras gerais de controle de vocabulário.

Para os fins do disposto nesta decisão considera-se:

Tratamento temático: o processo que visa essencialmente representar os assuntos de um documento, com vistas a facilitar a pesquisa e recuperação, utilizando-se de técnicas de indexação e resumos;

Indexação: o processo de análise intelectual de um documento para identificação dos conceitos nele apresentados, que deverão ser traduzidos para os descritores de uma linguagem documentária, para fins de representação e recuperação da informação;

Resumo: a exposição abreviada, sucinta, do conteúdo de um documento, com a finalidade de transmitir uma ideia geral sobre o seu teor;

Documento legislativo: as normas jurídicas estaduais, as proposições do processo legislativo e seus documentos auxiliares, e os pronunciamentos proferidos na ALMG;

Tesouro: linguagem artificial que compreende o conjunto semântico de termos utilizados na indexação de documentos legislativos;

Vocabulário controlado: o mesmo que tesouro.

Por extensão do conceito, também são considerados documentos legislativos estaduais os registros de eventos, as fotografias, as matérias jornalísticas e outras fontes de informação relacionadas às atividades finalísticas da ALMG e registradas em seus bancos de dados.

1.1.2. Objetivos

Os objetivos da política de indexação da legislação estadual são:

- Definir os critérios para a tomada de decisão nos processos de indexação, de modo a minimizar a subjetividade na representação dos documentos;
- Estabelecer diretrizes com o intuito de facilitar a recuperação da informação por assunto, de modo a alcançar, nos sistemas informatizados da ALMG, buscas rápidas e precisas, de forma eficiente e eficaz;
- Aprimorar a gestão do tesouro da ALMG, promovendo a uniformidade da linguagem de indexação.

1.1.3. Os usuários da legislação estadual

Os usuários das bases de dados indexadas conforme as diretrizes desta política são:

- Os deputados estaduais;
- Os servidores da ALMG;
- Os membros ou servidores de entidades públicas;
- Os representantes ou funcionários de instituições privadas;
- Os cidadãos em geral.

1.1.4. As atribuições dos servidores da ALMG

As atribuições dos servidores que realizam as atividades de tratamento temático dos documentos legislativos são:

- Observar as diretrizes desta política;
- Respeitar as normas e os procedimentos contidos nos manuais de tratamento temático da informação legislativa, visando manter a coerência e a qualidade da indexação e do resumo;
- Analisar o conteúdo do documento de forma imparcial, sem julgamento de valor ou emissão de juízo que interfira em sua representação;
- Propor ao comitê o aperfeiçoamento desta política, bem como do tesauro e dos manuais de tratamento temático da informação legislativa;
- Manter comunicação frequente com os servidores responsáveis pela pesquisa e recuperação de informações, com vistas ao disposto no inciso anterior.

A atribuições dos servidores que realizam as atividades de pesquisa e recuperação de informações:

- Conhecer os métodos e os instrumentos de tratamento temático da informação legislativa;
- Propor ao comitê o aperfeiçoamento desta política, bem como do tesauro e dos manuais de tratamento temático da informação legislativa;
- Manter comunicação frequente com os servidores responsáveis pela indexação e pela elaboração dos resumos, com vistas ao disposto no inciso anterior.

À GDI compete a gestão integral do tesauro da ALMG, zelando por sua atualização e manutenção contínua.

Os setores responsáveis pela documentação sujeita ao tratamento temático têm a incumbência de gerir os respectivos bancos de dados, assegurando a organização e a integridade das informações ali contidas.

No que concerne ao processo de integração dos bancos de dados setoriais ao tesauro da ALMG, a GDI exercerá acompanhamento rigoroso,

podendo propor melhorias que visem à otimização do tratamento temático e ao aprimoramento da recuperação da informação legislativa.

Adicionalmente, incumbe ao Comitê Gestor de Tratamento Temático da Informação Legislativa proceder à revisão e à atualização desta política, sempre que se fizer necessário, garantindo sua adequação às demandas institucionais e às melhores práticas documentais.

1.1.5. O Comitê Gestor de Tratamento Temático

Ao Comitê Gestor de Tratamento Temático da Informação Legislativa compete definir e acompanhar políticas e diretrizes estratégicas referentes à representação temática dos documentos legislativos.

O comitê reunir-se-á sempre que necessário, a critério do seu coordenador e as reuniões do comitê serão realizadas com a presença de, no mínimo, metade dos seus integrantes.

O comitê será composto:

- Por três bibliotecários e pelo titular da Gerência de Informação Legislativa, que o coordenará;
- Por dois bibliotecários da Gerência de Atendimento e Pesquisa;
- Por um bibliotecário da Gerência de Memória Institucional.

O titular da GDI participará das reuniões do comitê, sempre que possível.

Ao comitê compete:

- Definir metodologias e padrões para o tratamento temático dos documentos legislativos;
- Elaborar políticas e diretrizes para a recuperação da documentação legislativa;
- Estabelecer metodologias e critérios para a gestão do tesouro da ALMG;
- Promover ações de capacitação com vistas ao aprimoramento de servidores para o desempenho de atividades ligadas à representação temática e à recuperação da informação legislativa.

Ao coordenador do comitê compete:

- Gerir os canais de comunicação com os membros do comitê;
- Receber, encaminhar e acompanhar demandas relativas ao tratamento temático da informação legislativa;
- Elaborar documentos e relatórios que auxiliem a tomada de decisões do comitê;
- Organizar as reuniões do comitê, incluindo a distribuição de tarefas referentes à elaboração de pautas, à convocação dos integrantes e à confecção de atas;
- Prestar apoio aos integrantes do comitê no exercício das atividades relacionadas à representação temática da informação legislativa.

Os membros permanentes dos Comitê Gestor de Tratamento Temático da Informação Legislativa são:

Cirlene da Silva Paixão (GDI)

Evânia das Graças Faria Amorim (GAP)

Karina Costa Carvalho de Paula (GMI)

Márcia Milton Vianna (GIL)

Marília Aparecida Miguel de Souza (GAP)

Nilson Vidal Prata (GDI)

Paulo de Castro Gonçalves (Coordenador)

Silvana de Queiroz Braga (GIL)

Tiago Bortoncello Pianezzola (GIL)

1.1.5. O tratamento temático da legislação estadual

O tratamento temático dos documentos da ALMG se dá por meio da indexação e elaboração de resumos.

A indexação de documentos legislativos tem como objetivos:

- Identificar os principais assuntos tratados nos documentos;
- Agrupar documentos que tratem do mesmo assunto;
- Fornecer pontos de acesso para a recuperação dos documentos.

A indexação deverá seguir, obrigatoriamente, duas etapas:

1. Análise de assunto; e
2. Tradução dos conceitos para os termos autorizados do tesauro da ALMG.

O resumo de documentos legislativos tem como objetivos:

- Indicar, de forma sucinta, o teor de um documento;
- Permitir ao usuário avaliar se um documento contém as informações de que precisa;
- Esclarecer textos obscuros e informações não explícitas;
- Dispensar, sempre que possível, a leitura do texto integral, para efeito de entendimento dos assuntos abordados no documento.

Na elaboração de resumos deve ser utilizada a linguagem natural, observado as regras previstas no manual de trabalho do respectivo banco de dados. A elaboração de resumos deverá observar as recomendações da norma NBR 6028 - Resumo, sendo o modelo "Resumo Indicativo" o indicado para todos os documentos, exceto para casos específicos previstos em manuais de trabalho.

A indexação deverá obedecer a seguinte ordem de citação, desde que todas as categorias estejam presentes no documento:

Tema: o assunto principal e os assuntos secundários de um documento;

Destinatário: a pessoa ou grupo beneficiado ou afetado pelas disposições do documento;

Entidade: pessoa jurídica de direito privado ou de direito público que figure como assunto no documento;

Especificador: termos que funcionam como um qualificativo ou detalhamento adicional de um conceito principal.

Localidade: o local ou âmbito espacial beneficiado ou afetado pelas disposições do documento ou em que estas se aplicam;

Tempo: o ano, período ou qualquer outro intervalo cronológico utilizado como delimitador temporal para aplicação das disposições do documento.

A categoria “tema” é obrigatória e deverá ser utilizada para todos os documentos indexados. As demais categorias deverão ser utilizadas se identificadas no documento a ser indexado, obedecendo às regras definidas nos manuais de indexação. Os conceitos resultantes da análise de assunto deverão ser traduzidos para os termos autorizados do tesauro da ALMG. Os manuais de indexação poderão adotar modelos específicos, de acordo com as características dos documentos.

O resumo deverá ser elaborado sempre que a política de gestão dos bancos de dados o exigir.

Os manuais de indexação dos bancos de dados deverão definir:

- As regras gramaticais e as convenções linguísticas específicas para assegurar a normalização e padronização dos textos; e
- Quais documentos deverão ser resumidos e em que casos o resumo não é necessário.

O resumo em linguagem natural deverá ser composto por uma sequência de frases concisas, afirmativas e dotadas de sentido. Na elaboração de resumos não é permitida a simples enumeração de palavras. Recomenda-se o uso de parágrafo único para o resumo em linguagem natural. A primeira frase do resumo deve ser significativa, de forma a explicar ou elucidar o tema principal do documento. A extensão do resumo dependerá do tratamento que cada assunto recebe no documento, ou seja, se mais ou menos detalhado.

1.1.6. Os níveis de especificidade e exaustividade

A indexação deverá ser tão específica quanto o assunto tratado no documento e tanto quanto permita o tesauro da ALMG. A indexação deverá ser concisa, refletindo apenas os principais assuntos tratados no documento. A indexação de requerimentos deverá contar com apenas 3 (três) descritores da categoria Tema. Por fim, os manuais de indexação deverão estabelecer os critérios para a extração dos assuntos principais, bem como eventuais exceções às regras deste artigo.

O resumo deverá ser exaustivo, refletindo todos os assuntos tratados no documento.

1.1.7. O tesauro da ALMG

O tesauro da ALMG, instrumento de linguagem documentária adotado para representação temática dos documentos legislativos, deverá reunir e controlar a terminologia relevante para o Parlamento mineiro, com o objetivo de reduzir imprecisões nos processos de representação e recuperação da informação legislativa mineira.

Os descritores controlados pelo tesauro são classificados em uma das seguintes categorias:

- Termo tópico;
- Destinatário;
- Nome próprio;
- Especificador;
- Nome geográfico;
- Termo cronológico.

A criação dos novos descritores no tesauros deverá obedecer obrigatoriamente essa classificação, assim definida:

Termo tópico: o assunto principal e os assuntos secundários de um documento;

Destinatário: a pessoa ou grupo beneficiado ou afetado pelas disposições do documento;

Nome próprio: pessoa jurídica de direito privado ou de direito público que figure como assunto no documento;

Especificador: termos que funcionam como um qualificativo ou detalhamento adicional de um conceito principal.

Nome geográfico: o local ou âmbito espacial beneficiado ou afetado pelas disposições do documento ou em que estas se aplicam;

Termo cronológico: o ano, período ou qualquer outro intervalo cronológico utilizado como delimitador temporal para aplicação das disposições do documento.

A relação de hierarquia do Tesauro é composta por 4 (quatro) classes de descritores:

- Tema;
- Destinatários;
- Localidade Geográfica;
- Tempo.

As classes hierárquicas têm o objetivo de facilitar o processo de representação temática, conforme as categorias de análise de assunto tratadas nas políticas públicas, foco de atuação da legislação estadual, e são desdobradas em categorias mais específicas, de forma a refletir a complexidade semântica dos documentos.

Todos os termos da estrutura principal são organizados semanticamente por meio de relações de equivalência, de hierarquia ou associativas.

O Comitê Gestor de Tratamento Temático da Informação Legislativa deverá determinar a abrangência e o nível de especificidade adotados para as classes que compõem o tesauro, de forma a garantir adequação à dinâmica de desenvolvimento das áreas de assunto e às necessidades de representação temática da informação na ALMG.

Um novo termo será incluído no tesauro sempre que um novo conceito constar em documento a ser indexado e os termos disponíveis não permitirem sua adequada representação.

A inclusão de termo no tesauro dependerá da aprovação do comitê.

Os procedimentos adotados para a manutenção do tesauro deverão ser disciplinados em manual próprio, elaborado a partir dos preceitos contidos nas normas técnicas internacionais sobre a matéria, especialmente a ISO 25.946/2011.

À Gerência de Informação Legislativa compete a estruturação e a manutenção do tesauro, de acordo com as diretrizes desta política e as decisões tomadas pelo comitê.

Para subsidiar a estruturação e a manutenção do tesauro, o comitê decidirá de forma imparcial, objetivando o desenvolvimento de um vocabulário controlado que possibilite a representação clara e precisa dos assuntos dos documentos e proporcione facilidade e agilidade na recuperação da informação legislativa.

A GDI prestará assessoria aos setores da ALMG que desejarem utilizar o tesauro para a indexação dos documentos contidos nos respectivos bancos de dados, de forma a promover a padronização das práticas de tratamento temático, em conformidade com as diretrizes desta política.

1.2. Histórico

Com o objetivo de disponibilizar a informação legislativa produzida pela ALMG, foi criado, em 1982, o Sistema de Normas Jurídicas – SNJ – e, em 1987, o Sistema de Matérias em Tramitação – SMA. Ambos os sistemas foram desenvolvidos seguindo a metodologia da Subsecretaria de Análise do Senado Federal, com o suporte computacional do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – Prodasen –, utilizando o programa *Storage and Information Retrieval System – Stairs* – para pesquisa e recuperação de informações.

Atualmente, o SNJ contém dados referenciais de todas as normas jurídicas produzidas no âmbito do processo legislativo mineiro e de decretos do Poder Executivo, a partir de 1835, de forma a alimentar o banco de dados Normas Jurídicas de Minas Gerais - NJMG -, no Portal da ALMG. Quase 70% das normas cadastradas no SNJ dispõem de texto integral e este quantitativo vem crescendo a cada ano, em função do trabalho contínuo de implantação dos textos antigos, de forma a buscar a completude da base de dados. O SMA, por sua vez, contém dados referenciais e texto completo das proposições em tramitação ou apreciadas pela ALMG, a partir de 1959, além de documentos acessórios do processo legislativo (requerimentos, mensagens, ofícios, etc.).

Os dados são disponibilizados no Portal da ALMG, na seção chamada Tramitação de Projetos, também conhecida como Mate.

Voltando à década de 1980, a indexação dos documentos nessas duas bases era realizada utilizando-se o *Thesaurus* do Senado Federal – *Thes*. Entretanto, o *Thes* apresentava carência de termos específicos para a legislação mineira, tendo sido necessária então, a criação do Índice Controlado de Minas Gerais – ICMG –, instrumento complementar ao *Thes*, usado para controlar principalmente os nomes de órgãos/entidades e de cargos/funções dos Poderes do Estado de Minas Gerais, além de programas e fundos do Poder Executivo Estadual. A indexação, na década de 1980, tal como no Congresso, era realizada de modo muito exaustivo, tendo em vista que, inicialmente, funcionava como um substituto do texto, que ainda não podia ser disponibilizado no banco de dados, pois não havia tecnologia para tal.

Em 1996, foi criado o campo “Assunto Geral” para o SMA e, a partir desta data, todas as proposições receberam, retrospectivamente, seus respectivos assuntos gerais. O SNJ já possuía um campo com função similar chamado de “Catálogo”. Neste primeiro momento, os dois sistemas usavam a mesma tabela de assuntos gerais. O Assunto Geral ou Catálogo era uma lista limitada de descritores gerais contemplando os principais assuntos tratados pelo Legislativo mineiro. A confecção dessa lista foi um importante meio de garantir buscas mais genéricas aos bancos de dados, de modo que fosse possível agrupar documentos por assunto, visto que a indexação era, embora exaustiva, muito específica, já que, em grande medida, reproduzia as palavras citadas no texto legal.

Em novembro de 1998, foi implantada uma nova versão do SNJ, agora utilizando-se apenas de recursos computacionais da ALMG. Com uma tecnologia que permitisse o armazenamento e a recuperação textual, foi adotado o sistema *BRS/Search*, um gerenciador de bases de dados que permitiu a integração do banco de dados relacional SNJ com o texto completo da norma jurídica, possibilitando a realização de buscas mais abrangentes e completas. Em 2000, o SNJ foi integrado ao SMA por meio da introdução de

links que relacionavam as normas jurídicas aos projetos de lei que lhes deram origem.

No ano de 2002, o ICMG, que consistia em um documento confeccionado em *Word*, mostrava-se já inviável para o controle dos descritores e de suas relações, devido à sua extensão. Visando solucionar este problema, iniciou-se a fusão do *Thes* com o ICMG para a elaboração do *Thesaurus* da ALMG. Tal unificação deu-se em razão de a equipe de indexadores da Casa perceber a necessidade de adequá-lo às peculiaridades locais, de exercer maior autonomia na sua elaboração, de alcançar maior agilidade de atualização, além de disponibilizar uma versão *on-line* para consulta pelo usuário na Internet. Nesta época, o *Thesaurus* contava apenas com relações de equivalência e associativas. Não havia relações hierárquicas.

Neste trabalho procedeu-se à eliminação dos descritores do *Thes* que não atendiam às especificidades da legislação do Estado, ao mesmo tempo em que ocorreu o levantamento e a inclusão de termos concernentes à competência legislativa privativa estadual. O *Thesaurus* da ALMG foi então criado em uma base de dados gerada no *software* Micro-Isis, a partir da compilação da totalidade dos termos do ICMG, somados aos 8.863 termos selecionados do *Thes*, que caracterizavam 67,61% do total de descritores.

Em 2003, na comemoração do 111º aniversário da Biblioteca Deputado Camilo Prates, vinculada à GDI, houve o lançamento da primeira edição impressa do “*Thesaurus* da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais”. No mesmo ano, o *Thesaurus* foi incorporado ao sistema *BRS/Search*, de modo a permitir a recuperação, no SNJ e no SMA, de termos não autorizados ou equivalentes.

Em 2005, essa funcionalidade passou a ser oferecida também no sítio eletrônico da ALMG para os usuários na Internet. Desse modo, para facilitar a pesquisa, é facultado ao usuário acionar ou não o *Thesaurus* no momento da busca, uma vez que o sistema lhe permite recuperar documentos com termos autorizados ou não, tendo em vista o controle de sinônimos estabelecido previamente.

Em 2007, foi elaborado o “Manual do Banco de Dados Normas Jurídicas de Minas Gerais – NJMG”. O objetivo era dotar a GDI de um instrumento normalizador das decisões tomadas em relação ao modelo de indexação e aos procedimentos de implantação e consolidação das normas jurídicas no banco de dados SNJ. O manual foi dividido em duas partes, sendo que a primeira sistematizava e padronizava as tarefas relacionadas com a alimentação e manutenção das informações no banco, e a segunda procurava estabelecer uma política de indexação, incluindo modelos padronizados e observações sobre assuntos específicos. A segunda edição do manual foi publicada em 2011, seguindo a mesma estrutura da primeira, apenas atualizando algumas regras e prevendo campos novos que haviam sido criados.

Em 2009, a ALMG foi o primeiro órgão do legislativo brasileiro a fazer parte da Rede de Informação Legislativa e Jurídica – LexML –, do Senado Federal. A partir de então, os dados referenciais e de texto completo passaram a ser enviados ao Senado, com o objetivo de serem disponibilizados na plataforma. Neste mesmo ano, o campo “Catálogo”, no SNJ, teve a denominação alterada para “Assunto Geral”, de modo a assemelhar-se com a nomenclatura do campo no SMA. No entanto, ambos já contavam com tabelas distintas de descritores, o que dificultava a recuperação.

Em 2010, foi elaborado o “Manual de Indexação da Gerência de Acompanhamento de Atividades Legislativas – GAAL” para o SMA. Neste mesmo ano, iniciou-se um trabalho de indexação e inclusão de assuntos gerais em todas as proposições, desde 1955. O manual foi atualizado em 2012, data do lançamento da segunda edição, com a mudança de algumas regras e modelos.

Em 2014, no âmbito do planejamento setorial da GDI, foram implementadas ações com o objetivo de aperfeiçoar a representação e recuperação da informação, entre elas, o estabelecimento de uma política de indexação e a reestruturação do *Thesaurus* por meio da implementação das relações hierárquicas e do aprimoramento das relações de equivalência e associativas.

Em setembro de 2014, foi criado um grupo de trabalho denominado “Comitê Gestor do *Thesaurus* e da Política de Indexação”, com o objetivo de elaborar políticas e diretrizes para o tratamento temático e a recuperação da informação legislativa, e aprovar as metodologias e os critérios para remodelar e manter constantemente atualizado o *Thesaurus* da ALMG. O comitê foi composto por bibliotecários de diferentes gerências da GDI com o objetivo de possibilitar um olhar tanto de profissionais que atuam na indexação, quanto daqueles que atuam na recuperação da informação. Buscou-se, desta forma, possibilitar um diálogo entre as necessidades dos usuários observadas nas demandas de atendimento, bem como o aprimoramento das estratégias de busca por meio do conhecimento das metodologias e linguagens de indexação utilizadas.

Em janeiro de 2015, a base de dados do *Thesaurus* foi migrada do *software* Micro-Isis para o Sistema de *Thesauros* – STH –, desenvolvido pela Gerência-Geral de Tecnologia da Informação – GTI. A gestão do *Thesaurus* em um banco de dados com tecnologia mais avançada facilitou a estruturação hierárquica dos termos, permitiu maior controle e consistência no estabelecimento de relações semânticas, bem como proporcionou a exibição de termos de forma sistemática. Neste mesmo ano, o Comitê Gestor do *Thesaurus* realizou um estudo e elaborou a primeira edição da “Política de indexação dos documentos legislativos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais”, estabelecida por meio da Decisão da GDI nº 1, de 08 de abril de 2015. O instrumento teve como objetivo criar diretrizes para a indexação e reestruturação do *Thesaurus*. Foi realizado ainda um estudo sobre as metodologias para a reestruturação do *Thesaurus* a partir da leitura da norma ISO 25.964-1:2011 e da consulta a outras obras de referência sobre o assunto. Deste estudo foi elaborado o “Manual do *Thesaurus* da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - TALMG -”.

Em 2016, foram definidas novas categorias de Assunto Geral, fruto do trabalho de compatibilização das tabelas usadas para normas jurídicas e proposições legislativas. Ao adotar uma nova e única tabela, ajustes foram efetuados nos bancos de dados, de modo que os registros refletissem os

assuntos da tabela. Foram alterados 44.886 assuntos gerais no SNJ e 30.171 no SMA, totalizando 75.057 termos modificados.

Em 2017, foi publicada a terceira edição do manual do SNJ, intitulado “Manual de Alimentação do Banco de Dados Normas Jurídicas de Minas Gerais – SNJ –”. Houve uma considerável mudança de estrutura, com a saída da segunda parte, que tratava da política de indexação, atendo-se o documento apenas ao tratamento físico das normas jurídicas. Em maio de 2017, dentro da nova sistemática de avaliação de desempenho dos setores da Assembleia, a GDI criou o indicador “Índice de Produtividade na Estruturação do *Thesaurus* da ALMG”, com o objetivo de estruturar 6% (equivalente a cerca de 1.000 termos) no tesauro, até o final deste mesmo ano, com a previsão de finalizar todo o processo em 2023, totalizando 8 anos de trabalho. Em julho de 2017, foi desenvolvida a versão 1.6.0 do STH, em que novas funcionalidades foram implementadas, a pedido da GDI, como a criação do módulo de relatórios e a inclusão de campos específicos para descrição de atributos dos termos. Ainda em 2017, foi refeita uma análise na tabela de assunto geral, o que levou a alteração de 48 descritores da tabela, além da exclusão de 31 e a inclusão de 11 novos assuntos gerais. Neste mesmo ano, a tabela de Assunto Geral foi migrada para o STH, a fim de possibilitar maior controle dos termos e facilitar o acesso a todos os usuários. Ainda em 2017, a Secretaria-Geral Adjunta da Mesa procurou a GDI com o intuito de que fossem indexados todas as entidades do Sistema de Eventos e Autoridades - SEA -, visíveis no Silegis, utilizando as classes do STH.

Em 2018, o Comitê Gestor do *Thesaurus* lançou a Decisão da GDI nº 2 de 10/08/2018, que consistiu na revisão da “Política de indexação dos documentos legislativos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais”. A revisão teve como finalidade dar uma maior objetividade à prática de indexação, definindo-se categorias e ordem de citação.

Em 2020, devido ao distanciamento social imposto pela Pandemia da Covid-19 e com a implementação provisória do teletrabalho pela ALMG, no âmbito do Plano de Melhorias, foi feito um mutirão com bibliotecários de diferentes setores da GDI com o objetivo de estruturar 12 das 23 áreas

temáticas do *Thesaurus*. Este trabalho foi concluído em 2021. Ainda em 2021, o Comitê Gestor do Thesaurus, no âmbito do Direcionamento Estratégico: Indexação Institucional, promoveu a atualização da Política de Indexação, com a elaboração da Decisão da GDI nº 3, de 31/4/2022. A nova decisão extinguiu os campos: “Assunto Geral”, “Tema” e “Município” dos bancos de dados SNJ e SMA, concentrando a descrição temática em um novo campo chamado “Indexação”. O resumo estruturado, que até então era elaborado no campo “Indexação”, passou a ser preenchido no campo “Resumo”, utilizando-se da linguagem natural. Em 2022, o Comitê Gestor empreendeu a revisão do manual de indexação, com base na nova política de indexação, que resultou na 4ª edição do presente manual. Em janeiro de 2023, a equipe da GIL passou a implementar a nova metodologia. Os campos “Assunto Geral”, “Tema” e “Município” passaram a não ser preenchidos, mas seus dados continuarão sendo preservados nos bancos de dados. Em 2024, deu-se início um trabalho de revisão das classes temáticas do tesauro pela Consultoria Temática da Casa, com a estrutura da área de Educação como piloto.

1.3. Fontes oficiais

As fontes, em sua maioria, são jornais mantidos pelos órgãos estaduais para publicar proposições, normas e atos oficiais da administração pública executiva, legislativa e judiciária, atualmente disponíveis na Internet. Nestas fontes se encontram publicados os documentos legislativos que deverão ser indexados e resumidos. Segue abaixo a lista das fontes que devem ser consultadas diariamente pelo indexador:

Diário do Executivo (caderno do Diário Oficial “Minas Gerais”): periódico onde são publicadas as normas jurídicas, normalmente na seção “Leis e Decretos”, de responsabilidade do Poder Executivo Estadual de Minas Gerais.

Diário da Justiça: periódico onde são publicadas as ações diretas de inconstitucionalidade (ADI’s), mantido pelo Supremo Tribunal de Justiça (STF).

Diário do Legislativo: periódico onde são publicadas as proposições legislativas, normalmente nas seções “Recebimento de Proposições”, “Atas” e “Tramitação de Proposições”, e, eventualmente, normas jurídicas, mantido pela ALMG.

Diário Administrativo: periódico, publicado na Intranet, onde são publicados os atos administrativos normativos da ALMG.

Consulta aos bancos de dados MATE e NJMG: uma fonte importante de

Fontes de consulta: Considerando a dificuldade de entendimento de certos temas, dependendo da complexidade da matéria tratada no documento legislativo, outras fontes devem ser consultadas, a fim de garantir a indexação mais precisa possível, tais como: notícias publicadas no Portal e boletins eletrônicos da ALMG, notícias de outros veículos de comunicação sobre o projeto ou norma, a seção “Entenda a norma”, publicada na seção de Legislação do Portal da ALMG e o Clipping.

1.4. Instrumentos de tratamento

Os instrumentos de tratamento da informação são políticas, manuais e linguagens com o objetivo de definir regras e diretrizes para a prática de tratamento temático da informação. Os instrumentos são:

Política de Indexação dos documentos legislativos: documento que contempla as diretrizes, os objetivos e os principais aspectos relativos ao processo de indexação, bem como as regras gerais para estruturação do Thesaurus da ALMG.

Manual de Indexação dos Documentos Legislativos: documento normalizador que traz as regras e modelos de indexação adotados para representação temática dos documentos legislativos.

Manual do *Thesaurus* da Assembleia Legislativa: documento que define as diretrizes adotadas com o objetivo de nortear o trabalho de reformulação e manutenção do *Thesaurus* da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Thesaurus da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

instrumento que apresenta a relação de descritores necessários à representação temática dos assuntos tratados pelos documentos legislativos, visando o adequado controle terminológico, de modo a garantir o alto desempenho nos processos de indexação e recuperação da informação.

1.5. Tipos de proposições legislativas

Os tipos de proposições legislativas encontram-se disponíveis na tabela abaixo. Aqui se encontram o tipo da proposição, sua sigla, a situação, se continua ativa ou foi extinta, se deve ser indexada ou não e se deve ser resumida ou não.

Proposição	Sigla	Situação	Indexada	Resumo
Comunicação	CMC	Ativo	Sim	Sim
Denúncia	DEN	Ativo	Sim	Sim
Impugnação	IMP	Extinto	Não	Não
Indicação	IND	Ativo	Sim	Não
Mensagem	MSG	Ativo	Sim	Não
Ofício	OFI	Ativo	Sim	Não
Ofício da Defensoria Pública	ODP	Extinto	Não	Não
Ofício da Procuradoria-Geral de Justiça	OPJ	Extinto	Não	Não
Ofício de Comissão	OFC	Extinto	Não	Não
Ofício do Governador do Estado	OGE	Extinto	Não	Não
Ofício do Superior Tribunal de justiça	OSJ	Extinto	Não	Não
Ofício do Tribunal de Contas	OTC	Extinto	Não	Não
Ofício do Tribunal de Justiça	OTJ	Extinto	Não	Não
Ofício do Tribunal de Justiça Militar	OTM	Extinto	Não	Não
Ofício do Tribunal Eleitoral	OTE	Extinto	Não	Não
Ofício do Vice-Governador do Estado	OVG	Extinto	Não	Não
Projeto de Lei	PL	Ativo	Sim	Sim
Projeto de Lei Complementar	PLC	Ativo	Sim	Sim

Projeto de Lei Constitucional	PCO	Extinto	Não	Não
Projeto de Lei Delegada	PLD	Ativo	Sim	Sim
Projeto de Resolução	PRE	Ativo	Sim	Sim
Proposta de Ação Legislativa	PLE	Ativo	Não	Não
Proposta de Emenda à Constituição	PEC	Ativo	Sim	Sim
Recurso	REC	Ativo	Sim	Sim
Relatório de Evento Institucional	REL	Ativo	Sim	Sim
Representação	RPR	Ativo	Sim	Sim
Representação Popular	REP	Ativo	Sim	Sim
Requerimento de Anexação de Distrito	RQA	Extinto	Não	Não
Requerimento de Comissão	RQC	Ativo	Sim	Não
Requerimento de Emancipação	RQE	Extinto	Não	Não
Requerimento Numerado	RQN	Ativo	Sim	Não
Requerimento Ordinário	RQO	Extinto	Não	Não
Requerimento sem Número	RQS	Extinto	Não	Não
Veto	VET	Ativo	Sim	Sim
Emenda	-	Ativo	Sim	Sim
Subemenda		Ativo	Sim	Sim
Substitutivo	-	Ativo	Sim	Sim

1.6. Tipos de normas jurídicas

Os tipos de normas jurídicas encontram-se disponíveis na tabela abaixo. Aqui se encontram o tipo de norma, sua sigla, a situação, se continua ativa ou foi extinta, se deve ser indexada ou não, e se deve ser resumida ou não.

Norma	Sigla	Situação	Indexada	Resumo
Ato das disposições Constitucionais Transitórias	ADT	Ativo	Sim	Sim
Constituição	CON	Ativo	Sim	Sim
Decisão Conjunta	DCJ	Ativo	Sim	Sim
Decisão	DCS	Ativo	Sim	Sim

Decisão Normativa da Presidência	DNP	Ativo	Sim	Sim
Decreto	DEC	Ativo	Sim	Sim
Decreto com Numeração Especial	DNE	Ativo	Sim	Não
Decreto sem Número	DSN	Extinto	Sim	Sim
Decreto-Lei	DEL	Extinto	Sim	Sim
Deliberação	DLB	Ativo	Sim	Sim
Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19	DCE	Ativo	Sim	Sim
Emenda à Constituição	EMC	Ativo	Sim	Sim
Instrução Normativa da Diretoria-Geral	IDG	Extinto	Sim	Sim
Lei	LEI	Ativo	Sim	Sim
Lei Adicional	LEA	Extinto	Sim	Sim
Lei Complementar	LCP	Ativo	Sim	Sim
Lei Constitucional	LCO	Extinto	Sim	Sim
Lei Delegada	LDL	Ativo	Sim	Sim
Ordem de Serviço	OSV	Ativo	Sim	Sim
Portaria	PRT	Ativo	Sim	Sim
Portaria Conjunta	PTC	Ativo	Sim	Sim
Portaria sem Número	PSN	Extinto	Sim	Sim
Resolução	RAL	Ativo	Sim	Sim
Resolução Sem Número	RSN	Extinto	Sim	Sim

2. O tratamento temático da informação

O tratamento temático da informação legislativa no âmbito da ALMG ocorre de duas formas, pela indexação e pela elaboração de resumos em linguagem natural. Além dessas duas formas, há outras informações acessórias, como nomes, eventos e apelidos, que ajudam a representar tematicamente o documento legislativo e também são abordados neste manual. A seguir são enumerados os campos indexadores e as respectivas regras de preenchimento aplicáveis ao SNJ e ao SMA.

2.1. A indexação

A indexação deve ser realizada em duas etapas, uma de análise de assunto e outra de tradução. A análise de assunto, por sua vez, possui dois momentos, o primeiro compreendido pela leitura e o segundo pela extração dos conceitos. A etapa de tradução deve ser realizada utilizando-se o Tesauro da ALMG.

2.1.1. Leitura documentária

A leitura documentária deve ser realizada em todo o documento legislativo, de forma atenciosa e reflexiva, e, em se tratando de proposição, estendendo-a a justificativa. A leitura documentária, diferentemente da leitura comum, exige técnicas para sua execução, bem como capacitação profissional, conhecimento e experiência. Para que a leitura seja mais objetiva, deve ser empreendida tendo em vista os seguintes questionamentos:

- A. O documento cria ou altera norma existente?
- B. Se ela altera norma existente, do que trata a norma alterada? O assunto principal continua o mesmo?
- C. Se cria uma norma básica, do que trata? Qual é o seu assunto principal?
- D. Que tipo de imposição a norma prevê? Define obrigações, proibições ou permissões?
- E. Estabelece direitos para pessoas físicas ou jurídicas? Elas figuram como assunto principal da norma?
- F. Destina-se a regular algum material ou produto? Eles figuram como o assunto principal da norma?
- G. A norma estabelece um período de tempo? Qual a duração ou o prazo? Essa informação é importante para a norma?
- H. Onde a norma se aplica? A todo o estado de Minas Gerais ou a alguns municípios específicos? É relevante para representar o documento?

Após a extração dos conceitos, outras perguntas podem ser feitas, com o objetivo de se colocar no papel de um leitor e perguntar a si mesmo:

- A. Você procuraria por esses assuntos para encontrar esse tipo de material?
- B. Você estaria satisfeito se procurasse material sobre este assunto e encontrasse este documento?
- C. A representação dos assuntos reúne o documento com outros documentos similares?
- D. A representação dos assuntos define a essência e o espírito do documento?
- E. A representação dos assuntos indica o que é essencial ou exclusivo sobre o documento?

2.1.2. Extração dos conceitos

A extração dos conceitos deve se nortear tendo como base, as principais categorias do Tesauro da ALMG: Tema; Destinatário; Matéria; Espaço e Tempo.

A seguir são definidas cada uma das categorias:

Tema: termo tópico tratado pelo documento.

Destinatário: pessoa física sujeita às proibições e obrigações previstas no texto legal.

Matéria: apresentação material de um objeto.

Lugar: âmbito de aplicação espacial do documento legislativo, exceção dos municípios mineiros.

Tempo: âmbito de aplicação temporal do documento legislativo.

2.1.3. Tradução

Dentro da **aba Indexação do SNJ e SMA**, pode ser acessado o Tesauro da ALMG. O produto da análise de assunto, ou seja, da leitura do documento legislativo e da extração dos conceitos deve ser traduzido com base nos termos autorizados do Tesauro da ALMG, sendo **terminantemente vedada** a utilização de descritor não autorizado.

2.1.4. Regras gerais de preenchimento

Encontram-se abaixo disponíveis as regras gerais para a indexação, tanto de normas jurídicas, quanto de proposições legislativas. Regras específicas para cada tipo de documento podem ser encontradas no capítulo 3.

2.1.4.1. A indexação deve ser **seletiva**, de modo a representar apenas os assuntos principais do documento. Os assuntos periféricos devem ser representados no campo “Resumo”. Por exemplo:

PL 3663 2022

Ementa: Dispõe sobre a inclusão de curso de capacitação de alunos e profissionais da educação para atuarem em situações de risco nas escolas públicas estaduais de Minas Gerais.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/Segurança Pública/[...]/**Violência nas Escolas**

Thesaurus/**Tema**/Educação/[...]/**Ensino Público**

Resumo:

Propõe a inclusão de treinamento em situações de risco nas escolas estaduais, para alunos como para profissionais da educação. Determina que a Secretaria de Estado de Educação - SEE -, e sua Superintendência, juntamente com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais - CBMMG - e a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG - trabalharão em conjunto para oferecer o treinamento necessário.

2.1.4.2. A indexação deve ser empregada pelo termo mais **específico** autorizado pelo tesauro, que mais precisamente represente o assunto do documento. Existindo um termo pré-coordenado, por exemplo, “Saúde da Mulher”, não se deve pós-coordená-los: “Saúde” e “Mulher”.

LEI 23.994/2021

Ementa: Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.335, de 20 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a assistência integral, pelo Estado, à saúde reprodutiva da mulher e do homem.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/Saúde Pública/Saúde da Mulher/**Fertilidade**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Mulher**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Detento**

2.1.4.3. Quando uma norma ou matéria tratar de mais de um assunto, deve-se abrir uma entrada autônoma para cada um (linhas separadas).

LEI 24.036/2022

Ementa: Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/Trabalho, Emprego e Renda/[...]/**Reajuste Salarial**

Thesaurus/**Tema**/Administração Pública/[...]/**ALMG**

2.1.4.4. Quando uma norma ou matéria tratar de mais de um assunto da mesma classe: *Tema, Destinatários, Localidade e Tempo*, ela poderá se repetir. Por exemplo:

PL 3.583/2022

Ementa: Estabelece o direito do idoso, da pessoa com deficiência e da mulher desacompanhada de solicitarem a parada imediata dos ônibus de transporte coletivo intermunicipal, de competência executiva do DER-MG, entre as 21 horas e as 5 horas.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Transporte Coletivo Intermunicipal**

Thesaurus/**Tema**/Segurança Pública

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Idoso**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Pessoa com Deficiência**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Mulher**

2.1.4.6. Um órgão ou entidade só será assunto de uma norma ou proposição quando tratar de questões estruturantes da própria organização, como mudanças com relação à gestão de pessoas (reajuste salarial, gratificações, etc.) ou alterações organizacionais (organização administrativa, reforma, regulamento, regimento, convênio, etc). Quando o documento tratar do assunto de sua competência, ainda que cite nomes próprios de um órgão ou entidade, ele **não** deve figurar como o assunto do documento. Por exemplo:

PL 3.699/2016

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de telas e gaiolas de proteção em passarelas e viadutos das rodovias estaduais administradas pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER-MG -, bem como naquelas sob concessão à iniciativa privada.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/Transporte e Trânsito/[...]/**Segurança no Trânsito**

Thesaurus/**Tema**/Transporte e Trânsito/[...]/**Rodovia**

RQN 201 2023

Ementa: Requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a urgente recuperação da Rodovia LMG-878, entre Cordislândia e São Gonçalo do Sapucaí, que se encontra em péssimo estado de conservação.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/Transporte e Trânsito/[...]/**Rodovia**

Thesaurus/**Tema**/Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/**Cordislândia**

DECRETO 47.855/2020

Ementa: Altera o quantitativo e a distribuição de cargos de provimento em comissão, funções gratificadas e gratificações temporárias estratégicas no âmbito do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Função Gratificada**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Gratificação (Vantagem Pecuniária)**

Thesaurus/**Tema**/Administração Pública/[...]/**Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER-MG)**

2.1.4.7. Quando o assunto de uma norma ou proposição tratar de questões estruturantes da própria organização, como mudanças com relação à gestão de pessoas (reajuste salarial, gratificações, etc.) ou alterações organizacionais (organização administrativa, reforma, regulamento, regimento, convênio, etc), devem ser indexadas pelo nome do órgão ou entidade, dentro de Administração Pública e pela alteração que está sofrendo, seja administrativa ou trabalhista. Para esses casos, não se deve indexar pela área de atuação dos órgãos ou entidades. Por exemplo:

RQN 657/2023

Ementa: Requerem seja encaminhado à secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública - Sejusp pedido de informações consubstanciadas no número total de aprovados no concurso público da Polícia Penal de Minas Gerais, regido pelo Edital Sejusp nº 2/2021, que já estão participando das etapas sequenciais do concurso, tendo em vista que os dados apresentados pelo representante da referida pasta, na audiência pública que teve a finalidade de debater "a viabilidade da convocação dos excedentes do concurso público da Polícia Penal de Minas Gerais - Edital Sejusp 2/2021 - para o Curso de Formação Técnico-Profissional - CFTP - e posterior nomeação ao cargo de policial penal" diverge com relação ao aporte de recursos e o número de aprovados até a presente data.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/Administração Pública/[...]/**PPMG**

Thesaurus/**Tema**/Trabalho, Emprego e Renda/[...]/**Concurso Público**

RQN 2236/2023

Ementa: Requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Betim pedido de providências para a nomeação de todos os candidatos aprovados no concurso em vigor da rede municipal de ensino para o preenchimento dos cargos vagos existentes, conforme encaminhamento da 7ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 22 de maio de 2023, que debateu o assunto.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/Administração Pública/[...]/**Prefeitura Municipal**
Thesaurus/**Tema**/Trabalho, Emprego e Renda/[...]/**Concurso Público**
Thesaurus/**Tema**/Municípios e Des.../[...]/**Betim**

2.1.4.8. A classe tema é obrigatória para a indexação de todos os documentos legislativos. As demais classes serão utilizadas se forem relevantes na representação dos assuntos do documento. Por exemplo:

RQN 10882/2022

Ementa: Requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Uberaba pelo aniversário desse município.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Manifestação**

Thesaurus/**Tema**/Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/**Uberaba**

2.1.4.9. Caso algum descritor não seja contemplado no vocabulário controlado, deve-se indexar pelo termo mais específico autorizado. No entanto, deve-se sempre avaliar a necessidade de criação do descritor e, se for o caso, submetê-lo à aprovação do Comitê Gestor de Tratamento Temático.

RQN 8896/2021

Ementa: Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação - SEE - pedido de providências para que se dê início imediato ao processo de reforma da Escola Estadual Manoel Cordeiro Lúcio, no Município de Caratinga.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Obras e Serviços de Engenharia**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Estabelecimento de Ensino**

Thesaurus/**Tema**/Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/**Caratinga**

2.1.4.10. Quando a norma tratar do Estado de Minas Gerais como um todo, não usar o descritor "Minas Gerais (MG)". Esse descritor deve ser utilizado para diferenciar o Estado de Minas Gerais de outras unidades da federação. No entanto, quando a norma tratar de municípios específicos, esses deverão ser indexados. Exemplo:

PL 3588/2022

Ementa: Institui a Política Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca de Minas Gerais e dá outras providências.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Seca**

RQN 8360/2021

Ementa: Requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre o alcance e a implementação do tratamento de água e esgoto no Município de Caratinga, bem como sobre os critérios de cobrança das tarifas de água e esgoto nesse município.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/Saneamento básico/[...]/**Tratamento de Água**

Thesaurus/**Tema**/Finanças Públicas/[...]/**Taxa**

Thesaurus/**Tema**/Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/**Caratinga**

2.1.4.11. Quando a norma citar um município sede de algum órgão ou entidade, mas que não for objeto da proposição ou norma, ele não deve figurar na indexação. O município deve ser indexado apenas se ele for o local ao qual se destina uma regra ou um pedido de providência ou informação. Exemplo:

RQC 2809/2023

Ementa: Requer seja encaminhado à Polícia Federal em **Montes Claros** e ao Ministério Público Federal em **Belo Horizonte** pedido de providências para que seja devidamente responsabilizada a empresa Rio Rancho Agropecuária S.A. e seus sócios pelo desmatamento do bioma de cerrado, invasão e grilagem em territórios da Comunidade Tradicional Geraizeira denominada Núcleo Tingui, no Município de **Grão-Mogol**.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Desmatamento**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Grilagem**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Povos e Comunidades Tradicionais**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Grão-Mogol**

2.1.4.12. A Indexação de uma norma deve ser a mesma do projeto que lhe deu origem, exceto se o projeto apresentar modificações na matéria tratada, por meio de emendas e/ou substitutivos durante sua tramitação. A indexação de normas de efeito concreto sempre será igual as proposições que lhe deram origem.

PL 3392/2021

Ementa: Fixa o percentual relativo aos anos de 2020 e 2021 para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Reajuste Salarial**

Thesaurus/**Tema**/Administração Pública/[...]/**Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG)**

LEI 24.038/2022

Ementa: Fixa o percentual, relativo aos anos de 2020 e 2021, para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Reajuste Salarial**

Thesaurus/**Tema**/Administração Pública/[...]/**Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG)**

2.1.4.13. Ao indexar uma proposição, o indexador deverá verificar se a mesma foi anexada a outra proposição, de modo a manter a coerência na indexação entre ambas, sempre que for possível. Se o texto for exatamente o mesmo em ambas as proposições, como geralmente ocorre em requerimentos, a indexação também deverá ser a mesma.

PL 1816/2023

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de água potável para o público em "shows" e eventos públicos e privados no Estado de Minas Gerais, nos termos que especifica.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Defesa do Consumidor**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Evento Cultural**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Evento Esportivo**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Vigilância em Saúde Pública**

PL 1736/2023

Ementa: Estabelece diretrizes para a proteção da saúde dos consumidores em "shows", festivais e eventos de grandes proporções.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Defesa do Consumidor**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Evento Cultural**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Evento Esportivo**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Vigilância em Saúde Pública**

2.1.4.14. Ao indexar normas jurídicas originárias do processo legislativo, o indexador deverá verificar a indexação da proposição que lhe deu origem, fazendo as adaptações necessárias em virtude de alterações durante a tramitação do projeto. A indexação da proposição deve ser atualizada caso modificações tenham sido identificadas no texto. Obrigatoriamente todos os assuntos da lei precisam constar na proposição.

PL 328/2019

Ementa: Prioriza o atendimento de pessoas com problemas renais e pessoas transplantadas no Estado e dá outras providências.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Defesa do Consumidor**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Doente**

LEI 23902/2021

Ementa: Dispõe sobre o atendimento prioritário às pessoas que menciona nos serviços de atendimento ao público dos estabelecimentos públicos e privados localizados no Estado.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Defesa do Consumidor**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Doente**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Pessoa com Deficiência**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Idoso**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Mulher**

PL 328/2019

Ementa: Prioriza o atendimento de pessoas com problemas renais e pessoas transplantadas no Estado e dá outras providências.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Defesa do Consumidor**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Doente**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Pessoa com Deficiência**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Idoso**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Mulher**

2.1.4.15. Ao indexar emendas e substitutivos, o indexador deverá incluir novos assuntos introduzidos em virtude de alterações durante a tramitação do projeto. A indexação da proposição, assim, deve ser atualizada caso modificações tenham sido identificadas no texto. Nenhum assunto deve ser retirado do campo, mesmo que uma emenda ou um substitutivo o tenha retirado do texto. As emendas e os substitutivos não numerados, encaminhados via mensagem, pelo governador, não devem ser indexados. Os demais, sim.

PL 3012/2021**Texto:**

Art. 1º – Fica a cavalgada declarada patrimônio cultural imaterial do Estado.

Art. 2º – Fica instituído o dia 12 de outubro como Dia Estadual da Cavalgada.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Patrimônio Cultural**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Calendário**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Pecuária**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Hipismo**

LEI 23902/2021

Parecer: Quanto à instituição do dia estadual da cavalgada, a ser comemorado no dia 12 de outubro, ainda que seja uma iniciativa que guarde coerência entre a relevância cultural, há impedimentos de ordem legal para que a matéria tramite nesta Casa. Embora o estado detenha competência residual para legislar sobre o tema, o projeto de lei em estudo não preenche os requisitos exigidos pela Lei estadual nº 22.858, de 8 de janeiro de 2018, razão pela qual incorre em vício de legalidade.

Texto do Substitutivo nº 1:

Art. 1º – Fica a cavalgada declarada patrimônio cultural imaterial do Estado.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Patrimônio Cultural**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Calendário**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Pecuária**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Hipismo**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Proteção aos Animais**

2.2.4.16. Ao indexar uma norma alteradora, é obrigatório fazer a revisão da indexação da norma alterada e incluir um novo descritor, se for o caso, mas não devem ser excluídos os descritores já existentes. Por exemplo:

LEI 23.631/2020

Ementa: Dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada por coronavírus.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/Saúde Pública/[...]/**Pandemia**

Thesaurus/**Tema**/Saúde Pública/[...]/**Covid-19**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Mulher**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Negro**

LEI 23.660/2020

Ementa: Acrescenta artigo à Lei nº 23.631, de 2 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada por coronavírus.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Pandemia**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Covid-19**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Mulher**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Negro**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Idoso**

LEI 23.631/2020

Ementa: Dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada por coronavírus.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Pandemia**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Covid-19**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Mulher**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Negro**

Thesaurus/**Destinatário**/[...]/**Idoso**

2.2.4.17. Quando o texto do documento tem por objetivo revogar uma norma, um artigo, etc., e o dispositivo ou a norma revogada não tratar do mesmo assunto da norma revogadora, ele deverá figurar na indexação.

PL 3.487/2009 (trata do mesmo assunto)

Ementa: Altera a redação do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.065, de 22 de novembro de 2001, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Santo Antônio do Monte.

Art. 1º – Fica concedido ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.065, de 22 de novembro de 2001, o prazo de três anos, contados da publicação desta lei, para a construção de salão comunitário e de prédio, a ser doado ao Estado, para o funcionamento de unidade da Secretaria de Estado de Fazenda.

(...)

Art. 4º – Fica revogado o art. 2º da Lei nº 14.065, de 2001.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/Administração Pública/[...]/**Bens Imóveis.**

DEC 48.678/2023 (trata de assuntos diferentes)

Ementa: Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e dá outras providências.

(...)

Art. 52 – Ficam revogados:

(...)

II – a alínea “c” do inciso II do art. 3º e o art. 9º, ambos do Decreto nº 47.902, de 31 de março de 2020.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/Administração Pública/[...]/**SEDE**

Thesaurus/**Tema**/Administração Pública/[...]/**Organização Administrativa**

Thesaurus/**Tema**/Administração Pública/[...]/**LEMG**

2.2.4.18. Os nomes de **entidades privadas** não devem ser utilizados na indexação, exceto aquelas que são autorizadas pelo tesauro. Utilizar o segmento da atividade econômica.

PL 19/2023

Ementa: Dispõe sobre as obrigações das montadoras de veículos quanto ao oferecimento de carro reserva nas condições que especifica.

Indexação:

Thesaurus/**Tema/Defesa do Consumidor**

Thesaurus/**Tema/Transporte e Trânsito/[...]/Veículo Automotor**

Thesaurus/**Tema/Indústria, Comércio e Serviços/Empresa Privada/Indústria**

2.2.4.19. As proposições não recebidas, seja projeto de lei, requerimento ou mesmo, emendas e substitutivos, devem ser indexados.

PL 3887/2016

Ementa: Dispõe sobre o monitoramento eletrônico de agressor de violência doméstica e familiar contra mulher, seus familiares e testemunhas no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Indexação:

Thesaurus/**Tema[...]/Violência Doméstica**

Thesaurus/**Tema[...]/Tornozeleira Eletrônica**

Thesaurus/**Tema[...]/Mulher**

2.2.4.21. Todos os documentos legislativos devem ser indexados, exceção para os casos específicos previstos nos **itens 1.4 e 1.5 do capítulo 1.**

2.2. Resumo

A elaboração de resumos por meio da linguagem natural deverá observar as recomendações da norma NBR 6028 - Resumo, sendo o modelo "Resumo Indicativo" o indicado para todos os documentos, exceto para casos específicos previstos em manuais de trabalho.

2.2.1 Leitura documentária

A leitura documentária deve ser realizada em todo o documento legislativo, de forma atenciosa e reflexiva, e, em se tratando de proposição, estendendo-a a justificativa. A leitura documentária, diferentemente da leitura comum, exige técnicas para sua execução, bem como capacitação profissional, conhecimento e experiência. Para que a leitura seja mais objetiva, deve ser empreendida tendo em vista os seguintes questionamentos:

A. O documento cria ou altera norma existente?

B. Do que trata a norma? Qual seu tema principal?

- C. A norma trata de matéria diferente do seu tema principal?
- D. Que tipo de imposição a norma prevê?
 - a. cria programas ou traça linhas gerais para a atuação do Poder Público?
 - b. estabelece a estrutura ou competência de órgãos ou entidades da Administração Pública?
 - c. prevê obrigações, proibições, permissões ou direitos para pessoas físicas ou jurídicas? (Impositividade)
- E. Para quem cria obrigações e proibições? (Destinatário)
- F. Quais as especificidades do que será realizado? (Matéria regulada)
- G. Quando? Qual a duração ou o prazo? (Tempo)
- H. A quem as permissões ou direitos se destinam? (Beneficiário)
- I. Onde? (Espaço)
- J. Há previsão de penalidade por descumprimento da norma? (Penalidade).

2.2.2. Extração dos assuntos

A extração dos assuntos deve se nortear principalmente pela **redação do primeiro parágrafo da lei**, onde se encontra o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação da norma. Outros elementos relevantes devem ser extraídos do restante do texto da norma, principalmente:

- esclarecer textos obscuros, ocultos e informações não explícitas, quando determina, por exemplo, alteração de uma outra norma, mas não descreve o seu assunto;
- explicitar matéria estranha à norma (normas chamadas de Frankenstein ou jabuti);
- ressaltar dispositivos de revogação de uma norma, quando o assunto for alheio a norma alteradora.

2.2.3. Redação

Localizado dentro da **aba Resumo do SNJ e SMA**, o campo **Resumo** tem como objetivo armazenar a redação do resumo responsável pela representação do conteúdo do documento legislativo. O preenchimento em

ambas as bases de dados ocorre da mesma forma, em campos livres. Para facilitar a redação, o indexador deve se basear fortemente nas orações já presentes no texto da norma ou proposição, principalmente o art. 1º.

2.2.4. Regras gerais de preenchimento

Abaixo, encontram-se disponíveis as regras gerais para redação de resumos, tanto de normas jurídicas, quanto de proposições legislativas. Regras específicas para cada tipo de documento podem ser encontradas no capítulo 3.

2.2.4.1. O resumo deve ser elaborado com a utilização da linguagem natural, tendo como base a redação dos primeiros artigos da lei, onde se encontra o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação da norma. Deve-se procurar elaborar uma sentença lógica, de modo que faça sentido ao ser lida, tanto pelo indexador, quanto pelo consulente. Por exemplo:

DELIBERAÇÃO 2.812, de 13/02/2023

Ementa: Altera a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009, que disciplina a aplicação de verba indenizatória em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar.

Texto:

Art. 1º – Art. 1º – O art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – A Assembleia Legislativa, mediante requerimento, indenizará o deputado em exercício ou investido em cargo previsto no inciso I do caput do art. 59 da Constituição do Estado por despesas realizadas em razão de atividade inerente ao mandato parlamentar, observado o limite correspondente a 6.253,8466 (seis mil duzentos e cinquenta e três vírgula oito mil quatrocentos e sessenta e seis) Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais – Ufemgs.”.

Resumo:

Reajusta a verba indenizatória em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar, suprimindo o dispositivo que trata da possibilidade de acumulação do saldo remanescente do limite mensal.

2.2.4.2. O resumo deve representar todos os assuntos do documento, incluindo os periféricos. Deve-se iniciá-lo sempre com **um verbo na terceira pessoa do presente do indicativo**, cujo sujeito implícito é “o projeto”. Locuções adverbiais devem ser evitadas, como “serão consideradas”. Por exemplo:

PL 23/2023

Ementa: Dispõe sobre a base de cálculo e o recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - no exercício de 2023, nos casos que especifica, e dá outras providências.

Resumo:

Considera para a base de cálculo e recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA – no exercício de 2023, relativo ao veículo usado, seja rodoviário ou ferroviário, os valores da base de cálculo constantes na tabela prevista para o exercício de 2021. Caso os valores apurados na forma do exercício de 2021 sejam maiores do que os valores apurados, levando-se em conta a tabela prevista para o exercício de 2023, a Secretaria de Estado da Fazenda - SEF - calculará o imposto considerando o menor valor.

2.2.4.3. Quando o texto do documento legislativo apresentar a expressão “e dá outras providências” na ementa, deve-se deter com mais atenção ao seu conteúdo, pois provavelmente haverá outros assuntos que merecem ser mencionados no resumo. Por exemplo:

PL 164/2003

Ementa: Estabelece penalidades administrativas às pessoas físicas ou jurídicas e a agentes públicos que discriminem pessoas com Transtorno de Espectro Autista - TEA - no âmbito do Estado e dá outras providências.

Texto:

(...)

Art. 3º – Os valores arrecadados com as multas de que trata o art. 2º desta Lei serão revertidos para o Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos – Fundif – de que trata a Lei nº 14.086, de 6 de dezembro de 2001, ou para outro Fundo mais específico que venha a ser criado.

Resumo:

Estabelece infrações administrativas a condutas discriminatórias cometidas contra pessoas com Transtorno de Espectro Autista - TEA - e seus responsáveis. Destina os valores arrecadados com as multas para o Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos – Fundif –, ou para outro Fundo mais específico que venha a ser criado.

2.2.4.4. Em documentos que possuem anexos, esta observação não deve figurar no resumo. A expressão “e dá outras providências” também não deve ser utilizada.

DECRETO 42/2023

Ementa: Assegura aos alunos, cujos pais ou responsáveis legais sejam pessoas com deficiência, a prioridade na matrícula em escola da rede estadual de ensino mais próxima de seu domicílio ou do local de trabalho de seu responsável e dá outras providências.

Resumo:

Assegura a prioridade de vaga para os alunos, cujos pais ou responsáveis legais sejam pessoas com deficiência, em unidade de rede pública estadual de educação mais próxima de seu domicílio ou local de trabalho de seu responsável.

2.2.4.5. Quando o texto do documento legislativo alterar, acrescentar, suprimir, renumerar, prorrogar ou revigorar dispositivos de outro documento, não se deve iniciar o resumo com a indicação do tipo de alteração. Deve-se incluir apenas o esclarecimento do que está sendo alterado, exceto para resumos de emendas e substitutivos que transformam uma norma básica em norma alteradora, conforme o **item 3.1.1.5.**, e para os casos de revogação, conforme o **item 2.2.4.10.** Por exemplo:

PL 35/2023

Ementa: Altera a Lei nº 13.799, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da pessoa portadora de deficiência e cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Resumo:

Garante à pessoa com deficiência divulgação dos seus direitos previstos na Constituição da República e na legislação nacional e estadual, com o objetivo de promover a inclusão social e a cidadania.

2.2.4.6. A ordem e a extensão dos elementos dependem do tratamento que cada item recebe no documento original. **A recomendação é que o resumo seja o mais objetivo e breve possível.** Para tal, deve-se guiar pelo **resumo indicativo**, conforme orientado pelo NBR 6023/2021.

PL 25/2023

Ementa: Torna obrigatória, nas unidades escolares de ensino, a disponibilização de cadeira de rodas na forma que especifica e dá outras providências.

Resumo:

Obriga, nas unidades da rede de ensino estadual, municipal e particulares, a disponibilização de, no mínimo, uma cadeira de rodas. Ela deve ficar disponível em local de fácil acesso para o uso de acidentados, idosos e pessoas com dificuldade de locomoção, com placa ou cartaz com os seguintes dizeres: "Este estabelecimento de ensino disponibiliza cadeira de rodas."

2.2.4.7. Deve-se evitar incluir no resumo os objetivos, as finalidades, as obrigações e demais procedimentos que visam garantir o cumprimento de uma proposição ou norma.

PL 236/2023

Ementa: Institui a política estadual de fornecimento gratuito de medicamentos formulados de derivado vegetal à base de canabidiol.

Resumo:

Cria a política estadual de fornecimento gratuito de medicamentos de derivado vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o

tetrahydrocanabidiol, em caráter de excepcionalidade pelo Poder Executivo nas unidades de saúde pública estadual e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS. Compete à Secretaria de Estado da Saúde - SES verificar os requisitos dos medicamentos definidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

2.2.4.8. Convém evitar:

- a) símbolos, contrações, reduções, entre outros, que não sejam de uso corrente;
- b) fórmulas, equações, diagramas, entre outros, que não sejam absolutamente necessários, e, quando seu emprego for imprescindível, defini-los na primeira vez que aparecerem.

PL 453/2015

Ementa: Torna obrigatória a modificação dos níveis de 4-metilimidazol (4-MI), subproduto presente no corante Caramelo IV, utilizado nos refrigerantes produzidos e comercializados no Estado, na forma que especifica, e dá outras providências.

Resumo:

Fica o fabricante de refrigerantes produzidos e comercializados no Estado obrigado a modificar os níveis de 4-metilimidazol (4-MI), subproduto presente no corante caramelo IV, utilizado nos refrigerantes, de forma que essa substância não ultrapasse a quantidade de 4 mcg (quatro microgramas) para cada 355 ml (trezentos e cinquenta e cinco mililitros) de refrigerante.

2.2.4.9. Não há necessidade de incluir no resumo a cláusula de vigência, mesmo quando o documento indicar dispositivo legal a ser cumprido no futuro, **exceção** para quando a norma só existe para alterar a cláusula de vigência de norma básica.

DECRETO 12.134/1969

Ementa:. Prorroga o prazo para o Decreto nº 12.117 entrar em vigor.

Resumo: Altera a data da vigência do decreto que concede crédito fiscal de 25% (vinte e cinco por cento) ao produtor rural, para efeito do recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias sobre as operações que realizar com artigos de sua produção, em estado natural.

2.2.4.10. Quando o texto do documento objetiva revogar uma lei, um artigo, etc., cujo assunto é diferente do documento base, a revogação deve ser expressa no resumo. Geralmente a revogação é o último artigo do documento. O resumo deve começar com: “Revoga”, se revogação total, ou “Revoga dispositivos”, se dispositivos, seguido do tipo de norma e uma descrição

sucinta do que está sendo revogado. Para revogação total, basta copiar a ementa da norma revogada, excluindo a expressão “e dá outras providências”.

PL 15/2023

Ementa: Dispõe sobre reserva de espaço para divulgação de mensagens de interesse público em veículos de transporte coletivo intermunicipal.

Texto:

Art. 2º – Fica revogada a Lei nº 15.026, de 19 de janeiro de 2004.

Resumo:

Obriga a reserva de espaço, no interior dos veículos de transporte coletivo intermunicipal, para a divulgação de fotos e avisos sobre pessoas desaparecidas, de mensagens sobre a importância da proteção animal e outras mensagens de interesse público. Revoga a lei que dispõe sobre a reserva de espaço para mensagens de interesse público em ônibus intermunicipais.

2.2.4.11. É importante estar atento a normas e proposições que trazem assunto isolado, de conteúdo diferente do assunto principal tratado no documento, o famoso frankenstein ou jabuti. Esse assunto alheio ao assunto principal do documento legislativo deve sempre ser representado no resumo.

PL 311/2011

Ementa: Dispõe sobre a exigência do diploma de Jornalismo em concursos públicos no Estado.

Texto:

Art. 1º - Será exigida a formação superior em Jornalismo aos participantes de concursos públicos para cargos inerentes ao exercício da profissão de jornalista no Estado.
(...)

Art. 13 - Fica assegurada aos servidores das carreiras de Auxiliar da Polícia Civil, Técnico Assistente da Polícia Civil e Analista da Polícia Civil a concessão de reajustes salariais nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados para as carreiras policiais civis.

Resumo:

Exige a formação superior em Jornalismo aos participantes de concursos públicos para cargos inerentes ao exercício da profissão de jornalista no Estado (arts. 1º-12). Garante aos servidores das carreiras de Auxiliar da Polícia Civil, Técnico Assistente da Polícia Civil e Analista da Polícia Civil a concessão de reajustes salariais nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados para as carreiras dos policiais civis (art. 13).

2.2.4.12. Quando o documento legislativo possuir texto obscuro e/ou oculto, o indexador deverá pesquisar as normas básicas citadas e resumir os assuntos neles tratados. Neste exemplo específico, além de se tratar de um texto oculto, ainda é um frankenstein ou jabuti.

LEI 12.053/1996

Ementa: Altera a Lei nº 11.181, de 10 de agosto de 1993, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Texto:

Art. 9º – O “caput” do artigo 2º da Lei nº 1.654, de 26 de setembro de 1957, modificada pela Lei nº 3.179, de 31 de agosto de 1964, com a redação dada pela Lei nº 6.806, de 5 de julho de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – O benefício de que trata o artigo 1º corresponderá a 50% (cinquenta por cento) da representação devida pelo exercício do cargo, que fica integralmente concedida ao titular eleito, cessada a investidura.”.

Resumo:

(...)

Cria o direito à aposentadoria para ex-governadores (art. 9º).

2.2.4.13. Quando o documento legislativo tratar de assuntos que não devem ser resumidos, como “Declaração de utilidade pública”, “Doação de imóvel”, “Denominação de próprio público”, etc., definidos nos modelos do **Capítulo 3**, mas possuir texto obscuro e/ou oculto, um frankenstein ou jabuti, ou mesmo uma revogação de norma/dispositivo alheio ao assunto principal do documento, o indexador deverá resumir toda a norma. No exemplo abaixo, a lei, além de definir o funcionamento do Fhidro, altera uma política pública e também a estrutura orgânica de um órgão do Estado.

LEI 24.673/2024

Ementa: Dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Resumo:

Trata do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro. Visa promover melhorias nas condições hídricas do Estado, abrangendo aspectos qualitativos, quantitativos e ecossistêmicos (arts. 1º a 3º). Estabelece que os recursos do Fhidro provêm das dotações no orçamento do Estado e créditos adicionais (art. 4º). Prevê que o Fundo tenha uma duração de 30 anos, com prazo de concessão de financiamento de 25 anos (art. 5º). Define a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - como gestora do Fhidro e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG – como agente financeiro (arts. 7º a 13). Determina que os recursos sejam aplicados em projetos reembolsáveis e não reembolsáveis para programas e ações relacionados à gestão hídrica, segurança hídrica, construção de barramentos, tratamento de resíduos, entre outros (arts. 14 a 22). Prevê também que a modalidade de transferência voluntária pode ser suspensa em situações de inadimplemento técnico e irregularidades (art. 27). **Promove alterações na lei que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos** (arts. 35 a 43). **Autoriza a criação do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais – FMCBH – como ente representativo dos comitês constituídos no Estado** (art. 44). Revoga a lei anterior que criou o Fhidro. **Revoga também o dispositivo que previa o**

2.2.4.14. Se o documento tratar de muitos assuntos diferentes, deve-se numerar os artigos correspondentes (e os incisos, se necessário). Os artigos poderão ser agrupados quando tratarem do mesmo assunto. Não há necessidade de resumir todos os dispositivos, apenas os que julgar mais relevantes, considerando principalmente as recomendações deste manual. Caso a referência aos artigos da norma básica seja mais relevante que a referência aos artigos da norma ou proposição alteradora, eles podem ser utilizados, com o objetivo de facilitar a consulta ao texto legislativo. No caso do resumo conter de 1 a 5 frases, a numeração é facultativa.

DECRETO 47.390/2018

Ementa: Dispõe sobre políticas e diretrizes para as aquisições e contratações de bens e serviços de famílias de compras estratégicas, realizadas no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

Resumo:

Estabelece políticas e diretrizes para as aquisições e contratações de bens e serviços de famílias de compras estratégicas, realizadas no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo (**arts 1º-7º**). Estabelece regras para a aquisição de medicamentos (**art. 8º**). Define políticas e diretrizes para contratação de passagens aéreas e hospedagem no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado (**art. 9º**). Revoga os seguintes decretos estaduais (**art. 10**): revoga o decreto estadual que cria, no âmbito da administração pública do Poder Executivo, o Comitê Executivo de Gestão Estratégica de Suprimentos da Família de Equipamentos de Informática – CEGESEI, com o objetivo de promover a adequada gestão da aquisição destes equipamentos, em cumprimento às políticas voltadas à eficiência nos gastos públicos (**inciso I**). Revoga o Decreto sem número que cria o Comitê Executivo de Gestão Estratégica de Suprimentos da Família de Refeições, no âmbito da administração pública do Poder Executivo (**inciso II**). Por fim, revoga também o Decreto sem número que cria o Comitê Executivo de Gestão Estratégica de Suprimentos da Família de Materiais de Escritório – CEGESME, no âmbito da administração pública do Poder Executivo (**inciso III**).

2.2.4.15. Ao indexar normas jurídicas originárias do processo legislativo, o indexador deverá verificar o resumo da proposição que lhe deu origem, fazendo as adaptações necessárias em virtude de alterações durante a tramitação do projeto. Se não houver alterações substanciais durante a tramitação, o resumo da proposição deve ser o mesmo da norma.

PL 4.873/2017

Ementa: Concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, referente à data-base de 2017, e dá outras providências

Resumo:

Concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG.

LEI 23.111/2018

Ementa: Concede a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado referente à data-base de 2017.

Resumo:

Concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG.

2.2.4.16. Todas as emendas e substitutivos apresentados a proposições deverão ser resumidos. Deve-se ter atenção especial à eventual necessidade de incorporação de novos assuntos na indexação. Revisões podem ser realizadas mediante demanda da Gerência de Atendimento e Pesquisa – GAP – ou quando a Gerência de Informação Legislativa – GIL – identificar essa necessidade. Para as demais regras sobre resumo de emendas e substitutivos, examinar o item **3.1.** deste manual.

PL 2032/2020

Ementa: Altera a Lei 6763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Resumo:

Autoriza o Poder Executivo a reduzir para até 0% (zero por cento) a carga tributária nas operações internas com própolis in natura ou bruta, extrato de própolis seja de base de água, oleosa, alcoólica, em pó, glicólico, em cápsula ou spray e em mel com própolis desde que tenha no mínimo 3% de extrato de própolis. **Substitutivo nº 1:** Visa evitar perda de receita de ICMS para o Estado, com risco de fechamento de empresas e perda de oportunidade de instalação de novas indústrias no setor de laticínios em Minas Gerais.

Emenda nº 1 ao Substitutivo nº 1: Visa a suprimir norma que remove benefício fiscal aplicável ao leite. **Substitutivo nº 1 (segundo turno):** Autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – a doar às instituições públicas de pesquisa por ela beneficiadas os equipamentos que integram projetos de pesquisa, condicionada à existência de encargo e com previsão de reversão do bem em caso de desvio na sua utilização.

2.2.4.17. As emendas e os substitutivos resumidos nos termos do **item 2.2.4.16**, devem ser numerados na ordem em que foram publicados, iniciando-se com as de primeiro turno, seguidas das de segundo turno, sendo

que, para as últimas, é obrigatória a indicação do turno, entre parênteses e por extenso. As subemendas devem ser colocadas abaixo das emendas a que se referem, quando a sua identificação for possível. Por exemplo:

PLC 58/2016

Ementa: Altera a redação do art 194, do "caput" do art 196 e do art 207, e acrescenta o art 200-C à Lei Complementar 59, de 18 de janeiro de 2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais.

Resumo:

Altera a Lei Complementar que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. Altera a previsão do número de cargos de juiz de direito substituto do Juízo Militar, passando-a de três para seis (art. 1º). A previsão normativa de três auditorias no interior do Estado é suprimida, passando a capital a contar com três auditorias a mais, totalizando seis (art. 2º). Diminui a periodicidade do envio da relação de candidatos ao cargo de juiz militar e exclui da relação a possibilidade de nomeação de algumas autoridades, tais como comandantes-gerais, chefes do Estado-Maior e oficiais de seus gabinetes; chefe e oficiais do gabinete militar do governador do Estado; diretores, comandantes de unidade e chefes de serviços autônomos, entre outros (art. 3º). **Emendas**

nºs 1-2: Deixa claro que as auditorias terão sede somente na Capital do Estado.

Substitutivo nº 1: Exclui o § 3º do art. 196 da Lei Complementar nº 59 de 2001, a que se refere o art. 2º da proposição, que determinava que uma das seis auditorias da capital do estado funcionará como Auditoria de Inquéritos Policiais Militares, cuja estrutura e competência serão fixadas por ato normativo do órgão competente do Tribunal de Justiça Militar. **Emendas nºs 1-4 (segundo turno):** Amplia a participação dos militares na composição do Conselho Permanente de Justiça do Poder Judiciário Militar, bem como assegurar ao militar, requisitado pela Justiça Militar, para cumprir atos ou diligências necessários ao andamento ou esclarecimento de inquéritos ou processos judiciais, o direito ao pagamento de verba de natureza indenizatória.

2.2.4.18. As emendas e os substitutivos de Plenário a projetos de lei polêmicos ou de grande repercussão na Casa, objetos de obstrução de pauta, não devem ser indexados individualmente. Nestes casos, deve-se apenas elaborar um resumo geral, um apanhado genérico do seu conteúdo. Reportagens no Portal da ALMG e do Clipping podem ajudar na elaboração do resumo.

PL 1295/2023

Ementa: Altera a Lei 6763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Resumo:

Torna permanente o adicional de 2% sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - para produtos considerados supérfluos, passando de 25% para 27%. O adicional é destinado ao suporte das iniciativas do Fundo de Erradicação da Miséria - FEM. Substitutivos nº 1 a 41: Propõe a alteração do adicional entre 1% a 2%, a diversas mercadorias.

2.2.4.19. Não resumir a criação de Comitê, Comissão, Grupo de trabalho, etc., quando for o assunto principal da norma. Inclua o resumo quando a criação do grupo não for o assunto principal do documento. Inclua o descritor “Comitê de Trabalho” no campo “Indexação”, apenas nos casos em que esse for o assunto principal da norma.

DECRETO 48.137/2021

Ementa: Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nas ações de patrocínio da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências.

Resumo:

(...)

Institui o Comitê de Patrocínios (arts. 6º-11).

(...)

PL 3225/2021

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a criar o Comitê Estadual de Proteção e Defesa dos Animais - Cepda - e o Fundo Estadual para Defesa Animal e dá outras providências.

Resumo:

#

Indexação:

Comitê Estadual

Proteção aos Animais.

Fundo Estadual.

2.2.4.20. A indicação de afixação de cartaz, placa ou qualquer outra informação, seja em um estabelecimento privado ou público, deve ser sempre incluída no resumo, mesmo nos casos em que a divulgação de informação não seja o assunto principal do documento. Inclua o descritor “Divulgação” no campo “Indexação” apenas nos casos em que esse for o assunto principal da norma.

PL 263/2023

Ementa: Dispõe sobre o protocolo de segurança para prevenção e identificação da prática de atos que atentem contra a liberdade sexual da mulher em locais de lazer e outros estabelecimentos destinados ao entretenimento.

Resumo:

Estabelece protocolo de segurança para proteção à mulher em situações que atentem contra a sua liberdade sexual em locais de lazer e outros estabelecimentos públicos ou privados destinados ao entretenimento. Obriga a afixação de cartaz contendo a identificação do funcionário responsável pelo atendimento à mulher.

Indexação:

PL 167/2023

Ementa: Acrescenta o art 6º-B à Lei 12219, de 1º de julho de 1996, para obrigar as concessionárias de pedágio das rodovias mineiras a divulgar, nos trechos sob sua concessão, informação sobre o cumprimento do cronograma de obras.

Resumo:

Obriga as concessionárias de pedágio a afixarem placas indicativas ou adesivos com link ou QR Code direcionando para página da internet que contenha informações sobre o cronograma e estágio das obras.

Indexação:

Pedágio.

Divulgação.

Obras e Serviços de Engenharia.

2.2.4.21. Ao resumir uma norma alteradora, caso seja necessário, deve-se atualizar o resumo da norma básica, assim como o campo “Indexação”.

LEI nº 1.654/1957

Ementa: Concede pensão vitalícia.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Aposentadoria**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Governador**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Pensionista**

Resumo:

Concede pensão mensal, em caráter vitalício, a viúvas de ex-chefes do Poder Executivo do Estado.

LEI nº 12.053/1996

Ementa: Altera a Lei nº 11.181, de 10 de agosto de 1993, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Texto:

Art. 9º – O “caput” do artigo 2º da Lei nº 1.654, de 26 de setembro de 1957, modificada pela Lei nº 3.179, de 31 de agosto de 1964, com a redação dada pela Lei nº 6.806, de 5 de julho de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Plano de Carreira**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**MPMG**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Aposentadoria**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Governador**

Resumo:

Altera o Plano de Carreira dos Servidores do Ministério Público. Cria a aposentadoria para o Vice-Governador.

LEI nº 1.654/1957

Ementa: Concede pensão vitalícia.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Aposentadoria**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Governador**

Thesaurus/**Tema**/[...]/**Pensionista**

Resumo:

Concede pensão mensal, em caráter vitalício, a viúvas de ex-chefes do Poder Executivo do Estado (art. 1º). Cria a aposentadoria para o Vice-Governador (art. 2º).

2.2.4.22. No caso de republicação, retificação, errata de norma ou proposição, e rejeição de veto, deve-se verificar se há necessidade de atualização do resumo.

LEI 23941/2021

Ementa: Estabelece normas para a prestação de serviço de fretamento de veículo de transporte coletivo para viagem intermunicipal e metropolitana e dá outras providências.

Veto: Veto aos arts. 3º a 6º da Proposição de Lei nº 24.886, de 2021.

Resumo:

Determina que a prestação de serviço de fretamento contínuo ou eventual de veículo de transporte coletivo para a realização de viagem intermunicipal e metropolitana depende de autorização do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG (arts. 1º-2º). Determina que durante todo o período de execução do serviço de fretamento, o condutor do veículo deverá portar o comprovante da autorização emitido pelo DER-MG, o documento fiscal referente ao contrato de fretamento e a relação nominal dos passageiros transportados, além de outros documentos exigidos pela legislação ou pela autorização concedida (art. 7º).

(...)

LEI 23941/2021

Ementa: Estabelece normas para a prestação de serviço de fretamento de veículo de transporte coletivo para viagem intermunicipal e metropolitana e dá outras providências.

Veto: Veto ao art. 2º da Proposição de Lei nº 24.886, de 2021.

Resumo:

Determina que a prestação de serviço de fretamento contínuo ou eventual de veículo de transporte coletivo para a realização de viagem intermunicipal e metropolitana depende de autorização do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG (arts. 1º-2º). Determina que a autorização do DER-MG será concedida para o transporte de grupo de pessoas em circuito fechado, sendo obrigatório o envio, ao DER-MG, da relação nominal dos passageiros a serem transportados, a qual deverá ser a mesma em todos os trechos da viagem (arts. 3º-6º). Determina que durante todo o período de execução do serviço de fretamento, o condutor do veículo deverá portar o comprovante da autorização emitido pelo DER-MG, o documento fiscal referente ao contrato de fretamento e a relação nominal dos passageiros transportados, além de outros documentos exigidos pela legislação ou pela autorização concedida (art. 7º).

(...)

2.2.4.23. Ao realizar o resumo de decretos regulamentares, deve-se considerar o resumo da lei regulamentada e acrescentar as inovações e detalhamentos trazidos pelo novo texto normativo, se houver. Não se deve atualizar o resumo da lei regulamentada.

LEI 22.440/2016

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de as indústrias de medicamentos, órteses, próteses, equipamentos e implantes declararem as relações com profissionais de saúde, de qualquer natureza, que configurem potenciais conflitos de interesses.

Resumo:

Obriga as indústrias de medicamentos, órteses, próteses, equipamentos e implantes a prestarem ao Estado informações sobre qualquer doação ou benefício que destinem a profissionais de saúde, como brindes, passagens, inscrições em eventos, hospedagens, financiamento de etapas de pesquisa, consultoria, palestras. Também determina que o Estado divulgue essas informações à população por meio de sites oficiais.

DECRETO 47.334/2017

Ementa: Regulamenta a Lei nº 22.440, de 21/12/2016, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as indústrias de medicamentos, órteses, próteses, equipamentos e implantes declararem as relações com profissionais de saúde, de qualquer natureza, que configurem potenciais conflitos de interesse.

Resumo:

Regulamenta lei que obriga as indústrias de medicamentos, órteses, próteses, equipamentos e implantes a prestarem ao Estado informações sobre qualquer doação ou benefício que destinem a profissionais de saúde, como brindes, passagens, inscrições em eventos, hospedagens, financiamento de etapas de pesquisa, consultoria, palestras. Determina que as indústrias farão constar, em formulário digital disponibilizado no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Saúde – SES –, anualmente, até o último dia útil de janeiro, as informações referentes aos dados do ano-base anterior.

2.2.4.25. Todos os documentos legislativos devem ser resumidos, exceção para os casos específicos previstos no **item 1.4 do capítulo 1** e nos casos previstos nos modelos do **capítulo 3 deste manual**, quando expressamente for dispensada sua elaboração.

2.2.5. Regras gerais de redação

O estabelecimento de convenções linguísticas é uma prática que instituições públicas e privadas adotam para normalizar empregos específicos e

assegurar padronização a seus textos. Nesta seção são apresentadas as principais convenções adotadas pela ALMG, retiradas do capítulo 7 do Manual de Redação Parlamentar.

2.2.5.1. Use letras **minúsculas** para:

a) Os nomes de cargos, funções e profissões e os títulos:

O **p**residente Lula compareceu ao evento
O **d**eputado Luís Silva, **p**residente da Comissão de Segurança Pública, convocou reunião extraordinária

b) Os nomes que designam cursos, disciplinas e domínios do saber:

O **c**andidato deve ser formado em **l**etras, **h**istória ou **d**ireito

2.2.5.2. Use letras **maiúsculas** para:

a) Os títulos em geral quando abreviados:

O **Cel. PM** Carlos Pereira assumiu o **Comando-Geral** da PMMG.

b) As formas de tratamento e suas abreviaturas:

Excelentíssimo Senhor
Exmo. Sr.
Vossa Excelência
V. Exa.
Sr. Carlos Lima

c) As palavras “Nação”, “País” e “Pátria” designando o Brasil e a palavra “Estado” designando Minas Gerais quando tiverem como determinante apenas o artigo definido:

É preciso conservar a soberania **da Nação**
As chuvas **no Estado** ainda demoram a chegar
Mas: Nossa nação é soberana
Mas: Nosso estado tem um grande potencial hidrelétrico

d) A palavra “União” quando designar o Brasil e as palavras “Estado”, “Território”, “Município” e “Distrito” quando seguidas de seu nome:

Compete à **U**nião emitir moeda.

O **E**stado de Minas Gerais...

Os **M**unicípios de Montes Claros e Sete Lagoas...

O **ex-T**erritório de Rondônia...

Mas: a **U**nião, os **e**stados e os **m**unicípios.

Mas: Acre, que já foi um **t**erritório, hoje é um **e**stado da Federação.

e) Os nomes dos três Poderes ou a palavra “Poder” usada em referência a algum deles:

Poder **L**egislativo

Poder **J**udiciário/**J**ustiça

Poder **E**xecutivo

...esse **P**oder

...os três **P**oderes.

f) Os nomes de órgãos públicos e estabelecimentos particulares e de seus órgãos técnicos, divisões e departamentos:

Presidência da **R**epública

Tribunal de **J**ustiça de Minas Gerais (**T**ribunal de **J**ustiça)

Mas: o representante da **p**residência

Mas: o **t**ribunal mencionado

g) Os nomes dos documentos:

Mensagem nº 150/1998

Projeto de **L**ei nº 345/2002

Mas: revoga a **l**ei

Mas: aquele **p**rojeto

h) Os nomes de festas religiosas e civis:

Natal

Sexta-**F**eira **S**anta

Páscoa

Carnaval

i) Os nomes de eras, fatos históricos e datas comemorativas:

Abolição da **E**scravidão

Segunda **G**uerra **M**undial

Idade **M**édia

Dia do **Í**ndio

Batalha de Riachuelo

Mas: Tal **b**atalha aconteceu em 1865.

j) Os nomes de próprios públicos, edifícios em geral, espaços públicos e particulares:

Rua Rodrigues Caldas

Anel Rodoviário

Fazenda São Carlos

Barragem Santa Lúcia

Mas: As **o**bras naquela rua se encerraram.

k) Os nomes de acidentes geográficos:

Vale do Jequitinhonha

Baía de Guanabara

Rio Amazonas

Mas: esta **baía**

Mas: esse **rio**

Mas: a **lagoa**.

l) Os nomes dos pontos cardeais e colaterais quando designarem regiões:

O **Sul** do Estado

o **Norte** do País

a **região Centro-Oeste** de Minas Gerais

a **Região Sudeste**

Mas: O navio seguiu para o **norte**

Mas: O terreno se limita ao **sul** com o Rio Grande

m) A palavra “Região” será grafada com inicial maiúscula apenas quando designar uma das cinco regiões do Brasil:

A **Região Sul** abrange Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

n) Os termos nocionais (substantivo, adjetivo, verbo, advérbio e pronome) dos nomes de eventos, projetos e programas institucionais; quando as palavras “seminário”, “fórum”, “programa” etc. integrarem o nome, serão também grafadas com inicial maiúscula:

Fórum Democrático para o **D**esenvolvimento de Minas Gerais

O **P**rograma de **A**celeração do **C**rescimento foi lançado em 2007.

XXV **S**impósio **M**ineiro de **E**ducação

Mas: esses **p**rogramas

Mas: esse **fó**rum

Mas: este **s**eminário

Mas: o **s**impósio.

o) Os nomes de periódicos, programas televisivos e obras de arte (exceto literárias). O Manual de Redação Parlamentar recomenda, para esses casos, o uso do itálico. No entanto, por uma limitação da arquitetura que disponibiliza a informação no portal, recomenda-se o uso de aspas, uma vez que não é possível o uso de itálico:

O "Minas Gerais".

a última edição do "Diário do Legislativo"

o jornal "O Globo"

os "Cadernos do Legislativo"

o programa "A Grande Família"

a escultura "O Pensador"

A revista "Época" divulgou o dossiê

Ele foi entrevistado no "Roda Viva"

A pesquisa foi divulgada no "Jornal Nacional"

p) Devem-se grafar entre aspas e com inicial maiúscula na primeira palavra os temas de eventos, os nomes de campanhas e os títulos de matérias de jornais e revistas:

No Seminário Águas de Minas, serão debatidos, entre outros, os temas "Erosão" e "Clima e subsolo".

No Debate Público As Demandas de um País Que Envelhece, serão discutidos os temas "Terceira idade e lazer" e "Saúde e envelhecimento".

A Campanha "Por um Brasil solidário e justo" recebeu de imediato a adesão de todos.

"Na ONU, Dilma dará apoio a estado palestino" (Portal UAI de 18/9/2011).

Os deputados solicitaram a inserção nos anais da Casa do artigo "Humanismo transigente", publicado no jornal *Estado de Minas* de 6/8/2011.

2.2.5.3. Use os **numerais por extenso**:

a) De zero a nove:

Nove alunos – sete deputados.

b) Do primeiro ao nono:

Foi eleita para o terceiro mandato. A comissão rejeitou o primeiro parecer do relator.

c) No início de frases:

Vinte e oito emendas foram apresentadas.

Convém escrever "Compareceram 39 deputados", em vez de "Trinta e nove deputados compareceram".

d) Quando a quantidade numérica faz parte de títulos de obras literárias, expressões e nomes de fatos históricos:

As mil e uma noites
homem de mil e um afazeres
Primeira Guerra Mundial

e) Em nomes de logradouros públicos:

Praça Sete de Setembro
Praça Quinze de Novembro

f) Nas quantidades aproximadas:

Cerca de cem mil manifestantes participaram da passeata.

g) Nos substantivos criados a partir de números:

Gostava de jogar vinte e um.

2.2.5.4. Use os numerais em algarismos:

a) A partir de 10:

Compareceram 15 senadores. O processo tem 100 páginas.

b) A partir do 10º:

O 25º voto decidiu a questão.

c) Na indicação de idade:

Crianças de até 5 anos não pagam. O deputado completou 56 anos.

d) Nas porcentagens:

O aumento do preço dos combustíveis variou de 10% a 15%.

e) Na representação de frações (recomenda-se que não figurem no início de frases):

Para votação da matéria, exige-se quórum de 3/5 dos deputados.

f) Nos documentos numerados:

Requerimento nº 2.120, de 1998.
Projeto de Lei nº 3.458, de 2023.
Lei nº 24.448, de 2023.

g) Na indicação de valores monetários:

R\$1.250.000,00 – US\$450.000,00.

h) Na seriação de artigos e parágrafos, empregando-se ordinais até o 9º e cardinais a partir de 10:

Os arts. 1º e 9º da Lei nº 14.442, de 2002.
O art. 10 da referida lei.

i) Nas medidas e nos valores monetários:

34.000ha
R\$123.436,00
1.000.000kW - R\$1.000.000,00.

j) Quando uma quantidade consistir em milhares redondos, seguidos do numeral mil:

Na cidade, há 4 mil casas.
O mesmo vale para milhões, bilhões, etc.:
No município, vivem 10 milhões de habitantes.

k) Grupos de três algarismos são separados por ponto:

Compareceram 1.520 alunos.

I) Exceções:

CEP: 30190-921
Caixa Postal: 1203
anos: 2004
numeração de páginas: p. 1241
placas de veículos: GZD-3183

2.2.5.5. Use os **algarismos romanos:**

a) Na numeração de capítulos, incisos, anexos e séculos e em nomes dinásticos:

Capítulo III
inciso V
Anexo II
século XXI
papa João Paulo II

b) Na designação de simpósios, congressos, seminários, festivais, fóruns, etc.:

XXV Simpósio Mineiro de Educação
IX Congresso Mineiro de Estudos Literários
I Conferência Nacional das Cidades

c) Quando houver concorrência entre as regras, usar somente algarismos:

A escola solicita a aquisição de 3 mesas, 30 carteiras e 1 gabinete dentário.

2.2.5.6. Use os **algarismos ordinais:**

a) Na numeração de andares de prédios, unidades militares, zonas eleitorais, varas da Justiça, cartórios, competições, séries escolares, graus de escolaridade:

9º andar
20º Campeonato Brasileiro de Vôlei
5ª Vara de Família
3º Cartório de Protestos

b) Na numeração de reuniões e suas subdivisões, turnos de discussão, sessões legislativas e legislaturas:

245ª Reunião Extraordinária
2º turno
14ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

c) Na indicação de colocação estatística:

O Brasil é o 1º produtor mundial de café.

d) Junto a nomes de cargos:

1º-vice-presidente da Assembleia Legislativa
2º-secretário
Exceção: primeiro-ministro.

2.2.5.7. Para o uso de **medidas**, atente-se às seguintes regras:

a) Escrevem-se as medidas com algarismos, devendo as unidades ser abreviadas, sem espaço entre o algarismo e a abreviatura e sem ponto após a abreviatura:

170km
20m
800kW
13h40min

b) Escreve-se “litro” por extenso para evitar que se confunda a abreviatura “l” com o algarismo 1:

10 litros
1 litro.

c) Na indicação de horário e tempo decorrido, não se abreviam as palavras “horas”, “minutos” e “segundos” quando o número é inteiro:

15 horas.
A reunião será suspensa por 5 minutos.

d) Nos demais casos, empregam-se as abreviaturas “h”, “min” e “s” sem espaço:

15h35min
18h5min
20h30min10s
O debate ocorreu das 18h30min às 19h30min, na Câmara Municipal de Betim.

e) Na indicação de medidas, inclua a palavra “vírgula”:

30,75m (trinta vírgula setenta e cinco metros).
42,87m² (quarenta e dois vírgula oitenta e sete metros quadrados)
50,72km² (cinquenta vírgula setenta e dois quilômetros quadrados).

2.2.5.8. Para o uso de **datas**, atente-se às seguintes regras:

a) Abreviadamente, nos documentos destinados à publicação (exceto textos legais). Não se usa zero antes de número indicador de dia e mês.:

15/11/1990
1º/2/1991
25/12/1808
4/4/2002

b) O primeiro dia do mês será indicado por número ordinal:

1º/7/2000
Belo Horizonte, 1º de março de 2004.

c) Os números correspondentes a anos grafam-se com todos os algarismos:

O livro foi publicado em 1956.
O presidente tomou posse em 31/1/1956.

2.2.5.9. Para o uso de **siglas**, atente-se às seguintes regras:

a) Devem ser grafadas com letras maiúsculas as siglas com até três letras:

ONU
UFV
OEA
SEF

b) Devem ser grafadas com apenas a inicial maiúscula as siglas com mais de três letras que sejam pronunciadas como palavras, no todo ou em parte:

Unesco – Ufemg – Unimontes – Seplag – Cemig – Ufop – Iplemg
Uemg – Petrobras – Aneel – Varig – Unale – Dnit – Dpvat.

c) Devem ser grafadas com letras maiúsculas as siglas com mais de três letras que sejam pronunciadas letra por letra:

ALMG – BNDES – UFMG – PSDB – PMDB – IBGE – PMMG.

d) Deve-se respeitar a grafia das siglas consagradas em que apareça letra minúscula:

CNPq – UnB – Sind-UTE – PhD – BHTrans.

e) É comum o uso de siglas para representar algumas expressões grafadas com minúsculas:

Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs
Organização Não Governamental – ONG

f) O plural das siglas é indicado pelo acréscimo de **s**, salvo quando a sigla termina em **s**, caso em que o plural será determinado pelo contexto:

ONGs – CDs – DVDs – Ufemgs.

g) Grafa-se o nome da instituição acompanhado de sua sigla apenas na primeira referência. No restante do texto, usa-se apenas a sigla. Usar apenas “Assembleia Legislativa”, “Ministério Público”, “Tribunal de Justiça” e “Tribunal de Contas” e não a sigla para esses órgãos.

Determina que a Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – realizará (...). Cabe à Uemg executar a política ...
Determina que a Assembleia Legislativa deverá(...)

h) A sigla, quando anteceder o nome que ela abrevia, vem entre travessões (meia-risca), exceto quando seguida de ponto final, dois-pontos ou ponto e vírgula, caso em que se omite o segundo travessão:

Cabe ao Departamento de Aviação Civil – DAC – proceder à investigação do acidente...
(...) o Departamento de Aviação Civil – DAC;
Art. 3º: Cabe ao Departamento de Aviação Civil – DAC:

i) A sigla da unidade da Federação, em seguida a nome de município, vem entre parênteses e não travessões.

A excursão a Petrópolis (RJ) foi cancelada.

j) Não se usa a abreviatura MG junto a nomes de cidades mineiras:

A audiência pública foi realizada em Lavras.

2.2.5.10. Para o uso de **aspas**, atente-se às seguintes regras:

a) Em transcrições.

uma pessoa ereta com a sinalização "60+".
com placa ou cartaz com os seguintes dizeres: "Este estabelecimento de ensino disponibiliza cadeira de rodas."

b) Em gírias, neologismos e palavras estrangeiras:

Após várias tentativas, foi aprovada no parlamento a criação da "narcotaxa".

c) Na indicação de alínea:

A alínea "c".

d) Em temas de seminários, fóruns, ciclos de debates e similares:

No seminário Águas de Minas, serão debatidos, entre outros, os temas "Erosão" e "Clima e subsolo".
No debate público As Demandas de um País Que Envelhece serão discutidos os temas "Terceira idade e lazer" e "Saúde e envelhecimento".

2.3. Nomes

Localizado dentro da **aba Assunto**, apresenta o nome de um próprio público que está sendo denominado pelo Poder Legislativo Estadual.

2.3.1. Deve ser preenchido apenas para projetos de lei e leis que denominam um próprio público.

PL 1.669/2023

Ementa: Dá denominação ao trecho da Rodovia MG-314 que liga o Município de Coroaí a Virgolândia.

Nomes:

Rodovia Valter Rodrigues Dalvino.

2.3.2. Inserir, antes do nome, o tipo do próprio público, se escola, rua, avenida, viaduto, rodovia, ponte, centro, trevo, edifício, parque, prefeitura, presídio, instituto, fórum, etc.

PL 1.602/2023

Ementa: Dá denominação às escolas reunidas nos presídios José Maria Alckmin, Centro de Atendimento Médico Pericial e Inspetor Martinho Drumond, no Município de Ribeirão das Neves.

Nomes:

Escola Estadual Luiz Gama.

2.4. Evento

Localizado dentro da **aba Assunto**, apresenta o nome do Evento Institucional que serviu de base para a discussão que deu origem à proposição legislativa e à norma jurídica.

2.4.1. Deve ser preenchido originalmente pelos indexadores se a informação estiver disponível em alguma fonte ou a Gerência-Geral de Apoio ao Plenário (GPL) ou a Gerência-Geral de Apoio às Comissões (GCO) solicitem o preenchimento e forneçam a informação.

PL 2.122/2011

Ementa: Dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a catadores de material reutilizável e reciclável – Bolsa Reciclagem.

Evento:

Seminário Legislativo Pobreza e Desigualdade - 2001.

2.4.2. Caso uma proposição de lei, que teve sua origem em um evento, seja transformada em norma jurídica, o campo “Evento”, no SNJ, deve ser preenchido com as mesmas informações do campo “Evento”, no SMA.

PL 1.723/2007

Ementa: Estabelece a Política Estadual Habitacional de Interesse Social.

Evento:

III Conferência das Cidades de Minas Gerais - 2007.

LEI 18.315/2009

Ementa: Estabelece diretrizes para a formulação da política estadual habitacional de interesse social – Pehis.

Evento:

III Conferência das Cidades de Minas Gerais - 2007.

2.4.3. Caso uma norma básica tenha o campo Evento preenchido, o indexador **não** deve incluir as mesmas informações nas normas alteradoras ou revogadoras. Por exemplo:

LEI 18.315, DE 06/08/2009

Ementa: Estabelece diretrizes para a formulação da política estadual habitacional de interesse social – Pehis.

Evento:

III Conferência das Cidades de Minas Gerais - 2007.

LEI 22.430, DE 20/12/2016

Ementa: Dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 18.315, de 6 de agosto de 2009, que estabelece diretrizes para a formulação da política estadual habitacional de interesse social – Pehis –, e dá outras providências.

Evento:

#

2.5. Apelido

Localizado dentro da **aba Assunto**, tanto no SMA, quanto no SNJ, refere-se ao “nome popular” recebido pela norma jurídica.

2.5.1. O indexador tomará conhecimento do apelido de uma norma, geralmente, por meio da imprensa. Se houver dúvida quanto à conveniência de

se utilizar o termo, consultar o Gerente-Geral ou levar a discussão para o Comitê. O preenchimento em ambas as bases de dados deve ser o mesmo.

LEI 12.903/1998

Ementa: Define medidas para combater o tabagismo no Estado e proíbe o uso do cigarro e similares nos locais que menciona.

Apelido:

Lei antifumo.

2.5.2. O apelido deverá ser incluído nos projetos de lei posteriores, que alterem a norma que recebeu primeiramente o apelido. Não é necessária sua inclusão nas normas alteradoras.

PL 278 1995

Ementa: Define medidas para combate ao tabagismo no Estado e proíbe o uso do cigarro e similares nos locais que estabelece.

Apelido:

Lei antifumo.

LEI 12.903/1998

Ementa: Define medidas para combater o tabagismo no Estado e proíbe o uso do cigarro e similares nos locais que menciona.

Apelido:

Lei antifumo.

PL 5.440/2005

Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 12.903, de 23 de junho de 1998, que define medidas para combater o tabagismo no Estado.

Apelido:

Lei antifumo.

2.5.3. Não incluir apelido nos documentos acessórios do processo legislativo (mensagem, veto, etc.).

MSG 440/2005

Ementa: Encaminha projeto de lei que acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 12.903, de 23 de junho de 1998, que define medidas para combater o tabagismo no Estado.

Apelido:

#

2.5.3. Caso o documento legislativo tenha mais de um apelido, registre todos no campo, um em cada linha, seguidos de ponto final (.).

PL 5.440/2005

Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 12.903, de 23 de junho de 1998, que define medidas para combater o tabagismo no Estado.

Apelido:

Lei antifumo.

Lei anti cigarro.

2.5.6. Caso uma norma básica tenha apelido, o indexador deve incluí-lo também nas normas regulamentadoras. Por exemplo:

DELIBERAÇÃO 2766, DE 10/05/2021

Ementa: Dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Assembleia Legislativa, da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD –, e dá outras providências.

Apelido:

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

2.6. Ementa

Localizado dentro da **aba Identificação**, no caso do SNJ; e na **aba Ementa** (proposições normativas) **ou Assunto** (requerimentos, vetos e documentos acessórios), no caso do SMA, o campo apresenta o resumo formal do conteúdo do documento.

2.6.1. Preenchido pelo Plenário: Quando o texto da ementa citar apenas a alteração de uma norma, não fazendo menção de seu assunto, no SMA, deve-se inserir, entre parênteses, o pós-ementa, ou seja, um breve texto do que o documento se propõe a alterar, encerrando a frase com o ponto final e parênteses, usando a linguagem natural. Não é permitido o uso da expressão: “e dá outras providências”. Se transformado em norma jurídica, a ementa não deve ser alterada no SNJ.

PL 1.271/2015

Ementa do texto: Altera a Lei 15425, de 30 de dezembro de 2004.

Ementa no SMA: Altera a Lei 15425, de 30 de dezembro de 2004. (Que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização

Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências.)

LEI 23.204/2018

Ementa do texto: Altera a Lei nº 15.425, de 30 de dezembro de 2004.

Ementa no SNJ: Altera a Lei nº 15.425, de 30 de dezembro de 2004.

2.6.2. Preenchido pelo Plenário: O texto do pós-ementa da proposição deve ser o mesmo da norma que está sendo alterada, exceção para as Emendas à Constituição e Vetos. Nesse caso, deve-se elaborar um texto conciso tratando do que está sendo proposto pela emenda ou veto, sempre iniciando-se com o pronome relativo “que”, seguido de um verbo na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, cujo sujeito implícito é “o projeto”. Caso a proposição esteja alterando um dispositivo específico, é recomendável elaborar o pós-ementa relativo a esse dispositivo específico.

PL 1.271/2015

Ementa do texto: Altera a Lei 15424, de 30 de dezembro de 2004.

Ementa da Lei 15.424: Que dispõe sobre o pagamento de emolumentos e a respectiva Taxa de Fiscalização Judiciária devidos pela apresentação e distribuição a protesto de títulos e documentos de dívida

Ementa no SMA: Altera a Lei 15424, de 30 de dezembro de 2004. (Que dispõe sobre o pagamento de emolumentos e a respectiva Taxa de Fiscalização Judiciária devidos pela apresentação e distribuição a protesto de títulos e documentos de dívida.)

LEI 23.204/2018

Ementa do texto: Altera a Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004.

Ementa no SNJ: Altera a Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004.

PEC 37/2019

Ementa do texto: Acrescenta dispositivos ao art 195 da Constituição do Estado.

Ementa no SMA: Acrescenta dispositivos ao art 195 da Constituição do Estado. (Que torna obrigatória a inserção, no currículo do ensino médio das redes pública e privada, de disciplina específica sobre profissões, carreiras e mercado de trabalho.)

EMC 108/2020

Ementa do texto: Altera o art. 198 da Constituição do Estado.

Ementa no SNJ: Altera o art. 198 da Constituição do Estado.

2.6.3. Quando a pós-ementa estiver muito parecida com alguma nota no campo observação, o indexador **NÃO deve apagar a informação no campo observação.**

PL 3.536/2022

Ementa do texto: Acrescenta o art 4º- A à Lei 22428, de 20 de dezembro de 2016, e dá outras providências.

Ementa no SMA: Acrescenta o art 4º- A à Lei 22428, de 20 de dezembro de 2016, e dá outras providências. (Que cria a Área de Proteção Ambiental – APA – Parque Fernão Dias.)

Observação: Altera a composição do conselho consultivo da APA Fernão Dias. Distribuído a 2 comissões: CJU MAD.

2.6.4. Preenchido pela GDI: Quando um substitutivo ou uma emenda corrige o nome da entidade que está sendo declarada de utilidade pública, deve-se inserir uma nota semelhante, com o nome correto da entidade. Não é necessário indexar a emenda ou o substitutivo. Se transformado em norma jurídica, a ementa não deve ser alterada no SNJ.

PL 2.901/2021

Ementa do texto: Declara de utilidade pública a Associação Quatro Patas, com sede no Município de Santa Juliana.

Ementa no SMA: Declara de utilidade pública a Associação Quatro Patas, com sede no Município de Santa Juliana. (Alterado pela emenda 1: Associação Quatro Patas de Santa Juliana.)

LEI 23.976/2021

Ementa do texto: Declara de utilidade pública a Associação Quatro Patas de Santa Juliana, com sede no Município de Santa Juliana.

Ementa no SNJ: Declara de utilidade pública a Associação Quatro Patas de Santa Juliana, com sede no Município de Santa Juliana.

2.6.5. Preenchido pelo Plenário: Para os projetos de lei de imóvel, seja doação, desafetação, etc., deve-se inserir, após a ementa, entre parênteses, a destinação do imóvel, geralmente constante no parágrafo único do art. 1º. Se transformado em norma jurídica, a ementa não deve ser alterada no SNJ.

PL 3.002/2021

Ementa do texto: Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barbacena o imóvel que especifica.

Ementa no SMA: Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barbacena o imóvel que especifica. (Destinação: revitalização do Parque de Exposições.)

LEI 24.088, DE 06/05/2022

Ementa do texto: Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barbacena o imóvel que especifica.

Ementa no SNJ: Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barbacena o imóvel que especifica.

2.6.6. Preenchido pelo Plenário: Para os projetos de lei que alteram normas cujas ementas sejam muito genéricas, deve-se incluir um pós-ementa detalhando a alteração. Se transformado em norma jurídica, a ementa não deve ser alterada no SNJ.

PL 4.081/2022

Ementa do texto: Altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais.

Ementa no SMA: Altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais. (Que reduz a taxa para emissão da primeira via da carteira de identidade.)

2.6.7. Preenchido pelo Plenário: Para os projetos de lei que denominam próprios públicos, deve-se inserir, entre parênteses, o nome do bem, geralmente constante no art. 1º. Se transformado em norma jurídica, a ementa não deve ser alterada no SNJ.

PL 2.927/2015

Ementa do texto: Dá denominação à Rodovia Estadual LMG-799, que liga o Bairro Capelinha do Barreiro à cidade de Uberaba.

Ementa no SMA: Dá denominação à Rodovia Estadual LMG-799, que liga o Bairro Capelinha do Barreiro à cidade de Uberaba. (Denominação: Rodovia José Liberato de Araújo – Zé Brás.)

LEI nº 22109, de 10/05/2016

Ementa do texto: Dá denominação ao trecho da Rodovia LMG-799 que liga o entroncamento com a BR-262 ao Bairro Capelinha do Barreiro, no Município de Uberaba.

Ementa no SNJ: Dá denominação ao trecho da Rodovia LMG-799 que liga o entroncamento com a BR-262 ao Bairro Capelinha do Barreiro, no Município de Uberaba.

2.6.8. Para a redação da ementa, considerar também as regras de redação contidas no item **2.2.5.** deste manual e também as recomendações do Manual de Redação Parlamentar.

2.7. Título Uniforme

Quando um termo estiver caracterizado como título uniforme, ele deve ser utilizado para indexar todos os documentos mesmo quando não for o assunto principal. Os termos caracterizados como título uniforme geralmente tratam de assuntos relacionados a acontecimentos de grande impacto e comoção na sociedade,.

A interface de pesquisa e cadastro de descritores no STH apresenta uma seção de filtros no topo, seguida por campos de busca e uma lista de resultados. O filtro 'Título Uniforme' está configurado para 'Sim'. A busca por letra inicial mostra uma barra alfabética e uma lista de sugestões, onde 'Chuvvas e Enchentes' é o item selecionado.

Figura 1: Tela de pesquisa e cadastro de descritores no STH

3. Modelos de indexação

Visando agrupar documentos semelhantes, nesta seção, os modelos de indexação estão divididos primeiramente por: 1) documentos acessórios do processo legislativo; 2) normas internas da Casa; 3) normas jurídicas e proposições legislativas. Dentro de cada item, os documentos estão divididos pelos seus tipos: Indicação, Mensagem, Projeto de Lei, Veto, etc. E, por fim,

dentro de cada tipo, por seu assunto, por exemplo, utilidade pública, doação de imóvel, denominação de próprio público, etc.

3.1. Documentos acessórios do processo legislativo

Para efeito deste manual, são considerados documentos acessórios do processo legislativo emendas e substitutivos, indicação, mensagem, ofício, recurso, representação, requerimento e veto.

3.1.1. Emendas e substitutivos

Regras:

- Podem ser preenchidos os campos: “Indexação”, “Resumo” e “Ementa e/ou Assunto” no registro do documento principal, observado o **item 2.1.**
- O campo indexação deve ser preenchido apenas se a emenda ou o substitutivo acrescentar e/ou alterar o assunto principal da proposição.
- O campo “Resumo” deve ser preenchido quando a emenda ou o substitutivo promover uma alteração de conteúdo.
- As emendas e os substitutivos sem numeração encaminhados por mensagem ou ofício não devem ser indexados, nem resumidos.
- As emendas orçamentárias ao PPAG, à LDO e à LOA não são indexadas, nem resumidas.
- As emendas e os substitutivos de Plenário a projetos de lei polêmicos ou de grande repercussão na Casa, objetos de obstrução de pauta, não devem ser indexados individualmente. Nestes casos, deve-se apenas elaborar um resumo geral, um apanhado genérico do seu conteúdo. Reportagens no Portal da ALMG e do Clipping podem ajudar na elaboração do resumo.
- Quando houver alteração de nome de entidade de utilidade pública, deve-se atualizar também o campo “Ementa”.
- Quando houver mudança de município nos projetos de imóvel, deve-se atualizar o campo “Indexação”.

- Deve-se inserir todo o texto dos substitutivos aos requerimentos de informação no campo “Resumo”. Para requerimentos de comissão emendados, deve-se inserir no campo “Resumo” o texto original. O texto emendado deve permanecer no campo “Assunto”.
- Emendas e substitutivos não recebidos devem ser indexados e resumidos normalmente.

3.1.1.1. Utilidade Pública

Modelo 1: Alteração de nome de instituição

Ementa	(...) (Alterado pela emenda nº 1: {nome da instituição/associação})
Indexação:	#
Resumo:	{Emenda ou Substitutivo} {número} : Corrige o nome da entidade.

Exemplo 1: Alteração de nome de instituição

Tipo:	PL 3654 2022
Ementa:	Declara de utilidade pública a Sociedade Ubaense de Proteção aos Animais, com sede no Município de Ubá. (Alterado pela emenda nº 1: Sociedade Ubaense de Proteção aos Animais e à Saúde Humana – SUPASH.)
Parecer:	Embora não haja óbices à tramitação da matéria, apresentamos a Emenda nº 1, redigida ao final deste parecer, que dá nova redação ao art. 1º, com vistas a identificar a entidade conforme o disposto em seu estatuto constitutivo.
Indexação:	#
Resumo:	Emenda nº 1: Corrige a nomenclatura da entidade de acordo com a técnica legislativa.

Modelo 2: Alteração de município

Ementa	#
Indexação:	{alterar o município}
Resumo:	{Emenda ou Substitutivo} {número} : Altera o município sede da entidade, de {nome incorreto} para {nome correto} .

Exemplo 2: Alteração de município

Tipo:	PL 3962/2022
Ementa:	Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Dirce Maria de Jesus, com sede no Município de Guanhães.
Parecer:	Embora não haja óbices à tramitação da matéria, apresentamos, ao final deste parecer, a Emenda nº 1, que altera o município sede da entidade , de acordo com seu estatuto.
Indexação:	(...) Thesaurus/ Tema /[...]/ Dores de Guanhães
Resumo:	Emenda 1: Altera o município sede da entidade, de Guanhães para Dores de Guanhães.

Modelo 3: Correção do nome do município

Ementa	#
Indexação:	{ alterar o município }
Resumo:	{ Emenda ou Substitutivo } { número }: Altera o município sede da entidade, de { nome incorreto } para { nome correto }.

Exemplo 2: Correção do nome do município

Tipo:	PL 808/2023
Ementa:	Declara de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Senador Modestino Gonçalves e Vale do Jequitinhonha - Adisvale -, com sede no Município de Senador Modestino Gonçalves.
Parecer:	Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Agência para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Senador Modestino Gonçalves e Vale do Jequitinhonha, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública. No entanto, para proceder a correção do nome do município sede da entidade, apresentamos a Submenda nº 1 à Emenda nº 1 apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.
Indexação:	#
Resumo:	Subemenda nº 1 à Emenda 1: substitui a expressão "Município de Modestino Gonçalves" por "Município de Senador Modestino Gonçalves".

3.1.1.2. Imóvel

Modelo 1: correção/alteração de dados/informações do imóvel

Ementa	#
Indexação:	#
Resumo:	{Emenda ou Substitutivo} {número} : Promove modificações para adequar a redação da proposição à técnica legislativa {especificações} .

Exemplo 1: correção dos dados de identificação do imóvel

Tipo:	PL 2667/2021
Ementa:	Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Fama o imóvel que especifica.
Parecer:	Nesses termos, não há óbice à tramitação da matéria. Porém, apresentamos, ao final deste parecer, o Substitutivo nº 1, com o propósito de adequar a redação do projeto à técnica legislativa e identificar o bem conforme as informações constantes em sua certidão de matrícula .
Indexação:	#
Resumo:	Substitutivo nº 1: Promove modificações para adequar a redação da proposição à técnica legislativa e retificar dados do imóvel.

Exemplo 2: Alteração do prazo na cláusula de reversão

Tipo:	PL 2979/2021
Ementa:	Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muzambinho o imóvel que especifica.
Parecer:	Nesses termos, não há óbice à tramitação da matéria. Porém, apresentamos, ao final deste parecer, o Substitutivo nº 1, com o propósito de adequar a redação da proposição à técnica legislativa e especificar o prazo para cumprimento da finalidade na cláusula de reversão .
Indexação:	#
Resumo:	Substitutivo nº 1: Promove modificações para adequar a redação da proposição à técnica legislativa.

Modelo 2: Alteração de destinação de imóvel

Ementa	#
Indexação:	#
Resumo:	{Emenda ou Substitutivo} {número} : Altera a destinação do imóvel, antes destinado {destinação} , agora {destinação} .

Exemplo 1: Alteração de destinação de imóvel (doação)

Tipo:	PL 2734/2021
Ementa:	Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmo do Paranaíba o imóvel que especifica. (Destinação: construção do Mercado Municipal Central.)
Parecer:	Nesses termos, não há óbice à tramitação da matéria. Porém, apresentamos, ao final deste parecer, o Substitutivo nº 1, com o propósito de modificar a cláusula de destinação do imóvel e adequar a redação da proposição à técnica legislativa
Indexação:	#
Resumo:	Substitutivo nº 1: Altera a destinação do imóvel, antes destinado à construção do Mercado Municipal Central, agora, ao funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e da Biblioteca Municipal.

Exemplo 2: Alteração de destinação de imóvel (desafetação)

Tipo:	PL 3891/2025
Ementa:	Dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itutinga a área correspondente. (Destinação: realização de intervenções e melhorias viárias na extensão do trecho e em suas margens.)
Parecer:	Não há óbice, portanto, à tramitação da matéria. Porém, apresentamos, ao final deste parecer, a Emenda nº 1, tão somente para aprimorar seu texto.
Indexação:	#
Resumo:	Emenda nº 1: Altera a destinação do imóvel, antes destinado à realização de intervenções e melhorias viárias em sua extensão e margens, agora, à instalação de via urbana.

3.1.1.3. Adequação à técnica legislativa

Ementa	#
Indexação:	#
Resumo:	{Emenda ou Substitutivo} {número} : Promove modificações para adequar a redação da proposição à técnica legislativa.

Exemplo 1: Adaptação à técnica legislativa

Tipo:	PL 2909/2021
--------------	--------------

Ementa:	Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Elói Mendes o imóvel que especifica. (Destinação: construção de uma policlínica.)
Parecer:	Nesses termos, não há óbice à tramitação da matéria. Porém, apresentamos, ao final deste parecer, o Substitutivo nº 1, com o propósito de adequar a redação do projeto à técnica legislativa.
Indexação:	#
Resumo:	Substitutivo nº 1: Promove modificações para adequar a redação da proposição à técnica legislativa.

Exemplo 2: Competência privativa do Poder Executivo

Tipo:	PL 3200/2021
Ementa:	Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itabirinha de Mantena o imóvel que especifica. (Destinação: edificação de unidade de saúde.)
Parecer:	<p>Dessa forma, vislumbra-se a possibilidade de que a proposição tramite nesta Casa, mas deve-se ter em mente que a eficácia da lei eventualmente dela originária exigirá o concurso da vontade do Executivo, que detém competência privativa para as providências indispensáveis ao sucesso da medida.</p> <p>O projeto incorre, portanto, em vício de inconstitucionalidade em virtude da invasão do Legislativo em seara tipicamente administrativa, reservada ao Executivo, o que viola o princípio constitucional da separação dos Poderes.</p> <p>Diante do exposto, julgamos oportuna a apresentação, ao final deste parecer, do Substitutivo nº 1, que promove alguns reparos para o aprimoramento do texto.</p>
Indexação:	#
Resumo:	Substitutivo nº 1: Afasta vícios jurídicos que ferem o princípio federativo de separação de Poderes e que invadem competências administrativas próprias do Poder Executivo.

Exemplo 3: Substituição de campanha por política ou outro programa

Tipo:	PL %/%
Ementa:	%
Parecer:	%
Indexação:	#
Resumo:	Substitutivo nº 1: Promove modificações para adequar a redação da proposição à técnica legislativa.

3.1.1.5. Transforma norma básica em norma alteradora

Ementa	#
Indexação:	#
Resumo:	{Emenda ou Substitutivo} {número} : Insere a proposta na lei que dispõe sobre {ementa da lei} .

Exemplo 1: Transforma norma básica em norma alteradora

Tipo:	PL 1365/2019
1ª Ementa:	Disciplina obrigatoriedade de medidor de aferição real de consumo em rede de água e esgoto.
Parecer:	Assim, acolhendo a sugestão da Arsae na resposta à diligência ao Projeto de Lei nº 825/2019, ao qual esta proposição esteve anexada, bem como para dirimir lacuna normativa sobre o dever de informação sobre a matéria, apresentamos, na conclusão deste parecer, um substitutivo que visa o aperfeiçoamento da lei vigente.
2ª Ementa:	Altera a Lei nº 12.645, de 17 de outubro de 1997, que dispõe sobre a instalação de equipamento eliminador de ar na tubulação do sistema de abastecimento de água e dá outras providências.
Indexação:	#
Resumo:	Substitutivo nº 1: Insere a proposta na lei que dispõe sobre a instalação de equipamento eliminador de ar na tubulação do sistema de abastecimento de água.

3.1.1.6. Requerimentos

Ementa	#
Indexação:	{atualizar a indexação, se necessário}
Resumo:	{Emenda ou Substitutivo} {número} : {apenas copiar e colar o novo texto do substitutivo ou ementa} .

Exemplo 1: Alteração do assunto e destinatário

Tipo:	RQN 207/2023
Ementa:	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o andamento das obras do Programa Brasil Profissionalizado, nas escolas técnicas dos Municípios de Manga, Brasília de Minas, Monte Azul, Espinosa, Joáima e Bocaiuva, as quais foram iniciadas em

	2005, com término previsto para 2012, e que em 2018 estavam com 90% dos trabalhos concluídos.
Parecer:	Dessa forma, por haver diversos assuntos em aberto no que diz respeito às 13 escolas do programa Brasil Profissionalizado, entendemos ser mais proveitoso que a proposição solicite uma resposta mais abrangente quanto à conjuntura atual das obras das escolas, bem como de sua destinação , o que fazemos por meio de substitutivo apresentado ao final deste parecer. O substitutivo também redireciona o pedido de informações ao titular da Unimontes, que é a entidade responsável pela gestão do programa no Estado.
Indexação:	Municípios indexados originalmente: Manga Brasília de Minas Monte Azul Espinosa Joaíma Bocaiuva Municípios incluídos pelo substitutivo nº 1: Grão Mogol Janaúba Pompéu Taiobeiras Unaí Ibirité Lagoa Santa
Resumo:	Substitutivo nº 1: Requer seja encaminhado ao reitor da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pedido de informações sobre a situação atual das obras relativas ao programa Brasil Profissionalizado nos 13 municípios-sede de implantação das escolas, bem como sobre a destinação educacional dada às 13 edificações em cada caso.

Exemplo 2: Alteração de destinatário

Tipo:	RQN 211/2023
Ementa:	Requer seja encaminhado ao subsecretário de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a previsão de realização, em 2023, dos tradicionais Jogos do Interior de Minas - Jimi - e se serão realizados nos mesmos moldes das edições anteriores, com utilização do sistema de disputa regional e final já consagrado e com as mesmas modalidades esportivas, coletivas e individuais.
Parecer:	Verifica-se, assim, a pertinência da proposição em apreço. Contudo, julgamos necessário realizar adequações no requerimento para torná-lo mais claro e para ajustar seu destinatário , tendo em consideração as hipóteses permitidas para o pedido de informação pelo art. 54 da Constituição Estadual e Regimento Interno desta Casa. Apresentamos, portanto, substitutivo à proposição original ao final deste parecer.

Indexação:	#
Resumo:	Substitutivo nº 1: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os Jogos do Interior de Minas – Jimi –, especificando se os jogos serão realizados em 2023 e, em caso positivo, se terão o formato adotado em 2018, com disputa em três etapas: microrregional, regional e estadual, e com as mesmas modalidades esportivas, individuais e coletivas.

Exemplo 2: Requerimento de comissão emendado

Tipo:	RQC 4960/2023
Ementa:	Requer seja informado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o tema definido pela Comissão de Minas e Energia para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/6 a 31/10/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: andamento da implementação de empreendimento para exploração de lítio no Vale do Jequitinhonha, em sinergia com o desenvolvimento sustentável da região, apontando, com dados, se está sendo realizada avaliação ambiental estratégica – AAE – ou zoneamento ecológico-econômico – ZEE – da área geográfica afetada, para subsidiar de forma eficaz e sustentável as decisões da iniciativa privada. (Emendado pela deputada Beatriz Cerqueira.)
Parecer:	Não há.
Indexação:	#
Resumo:	Texto original: Requer seja informado à secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o tema definido pela Comissão de Minas e Energia para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/6 a 31/10/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: andamento da implementação do Vale do Lítio em sinergia com o desenvolvimento sustentável da região, apontando se está sendo realizada Avaliação Ambiental Estratégica – AAE – ou Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE – da área geográfica afetada com dados, para subsidiar de forma eficaz e sustentável as decisões da iniciativa privada.

3.1.1.7. Patrimônio Cultural

Modelo 1: Adapta o projeto de patrimônio cultural à nova lei

Ementa	#
Indexação:	#
Resumo:	{Emenda ou Substitutivo} {número} : Promove modificações para adequar a redação da proposição à técnica legislativa e incluir devido embasamento legal.

Exemplo 1: Adapta o projeto de patrimônio cultural à nova lei

Tipo:	PL 3644/2022
Ementa:	Declara como patrimônio histórico e cultural de Minas Gerais a Capela de Santo Antônio e o cemitério localizados no subdistrito de Paracatu de Baixo, no Distrito de Monsenhor Horta, no Município de Mariana.
Parecer:	Isso posto, apresentamos ao final do parecer substitutivo, adequando o projeto de lei à nova norma em vigor.
Indexação:	#
Resumo:	Substitutivo nº 1: Promove modificações para adequar a redação da proposição à técnica legislativa e incluir devido embasamento legal.

Exemplo 2: Adapta projeto de relevante interesse cultural à nova lei

Tipo:	PL 3125/2021
Ementa:	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a cultura urbana do hip-hop e seus elementos.
Parecer:	Salientamos, por fim, que a forma do texto normativo nos projetos que promovem esse tipo de reconhecimento precisa ser atualizada em razão da Lei nº 24.219, de 2022 , que trata das diretrizes referentes ao reconhecimento de bens, expressões e manifestações de relevante interesse cultural do Estado e altera a Lei nº 11.726, de 30/12/1994, que dispõe sobre a política cultural do Estado. Com esse objetivo, apresentamos o Substitutivo nº 1, a seguir redigido
Indexação:	#
Resumo:	Substitutivo nº 1: Promove modificações para adequar a redação da proposição à técnica legislativa e incluir devido embasamento legal.

3.1.2. Indicação

Regras:

- Devem ser preenchidos os campos: "Indexação".
- No caso de indicação para Conselho Estadual, não há distinção entre "compor o conselho" ou "ser membro do conselho", usar sempre "Indicação para Função Pública".

3.1.2.1. para Cargo público ou conselho estadual

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Indicação para Função Pública
-------------------	---

	Thesaurus/ Tema /[...]/ {Nome do órgão, entidade ou conselho}
Resumo:	#

Exemplo 1: Indicação para cargo público

Tipo:	IND 69 2018
Ementa:	Indica o nome do Sr Durval Ângelo Andrade para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Indicação para Função Pública Thesaurus/ Tema /[...]/ TCEMG
Resumo:	#

Exemplo 2: Indicação para conselho estadual

Tipo:	IND 39 2021
Ementa:	Indica o nome do Sr Walter Coelho de Moraes para compor o Conselho Estadual de Educação.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Indicação para Função Pública Thesaurus/ Tema /[...]/ CEE
Resumo:	#

3.1.3. Mensagem

Regras:

- Devem ser preenchidos os campos: "Indexação" e "Resumo".
- As mensagens de encaminhamento de documentos não devem ser resumidas.

3.1.3.1. Encaminhamento de Proposição

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ {Encaminhamento de Proposição ou Desarquivamento de Proposição}
Resumo:	#

Exemplo 1: Encaminhamento de Projeto de Lei

Tipo:	MSG 185 2022
Ementa:	Encaminha o Projeto de Lei 3582 2022, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, nos termos que especifica.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Encaminhamento de Proposição
Resumo:	#

Exemplo 2: Substitutivo de Projeto de Lei

Tipo:	MSG 158 2021
Ementa:	Encaminha o Substitutivo 2 ao Projeto de Lei 1202 2019, que autoriza o Estado, por meio do Poder Executivo, a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal e dá outras providências, e solicita que o referido projeto seja apreciado em regime de urgência, nos termos do art. 69 da Constituição do Estado.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Encaminhamento de Proposição
Resumo:	#

Exemplo 3: Emenda de Projeto de Lei

Tipo:	MSG 184 2022
Ementa:	Encaminha emenda ao Projeto de Lei 3568 2022, que dispõe sobre a revisão geral do subsídio e do vencimento básico dos servidores públicos civis e militares da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e altera a Lei Delegada 37, de 13 de janeiro de 1989.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Encaminhamento de Proposição
Resumo:	#

Exemplo 4: Pede desarquivamento de proposição

Tipo:	MSG 40 2015
Texto:	Solicito a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do art. 180 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.046, de 2014, arquivado em decorrência do fim da legislatura, que autoriza o Poder Executivo a receber em pagamento do Município de Alfenas o imóvel que especifica. *
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Desarquivamento de Proposição
Resumo:	#

* Desconsiderar a ementa elaborada para o SMA.

Exemplo 5: Veto total

Tipo:	MSG 152 2021
Ementa:	Encaminha o Veto 28 2021, referente à Proposição de Lei 24909, que altera a Lei 14170, de 15 de janeiro de 2002, que determina a imposição de sanções a pessoa jurídica por ato discriminatório contra pessoa em virtude de sua orientação sexual.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Encaminhamento de Proposição
Resumo:	#

Exemplo 6: Veto parcial

Tipo:	MSG 151 2021
Ementa:	Encaminha o Veto Parcial 27 2021 à Proposição de Lei 24847, que altera a Lei 19095, de 2 de agosto de 2010, e às Leis 6763, de 26 de dezembro de 1975, e 15273, de 29 de julho de 2004. (Que disciplina o marketing direto ativo e cria lista pública de consumidores.)
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Encaminhamento de Proposição
Resumo:	#

Exemplo 7: Encaminhamento de indicação

Tipo:	MSG 159 2024
Ementa:	Mensagem 159 2024, do governador do Estado, encaminhando a Indicação 74 2024.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Encaminhamento de Proposição
Resumo:	#

3.1.3.2. Encaminhamento de concessão para o ICMS

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Regime Especial de Tributação Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS
Resumo:	#

Exemplo 1: Regime Especial de Tributação - ICMS

Tipo:	MSG 232 2017
--------------	--------------

Ementa:	Encaminha, nos termos do § 1º do art 225 e do art 225-A da Lei 6763, de 26 de dezembro de 1975, exposição de motivos da Secretaria de Fazenda relativa à concessão de regime especial de tributação em matéria de ICMS ao contribuinte mineiro dos setores econômicos de fabricação de material hidráulico, exceto plástico, e fabricação de cigarros.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Regime Especial de Tributação Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS
Resumo:	#

Exemplo 2: Regime Especial de Tributação - ICMS

Tipo:	MSG 225 2025
Ementa:	Encaminha relatório do Regime Especial de Tributação em matéria de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, referente ao 2º trimestre de 2025.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Regime Especial de Tributação Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS
Resumo:	#

3.1.3.3. Encaminhamento de convênios do Confaz

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ CONFAZ
Resumo:	#

Exemplo 1: Convênio do Confaz (Isenção de ICMS)

Tipo:	MSG 166 2021
Ementa:	Encaminha os convênios que especifica, aprovados na 338ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ CONFAZ
Resumo:	#

Exemplo 2: Convênio do Confaz (Benefício fiscal de ICMS)

Tipo:	MSG 177 2021
--------------	--------------

Ementa:	Encaminha os convênios que especifica, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ CONFAZ
Resumo:	#

3.1.3.4. Encaminhamento de procedimentos ou informações

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto}
Resumo:	Encaminha, {Tipo de procedimento ou informação} , {resumo} .

Exemplo 1: Regime de Urgência de Projeto de Lei

Tipo:	MSG 176 2021
Ementa:	Requer urgência na tramitação do Projeto de Lei 1203 2019, que autoriza a privatização e outras formas de desestatização da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Pedido de Urgência
Resumo:	#

Exemplo 2: Retirada de urgência de Projeto de Lei

Tipo:	MSG 170 2016
Ementa:	Requer seja retirada a urgência na apreciação do Projeto de Lei 3510 2016.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Pedido de Urgência
Resumo:	#

Exemplo 3: Balanço Anual

Tipo:	MSG 124 2021
Ementa:	Encaminha a prestação de contas das ações executadas pela administração pública referentes ao exercício fiscal de 2020.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ Prestação de Contas Anual Thesaurus/ Tempo /[...]/ Exercício 2020
Resumo:	#

Exemplo 4: Alienação de Terra Devoluta

Tipo:	MSG 124 2021
Ementa:	Encaminha processo de alienação de terra devoluta rural ao Sr Otaviano Rodrigues da Silva, relativo ao Sítio Coruja - Córrego Rafael, localizada no Município de Minas Novas, com área de 113,9168ha, pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário - Seda.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Terra Devoluta Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Minas Novas
Resumo:	#

Exemplo 5: Delegação de Competência

Tipo:	MSG 343 2002
Ementa:	Encaminha, para ser submetida ao exame e deliberação da Assembléia Legislativa, proposta de delegação ao governador do Estado, com atribuições para elaborar leis delegadas destinadas a proceder à alteração da estrutura da administração direta e indireta do poder executivo.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/Administração Pública/ Delegação de Competência
Resumo:	Encaminha proposta do governador para elaborar leis delegadas destinadas à alteração da estrutura da administração direta e indireta do poder executivo.

Exemplo 6: Indicação à Função de Líder de Governo na ALMG

Tipo:	MSG 5 2023
Ementa:	Indica o nome do deputado Gustavo Valadares para desempenhar a função de líder de governo.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Indicação para Função Pública Thesaurus/ Tema /[...]/ ALMG
Resumo:	#

Exemplo 6: Autorização de viagem do governador

Tipo:	MSG 10 2010
Ementa:	Concede licença ao governador do Estado para se ausentar do País.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Afastamento de Autoridade (15 Dias ou Mais) Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Governador
Resumo:	#

Exemplo 7: Prorrogação de licença concedida ao vice-governador

Tipo:	MSG 21 2023
Ementa:	Requer prorrogação de licença concedida ao vice-governador por meio da Resolução 5606, de 29 de março de 2023.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Afastamento de Autoridade (15 Dias ou Mais) Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprega e Renda/[...]/ Vice-Governador
Resumo:	#

3.1.4. Ofício

Regras:

- Devem ser preenchidos os campos: “Indexação” e “Resumo”.
- Os ofícios de encaminhamento de proposições não são cadastrados no Mate e, por isso, não serão indexados ou resumidos.

3.1.4.1. Encaminhamento de procedimentos ou informações

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto}
Resumo:	Encaminha, {Tipo de procedimento ou informação} , {resumo} .

Exemplo 1: encaminhando o relatório de atividades do TCEMG

Tipo:	OFI 893 2022
Ementa:	Encaminha relatório de atividades desse tribunal relativo ao quarto trimestre de 2021.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Relatório de Atividade Thesaurus/ Tempo /[...]/ Exercício 2021
Resumo:	#

Exemplo 2: encaminhando a prestação de contas do TCEMG

Tipo:	OFI 271 2020
Ementa:	Encaminha a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, relativa ao exercício de 2019.

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ Prestação de Contas Anual Thesaurus/ Tempo /[...]/ Exercício 2019
Resumo:	#

Exemplo 3: encaminhamento do parecer prévio do TCEMG

Tipo:	OFI 913 2022
Ementa:	Comunica que foi emitido o parecer prévio sobre as contas do Estado relativas ao exercício de 2019 e disponibilizados os documentos referentes ao processo.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ Parecer Prévio Thesaurus/ Tempo /[...]/ Exercício 2019
Resumo:	#

Exemplo 4: Não encaminhamento do parecer prévio pelo TCEMG

Tipo:	OFI 906 2022
Ementa:	Encaminha o inteiro teor do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Conselheiro Relator Gilberto Diniz nos autos do Balanço Geral do Estado referente ao exercício de 2021, no qual comunica que, em razão da abertura de vista ao governador do Estado nos referidos autos, fica suspenso o prazo constitucionalmente previsto para a emissão do parecer prévio daquela Corte, nos termos do §3º do art 233 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ Parecer Prévio Thesaurus/ Tempo /[...]/ Exercício 2021
Resumo:	#

Exemplo 5: Comunicação de vaga no TCEMG

Tipo:	OFI 834 2021
Ementa:	Comunica a abertura de vaga para conselheiro desse tribunal devido à aposentadoria do conselheiro Sebastião Helvecio.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ TCEMG Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Vacância
Resumo:	#

Exemplo 6: Comunicação de viagem do governador

Tipo:	OFI 5 2023
Ementa:	Comunica ausência do País entre os dias 5 e 11 de maio de 2023, quando estará em viagem oficial aos Estados Unidos da América.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Afastamento de Autoridade (Inferior a 15 Dias) Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Governador
Resumo:	#

Exemplo 7: Comunicação de viagem do vice-governador

Tipo:	OFI 887 2022
Ementa:	Comunica que o vice-governador do Estado se ausentará do País no período de 10 a 16 de março de 2022, em viagem oficial à Índia.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Afastamento de Autoridade (Inferior a 15 Dias) Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Vice-Governador
Resumo:	#

Exemplo 8: Comunicação de afastamento do vice-governador

Tipo:	OVG 3 2018
Ementa:	Comunica a ausência de suas funções institucionais no período de 29 de novembro a 2 de dezembro por impedimento ocasionado por motivo de saúde.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Afastamento de Autoridade (Inferior a 15 Dias) Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Vice-Governador
Resumo:	#

3.1.4.2. Encaminhamento de Decreto Municipal

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Saúde Pública/[...]/ Pandemia Thesaurus/ Tema /Saúde Pública/[...]/ Covid-19 Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Calamidade Pública Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ {Município}
Resumo:	#

Exemplo 1: encaminhamento de Decreto Municipal

Tipo:	OFI 898 2022
Ementa:	Encaminha o Decreto 093, de 16 de abril de 2020, para declaração do estado de calamidade pública no Município de Juvenília decorrente da pandemia de covid-19.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Pandemia Thesaurus/ Tema /[...]/ Covid-19 Thesaurus/ Tema /[...]/ Calamidade Pública Thesaurus/ Tema /[...]/ Juvenília
Resumo:	#

Exemplo 2: encaminhamento de Decreto Municipal

Tipo:	OFI 901 2022
Ementa:	Encaminha o Decreto 450, de 30 de dezembro de 2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no Município de Contagem decorrente da pandemia de covid-19.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Pandemia Thesaurus/ Tema /[...]/ Covid-19 Thesaurus/ Tema /[...]/ Calamidade Pública Thesaurus/ Tema /[...]/ Contagem
Resumo:	#

3.1.5. Recurso

Regras:

- Deve ser preenchido apenas o campo: "Indexação".

3.1.5.1. Recurso contra decisão

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto}
Resumo:	#

Exemplo: Recurso contra decisão

Tipo:	REC 3 2016
Ementa:	Recurso contra decisão de não recebimento de projeto de resolução que visa sustar o ato de nomeação da Sra Carolina de Oliveira Pereira Pimentel para o

	cargo de secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, publicada no "Diário do Legislativo" no dia 5 de maio de 2016.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Indicação para Função Pública Thesaurus/ Tema /[...]/ SEDESE
Resumo:	#

3.1.6. Representação

Regras:

- Devem ser preenchidos os campos: "Indexação" e "Resumo".

3.1.6.1. Representação Parlamentar

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Decoro Parlamentar
Resumo:	#

Exemplo 1: Representação Parlamentar

Tipo:	RPR 5 2021
Ementa:	Requer a verificação de quebra de decoro parlamentar por parte do deputado Coronel Sandro acerca de eventual inobservância de prerrogativas e de diplomas legais.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Decoro Parlamentar
Resumo:	#

3.1.6.2. Representação Popular

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Representação Popular
Resumo:	Encaminha Denúncia sobre {resumo}.

Exemplo 1: Representação Popular

Tipo:	RPR 2 2021
Ementa:	Encaminha cópia de denúncia, recebida pela Secretaria Adjunta de Ouvidoria do Município de Betim, sobre a vacinação, realizada nesse município, do deputado Professor Irineu contra a covid-19.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Representação Popular

	Thesaurus/ Tema /[...]/ Pandemia Thesaurus/ Tema /[...]/ Covid-19
Resumo:	Encaminha denúncia sobre a vacinação realizada no município de Betim do deputado Professor Irineu contra a covid-19.

3.1.7. Requerimento

Regras:

- Deve ser preenchido apenas campo: "Indexação".
- Os requerimentos de Manifestação (congratulações ou voto, apoio, aplauso, pesar, repúdio) não devem ser indexados por assunto. Caso o requerimento trate também de pedido de informação ou providência, o indexador deverá fazer a indexação do assunto.
- Deve-se introduzir no máximo 3 (três) assuntos da categoria Tema para os requerimentos numerados e de comissão. Não há limite de termos para as demais classes (Destinatário, Lugar, Municípios e Tempo).
- Os substitutivos e as emendas de requerimentos seguem as regras previstas no **item 3.1.1.6.**
- Os requerimentos não recebidos devem ser indexados normalmente.

3.1.7.1. Pedido de providências e informação

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ {assunto}
Resumo:	#

Exemplo 1: Obras em rodovias estaduais

Tipo:	RQC 583 2023
Ementa:	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - Seinfra - e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para que seja realizada, em caráter emergencial, operação tapa-buracos na MG-457, que liga o Município de Bom Jardim de Minas ao Município de Santa Rita do Jacutinga, na região da Zona da Mata.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Rodovia Thesaurus/ Tema /[...]/ Obras e Serviços de Engenharia

	Thesaurus/ Tema /[...]/ Bom Jardim de Minas Thesaurus/ Tema /[...]/ Santa Rita do Jacutinga
Resumo:	#

Exemplo 2: Obras em Estabelecimentos de Ensino

Tipo:	RQN 13305 2025
Ementa:	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação - SEE -, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag - e à Secretaria de Estado de Governo - Segov - pedido de providências para que seja processado o pedido do Sr. Rafael Rosário dos Reis, que trata de informações sobre obra em escola, conforme solicitação feita pela deputada Beatriz Cerqueira à SEE, por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI!MG - em 5/2/2025, sob o Protocolo nº 101848.000719-5/2025.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Estabelecimento de Ensino Thesaurus/ Tema /[...]/ Obras e Serviços de Engenharia
Resumo:	#

Exemplo 3: Obras em hospitais e unidades de saúde

Tipo:	RQN 815 2023
Ementa:	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde - SES - pedido de providências com vistas à destinação de recursos financeiros do orçamento do Estado para reforma e ampliação do Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado e do Pronto Atendimento Domingos Gomes Dantas, localizados no Município de Unaí.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Unidade de Saúde Thesaurus/ Tema /[...]/ Obras e Serviços de Engenharia Thesaurus/ Tema /[...]/ Unaí
Resumo:	#

Exemplo 4: Obras em Estabelecimentos prisionais

Tipo:	RQN 10599 2025
Ementa:	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para a imediata reforma das guaritas externas da penitenciária de Francisco Sá, que se encontram em situação alarmante, conforme verificado em visita à unidade, em 22/3/2025, para garantir condições mínimas de trabalho aos policiais penais que exercem suas funções na referida penitenciária.

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Estabelecimento Prisional/Penitenciária Thesaurus/ Tema /[...]/ Obras e Serviços de Engenharia Thesaurus/ Tema /[...]/ Francisco Sá
Resumo:	#

Exemplo 5: Fiscalização de Concessionária de rodovia (pedágio)

Tipo:	RQC 598 2023
Ementa:	Requer seja encaminhado ao diretor da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. pedido de informações detalhadas sobre o aumento tarifário das praças de pedágio dessa concessionária referente ao Contrato nº 4/2018 e sobre cronograma de obras da rodovia.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Rodovia Thesaurus/ Tema /[...]/ Tarifa de Pedágio
Resumo:	#

Exemplo 6: Instalação de antena de telefonia móvel (celular)

Tipo:	RQC 611 2023
Ementa:	Requer seja encaminhado à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag - pedido de providências para a instalação de novas antenas de telefonia móvel no Bairro Inácia de Carvalho, no Município de São José da Lapa, uma vez que o bairro é assistido apenas por uma antena da operadora Vivo e esta não tem atendido a contento a população que tanto necessita desse serviço.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Infraestrutura de Comunicação Thesaurus/ Tema /[...]/ Telefone Celular Thesaurus/ Tema /Município/[...]/ São José da Lapa
Resumo:	#

Exemplo 7: Informação sobre concurso público

Tipo:	RQC 657 2023
Ementa:	Requerem seja encaminhado à secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública - Sejusp pedido de informações consubstanciadas no número total de aprovados no concurso público da Polícia Penal de Minas Gerais, regido pelo Edital Sejusp nº 2/2021, que já estão participando das etapas sequenciais do concurso, tendo em vista que os dados apresentados pelo representante da referida pasta, na audiência pública que teve a finalidade de debater "a viabilidade da convocação dos excedentes do concurso público da Polícia Penal de Minas Gerais - Edital Sejusp 2/2021 - para o Curso de Formação

	Técnico-Profissional - CFTP - e posterior nomeação ao cargo de policial penal" diverge com relação ao aporte de recursos e o número de aprovados até a presente data.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ PPMG Thesaurus/ Tema /[...]/ Concurso Público
Resumo:	#

Exemplo 8: Informação sobre número de servidores

Tipo:	RQC 662 2023
Ementa:	Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública - Sejusp - pedido de informações consubstanciadas no número de policiais penais em exercício, com o respectivo gasto de pessoal, bem como no número de policiais penais necessário ao atendimento da atual população carcerária.
Indexação:	Thesaurus/ Tema / Adm. Pública [...]/ PPMG Thesaurus/ Tema / Trabalho, Emprego e Renda [...]/ Policial Penal
Resumo:	#

Exemplo 9: Informação sobre equipamentos de segurança

Tipo:	RQC 664 2023
Ementa:	Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública - Sejusp - pedido de informações acerca do número de viaturas disponíveis, bem como seu estado de conservação, destinadas ao atendimento ou socorro imediato a servidores e a custodiados pelo sistema prisional.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ PPMG Thesaurus/ Tema /[...]/ Viatura Policial
Resumo:	#

Exemplo 10: Estadualização ou municipalização de rodovia

Tipo:	RQC 680 2023
Ementa:	Requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para que sejam realizados estudos com vistas à estadualização da LMG - Parque Serra Geral, que liga Espinosa, passando por Itamirim e Gado Bravo, a Matias Cardoso.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Estadualização

	Thesaurus/ Tema /[...]/ Espinosa Thesaurus/ Tema /[...]/ Matias Cardoso
Resumo:	#

Exemplo 11: Movimentação de policial por disciplina

Tipo:	RQN 4141 2023
Ementa:	Requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - pedido de providências para que seja tornado sem efeito o ato administrativo de movimentação por conveniência da disciplina aplicado ao Cb. PM Robson de Assis Silva (Matrícula nº 152.333-1), que estava lotado na 61ª Companhia do 31º Batalhão de Polícia Militar, em Conselheiro Lafaiete, e que foi transferido para o destacamento de Polícia Militar de Rio Espera.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Movimentação de Pessoal Thesaurus/ Tema /[...]/ Policial Militar Thesaurus/ Tema /[...]/ Conselheiro Lafaiete Thesaurus/ Tema /[...]/ Rio Espera
Resumo:	#

Exemplo 12: Previdência dos militares

Tipo:	RQC 8107/2024
Ementa:	Requer seja realizada audiência pública para debater o projeto de lei de autoria do governador do Estado que visa instituir o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado, especialmente as contribuições dos militares, ativos e inativos, e dos pensionistas.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM) Thesaurus/ Tema /[...]/ Contribuição Previdenciária
Resumo:	#

3.1.7.2. Eventos da ALMG

Indexação:	Comissões /[...]/ {nome do evento} Thesaurus/ Tema /Matéria/[...]/ {assunto}
Resumo:	#

Exemplo 1: Audiência pública

Tipo:	RQC 564/2023
--------------	--------------

Ementa:	Requer seja realizada audiência pública no Município de Betim para debater sobre a melhoria da marginal da Rodovia MG-155, no trecho que liga a Rua Miguel Pereira à Rua do Portal, no Bairro Colonial Santa Isabel, no Município de Betim.
Indexação:	Comissões/[...]/Audiência Pública Thesaurus/ Tema /[...]/ Rodovia Thesaurus/ Tema /[...]/ Betim
Resumo:	#

Exemplo 2: Audiência pública de evento do Poder Executivo

Tipo:	RQC 7633/2024
Ementa:	Requer seja realizada audiência pública para debater a realização da VI Conferência Estadual das Cidades, de forma que o governo do Estado possa apresentar aos movimentos organizados e à população informações relativas à sua organização e sua real disposição quanto à realização desse evento.
Indexação:	Comissões/[...]/Audiência Pública Thesaurus/ Tema /[...]/ Desenvolvimento Urbano
Resumo:	#

3.1.7.3. Eventos de homenagem

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Homenagem Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto}
Resumo:	#

Exemplo 1: Convocação para audiência de convidados: congratulações a profissional

Tipo:	RQC 6550 2023
Ementa:	Requer seja realizada audiência de convidados para debater a importância do livro "Meu cabelo não é pro seu governo", da escritora mineira Monique Najara Aparecida Pacheco, e para proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a escritora.
Indexação:	Comissões/[...]/Audiência de Convidados Thesaurus/ Tema /[...]/ Homenagem Thesaurus/ Tema /[...]/ Literatura
Resumo:	#

Exemplo 2: Convocação para reunião especial: igrejas, etc

Tipo:	RQN 3007 2023
Ementa:	Requer a convocação de reunião especial para homenagear a Comunidade Canção Nova pelos 25 anos do Acampamento PHN.
Indexação:	Comissões/[...]/Reunião de Homenagem Thesaurus/ Tema /[...]/ Homenagem Thesaurus/ Tema /[...]/ Religião
Resumo:	#

Exemplo 3: Convocação para reunião especial: assunto de atuação da instituição

Tipo:	RQN 638 2023
Ementa:	Requerem a convocação de reunião especial para comemorar o aniversário de 50 anos da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais - FCDL-MG -, completados em 19/3/2023, homenageando essa instituição por todos os serviços prestados à sociedade e à economia.
Indexação:	Comissões/[...]/Reunião de Data Comemorativa Thesaurus/ Tema /[...]/ Homenagem Thesaurus/ Tema /[...]/ Comércio
Resumo:	#

3.1.7.4. Tramitação de proposição

Indexação:	Comissões/[...]/Providências Internas da ALMG Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto}
Resumo:	#

Exemplo 1: Retirada de tramitação

Tipo:	RQC 6236/2024
Ementa:	Requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei 423 2023, de sua autoria.
Indexação:	Comissões/[...]/Providências Internas da ALMG Thesaurus/ Tema /[...]/ Retirada de Tramitação
Resumo:	#

Exemplo 2: Desarquivamento

Tipo:	RQC 5423/2023
Ementa:	Requer seja desarquivado o Projeto de Lei 876 2019, de sua autoria.
Indexação:	Comissões/[...]/Providências Internas da ALMG Thesaurus/ Tema/[...]/Desarquivamento de Proposição
Resumo:	#

Exemplo 3: Anexação de documentos

Tipo:	RQC 7402/2024 (ementa resumida)
Ementa:	Requer seja encaminhado à Mesa da Assembleia Legislativa pedido de providências para apensar o seguinte documento ao Projeto de Lei 294 2015, de forma a dar subsídio para apreciação da matéria por esta Casa: as notas taquigráficas da audiência pública realizada em 29/2/2024 pela Comissão de Direitos Humanos.
Indexação:	Comissões/[...]/Providências Internas da ALMG Thesaurus/ Tema/[...]/Anexação de Proposição
Resumo:	#

Exemplo 4: Pauta de reunião na ALMG

Tipo:	RQC 7753/2024
Ementa:	Requer seja pautado na próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 1.990/2024.
Indexação:	Comissões/[...]/Providências Internas da ALMG Thesaurus/ Tema/[...]/Tramitação de Proposição Legislativa
Resumo:	#

Exemplo 5: Pauta de reunião no Congresso

Tipo:	RQC 7441/2024
Ementa:	Requer seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências para que seja pautado o Projeto de Lei nº 929/2019, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT -, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre jornada de trabalho do condutor de ambulância.
Indexação:	Thesaurus/ Tema/[...]/Processo Legislativo Federal
Resumo:	#

Exemplo 6: Pauta de reunião no Congresso

Tipo:	RQC 5922/2024
Ementa:	Requer seja encaminhado ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e aos líderes dessa Câmara pedido de providências para dar celeridade à tramitação do projeto de lei que visa extinguir o benefício de saída temporária da Lei de Execuções Penais, a Lei Federal 7210, de 1984.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Processo Legislativo Federal
Resumo:	#

Exemplo 7: Encaminhamento de proposição

Tipo:	RQC 5919/2024
Ementa:	Requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para enviar a esta Casa, com urgência, projeto de lei complementar para regulamentar a Emenda Constitucional do Estado 111 2022, tendo em vista que o prazo previsto no art 142 da Lei 24313, de 2023, vence em 28/4/2024.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Encaminhamento de proposição
Resumo:	#

Exemplo 8: Distribuição de proposição

Tipo:	RQC 5917/2024
Ementa:	Requer seja o Projeto de Lei 1116 2023, do deputado Leleco Pimentel, distribuído à Comissão de Meio Ambiente para parecer de 1º turno.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Distribuição de Proposição
Resumo:	#

Exemplo 9: Distribuição de proposição

Tipo:	RQC 5409/2023
Ementa:	Requer seja o Projeto de Lei 754 2015 apreciado pela Comissão de Agropecuária e Agroindústria.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Distribuição de Proposição
Resumo:	#

Exemplo 10: Indicação de deputado para participar de evento

Tipo:	RQC 681 2023
Ementa:	Requer seja designado o deputado Rodrigo Lopes para representar e comissão na Marcha dos Prefeitos, em Brasília.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Atuação Parlamentar
Resumo:	#

Exemplo 11: Consulta pública

Tipo:	RQC 6155/2024
Ementa:	Requer seja realizada consulta pública, no "site" da Assembleia, sobre o Projeto de Lei 12 2023, que institui o Dia Estadual do Psicólogo, a ser comemorado anualmente no dia 27 de agosto.
Indexação:	Comissões/[...]/Providências Internas da ALMG Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Consulta Pública Thesaurus/ Tema /Comunicação/[...]/ Calendário Thesaurus/ Tema /Trabalho.../[...]/ Profissional Especializado Thesaurus/ Tema /Saúde Pública/[...]/ Saúde Mental
Resumo:	#

3.1.7.5. Manifestação

Indexação:	Comissões/[...]/Manifestação/{tipo de manifestação}
Resumo:	#

Exemplo 1: Manifestação ou voto de congratulações, aplausos e apoio

Tipo:	RQN 11002 2022
Ementa:	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Natália Montes da Fonseca, pela publicação do livro "A mulher que empoderava mulheres", que versa sobre a importância das mulheres inspiradoras na luta por igualdade.
Indexação:	Comissões/[...]/Manifestação de Apoio ou Congratulações
Resumo:	#

Exemplo 2: Manifestação de pesar pelo falecimento

Tipo:	RQN 817 2023
--------------	--------------

Ementa:	Requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Edmar Moreira, ocorrido em 18/3/2023, em São João Nepomuceno.
Indexação:	Comissões/[...]/Manifestação de Pesar por Falecimento
Resumo:	#

Exemplo 3: Pedido de informação ou providência e manifestação

Tipo:	RQN 10125 2018
Ementa:	Requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 62º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6 2 2018, em Piedade de Caratinga, que resultou na apreensão de armas de fogo e explosivos e na detenção de nove pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.
Indexação:	Comissões/[...]/Manifestação de Apoio ou Congratulações Comissões/[...]/Pedido de Providência (Estadual) Thesaurus/ Tema /[...]/ PMMG Thesaurus/ Tema /[...]/ Policia Militar
Resumo:	#

3.1.7.6. Notas taquigráficas

Indexação:	Comissões/[...]/Providências Internas da ALMG Thesaurus/ Tema /[...]/ Notas Taquigráficas
Resumo:	#

Exemplo 1: Notas taquigráficas

Tipo:	RQC 8165 2024
Ementa:	Requer sejam encaminhados à Ezze Seguros o relatório, aprovado em 10 de abril de 2024 pela comissão, da visita realizada em 21 de março de 2024 à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - para averiguar os impactos da corrida Stock Car no Hospital Universitário, nos biotérios de criação de animais, na estação ecológica e no Centro Esportivo Universitário, bem como em todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade, e as notas taquigráficas da 13ª Reunião Extraordinária da comissão que tratou desse assunto.
Indexação:	Comissões/[...]/Providências Internas da ALMG Thesaurus/ Tema /[...]/ Notas Taquigráficas

Resumo:	#
----------------	---

Exemplo 2: Notas taquigráficas e Pedido de Providência

Tipo:	RQN 9401 2021
Ementa:	Requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais - MPMG -, à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais - OAB-MG - e à Controladoria-Geral do Estado - CGE - pedido de providências para que seja apurada eventual responsabilidade solidária dos advogados públicos pareceristas, responsáveis pelo Parecer nº 16306/AGE e precedentes, e administradores, diante de possível culpa ou erro grosseiro, acompanhado das notas taquigráficas da 28ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater os desvios dos repasses da contribuição patronal, de responsabilidade do Estado, ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares - IPSM.
Indexação:	Comissões/[...]/Providências Internas da ALMG Thesaurus/ Tema /[...]/ Notas Taquigráficas Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Contribuição Patronal Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ IPSM
Resumo:	#

3.1.7.7. Transcrição nos anais da ALMG

Indexação:	Comissões/[...]/Providências Internas da ALMG Thesaurus/ Tema /[...]/ Transcrição nos Anais
Resumo:	#

Exemplo 1: Transcrição nos anais da ALMG

Tipo:	RQN 10227 2021
Ementa:	Requer a inserção, nos anais da Casa, do pronunciamento do Senador Antônio Anastasia (PSD/MG), indicado pela bancada do seu partido e aprovado pelo Senado Federal para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.
Indexação:	Comissões/[...]/Providências Internas da ALMG Thesaurus/ Tema /[...]/ Transcrição nos Anais
Resumo:	#

3.1.8. Veto

Regras:

- Devem ser preenchidos os campos: "Indexação" e "Resumo".

- Em caso de veto total, a indexação deve ser a mesma do projeto de lei que deu origem à proposição que está sendo vetada, tendo em vista os substitutivos e as emendas apresentadas.
- Em caso de veto parcial, a indexação deverá refletir apenas o conteúdo dos dispositivos vetados.
- Para melhor identificar a proposição de lei que está sendo vetada, é necessário elaborar um resumo com base no conteúdo do próprio veto.
- É obrigatório destacar no resumo o tipo do veto, se “Veto Parcial” ou “Veto Total”, e o motivo presente no texto da mensagem que o encaminhou, se por “Inconstitucionalidade”, “Contrariedade ao Interesse Público” ou “Ilegalidade”.
- A inclusão do assunto que está sendo vetado só é obrigatória para os vetos parciais, em que a ementa não é elucidativa o suficiente sobre o assunto dos dispositivos vetados.
- Tanto para vetos totais quanto para vetos parciais não se deve incluir no resumo a justificativa do governador para o veto.

3.1.8.1. Veto de Projeto de lei que não são resumidos

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto}
Resumo:	{tipo de veto} , {motivo do veto} .

Exemplo 1: Vetos totais ou parciais

Tipo:	VET 17 2020
Ementa:	Veto Total à Proposição de Lei 24473, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Comunitária dos Agricultores Familiares da Pedra Branca o imóvel que especifica.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Bens Imóveis Thesaurus/ Tema /[...]/ Campo do Meio
Resumo:	Veto total por contrariedade ao interesse público.

3.1.8.2. Veto de Projeto de lei que são resumidos

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto}
-------------------	---

Resumo:	{tipo de veto}, {motivo do veto}, {resumo do conteúdo da mensagem}.
----------------	---

Exemplo 1: Veto total

Tipo:	VET 9 2024
Ementa:	Veto total à Proposição de Lei 25628, de 2023, que amplia a área da Estação Ecológica de Fechos, criada pelo Decreto 36073, de 27 de setembro de 1994.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Estação Ecológica (EE) Thesaurus/ Tema /[...]/ Nova Lima
Resumo:	Veto total, por contrariedade ao interesse público, à proposição de lei que amplia a área da Estação Ecológica de Fechos.

Exemplo 1: Veto parcial

Tipo:	VET 25 2025
Ementa:	Veto parcial à Proposição de Lei 25494, que acrescenta artigo à Lei 21733, de 29 de julho de 2015, que estabelece as diretrizes e os objetivos da política estadual de segurança pública.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Defesa do Consumidor Thesaurus/ Tema /[...]/ Equipamento de Segurança Thesaurus/ Tema /[...]/ Serviço Bancário
Resumo:	Veto parcial, por contrariedade ao interesse público, à proposição de lei que estabelece que as agências e os postos de atendimento das instituições bancárias e financeiras deverão afixar, em local visível ao público, aviso informando que, em suas dependências, não há guarda de valores, movimentação de dinheiro ou realização de transferências eletrônicas de valores financeiros.

3.2. Normas internas da Casa

Para efeito deste manual, são consideradas normas internas da casa a decisão, a deliberação, a ordem de serviço, a portaria e a resolução.

3.2.1. Decisão

Regras:

- Devem ser preenchidos os campos: "Indexação" e "Resumo".

3.2.1.1. Adesão de Partido Político a Bloco Parlamentar

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ {nome do partido} Thesaurus/ Tema /[...]/ Bloco Parlamentar
Resumo:	#

Exemplo 1: Adesão de Partido Político a Bloco Parlamentar

Norma:	DPR 1 2022
Ementa:	Produção de efeitos da comunicação de adesão do Partido da Mobilização Nacional - PMN - ao Bloco Parlamentar Deputado Luiz Humberto Carneiro.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Partido da Mobilização Nacional (PMN) Thesaurus/ Tema /[...]/ Bloco Parlamentar
Resumo:	#

3.2.1.2. Comissão Parlamentar

Indexação:	Thesaurus/ Administração Pública /[...]/ {Criação de Comissão / Alteração de Comissão / Extinção de Comissão} Thesaurus/ Administração Pública /[...]/ {Tipo de Comissão} Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto}
Resumo:	#

Exemplo 1: Comissão Parlamentar

Norma:	DCM 40 2021
Ementa:	Cria a Comissão Extraordinária das Privatizações.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Criação de Comissão Thesaurus/ Tema /[...]/ Comissão Extraordinária Thesaurus/ Tema /[...]/ Privatização
Resumo:	#

Exemplo 2: Prorrogação de Comissão Extraordinária

Norma:	DCM 7 2022
Ementa:	Prorroga o prazo de funcionamento da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Comissão Extraordinária

	Thesaurus/ Tema /[...]/ Transporte Ferroviário
Resumo:	#

3.2.1.3. Substituição do Diretor-Geral

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Substituição de Cargo
Resumo:	#

Exemplo 1: Substituição do Diretor-Geral

Norma:	DEP 8 2020
Ementa:	Designa servidor para substituir o titular da Diretoria-Geral.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Substituição de Cargo
Resumo:	#

3.2.1.4. Questões regimentais

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Forma /[...]/ Regimento Interno/{assunto}
Resumo:	#

Exemplo 1: Questões regimentais

Norma:	DCM 33 2020
Ementa:	Dispõe sobre os prazos regimentais referentes à tramitação do projeto de lei de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 e do projeto de Lei do Orçamento Anual - LOA - para o exercício financeiro de 2021.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Forma /[...]/ Regimento Interno/Prazo Regimental
Resumo:	#

3.2.1.5. Consulta Pública

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Consulta Pública Thesaurus/ Tema /Comunicação/[...]/ Calendário Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto}
-------------------	---

Resumo:	#
----------------	---

Exemplo 1: Consulta Pública

Norma:	DCS 2 2020
Ementa:	Dispõe sobre a realização de consulta pública sobre a criação de dia de luto em memória das vítimas do rompimento da Barragem I da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Consulta Pública Thesaurus/ Tema /Comunicação/[...]/ Calendário Thesaurus/ Tema /Mineração/[...]/ Barragem de Rejeitos Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Brumadinho
Resumo:	#

3.2.2. Deliberação

Regras:

- Devem ser preenchidos os campos: “Indexação” e “Resumo”.
- Não é necessário resumir as deliberações que tratam de créditos financeiros.

3.2.2.1. Grupo de trabalho

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /[...]/ Comitê de Trabalho Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto}
Resumo:	#

Exemplo 1: Grupo de trabalho

Norma:	DLB 2786 2022
Ementa:	Dispõe sobre o Comitê Gestor do Portal e da Intranet da Assembleia Legislativa.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /[...]/ Comitê de Trabalho Thesaurus/ Tema /[...]/ Mídia Digital
Resumo:	#

3.2.2.2. Crédito

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ {tipo de crédito}
Resumo:	#

Exemplo 1: Crédito

Norma:	DLB 2778 2021
Ementa:	Dispõe sobre a abertura de créditos suplementares por remanejamento de créditos do orçamento da Assembleia Legislativa.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ Crédito Suplementar
Resumo:	#

3.2.2.3. Gestão de pessoas

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ {assunto}
Resumo:	{resumo}

Exemplo 1: Férias regulamentares

Norma:	DLB 2744 2020
Ementa:	Altera a Deliberação da Mesa nº 2.586, de 22 de abril de 2014, que dispõe sobre a concessão de férias regulamentares no âmbito da Assembleia Legislativa.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Férias Regulamentares
Resumo:	Altera a Deliberação da Mesa que dispõe sobre a concessão de férias regulamentares no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ALMG.

3.2.2.4. Organização Administrativa

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Organização Administrativa
Resumo:	#

Exemplo 1: Estrutura orgânica

Tipo:	DLB 2.769, DE 12/07/2021
Ementa:	Altera a Deliberação da Mesa nº 2.610, de 2 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Assembleia Legislativa, e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Administração Pública /[...]/ Organização Administrativa / {Criação de Unidade / Alteração de Unidade / Extinção de Unidade} Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG
Resumo:	Altera as seguintes denominações de órgãos da Secretaria da Assembleia Legislativa: a Gerência de Planejamento Pedagógico passa a denominar-se Gerência de Educação Legislativa; a Gerência de Coordenação Pedagógica passa a denominar-se Gerência de Educação para a Cidadania; Gerência-Geral de Projetos Institucionais – GPI – passa a denominar-se Gerência-Geral de Participação e Interlocução Social – GPI; a Gerência de Operacionalização de Eventos Institucionais passa a denominar-se Gerência de Práticas Participativas; a Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação – GTP – passa a denominar-se Gerência-Geral de Transcrição e Publicação – GTP; a Gerência de Taquigrafia passa a denominar-se Gerência de Transcrição de Reuniões. (...)

Exemplo 2: Funcionamento setorial

Tipo:	DLB 2.794, de 20/06/2022
Ementa:	Altera a Deliberação da Mesa nº 2.596, de 15 de setembro de 2014, que dispõe sobre o funcionamento da Biblioteca Deputado Camilo Prates da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e estabelece a política de desenvolvimento de seu acervo.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Organização Administrativa Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG /[...]/ GDI
Resumo:	Altera deliberação que dispõe sobre o funcionamento da Biblioteca Deputado Camilo Prates, com o objetivo de autorizar o empregado de empresa contratada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ALMG - para prestação de serviço com cessão de mão de obra em caráter contínuo a realizar empréstimo de livros.

3.2.3. Ordem de Serviço

Regras:

- Devem ser preenchidos os campos: “Indexação” e “Resumo”.

3.2.3.1. Utilização do espaço

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG
-------------------	--

	Thesaurus/ Tema /Segurança Pública/[...]/ {assunto}
Resumo:	{resumo}

Exemplo 1: Utilização do espaço

Norma:	OSV 2 2017
Ementa:	Restringe a cessão de espaços da Assembleia Legislativa para a realização de eventos de terceiros às vésperas da interrupção e do encerramento da sessão legislativa ordinária.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Cessão de Espaço
Resumo:	Proíbe a cessão de espaços da Assembleia Legislativa para a realização de eventos de terceiros a partir da segunda quinzena de junho até a data da interrupção da sessão legislativa ordinária; e a partir da segunda quinzena de novembro até a data de encerramento da sessão legislativa ordinária.

3.2.3.2. Odontológico

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /[...]/ Assistência Complementar Thesaurus/ Tema /[...]/ Tratamento Odontológico
Resumo:	#

Exemplo 1: Odontológico

Norma:	OPP 3 2016
Ementa:	Atualiza a Tabela de Procedimentos Odontológicos da Assembleia Legislativa.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /[...]/ Assistência Complementar Thesaurus/ Tema /[...]/ Tratamento Odontológico
Resumo:	#

3.2.3.3. Taxas Hospitalares

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Saúde Ocupacional
Resumo:	#

Exemplo 1: Taxas Hospitalares

Norma:	OPP 1 2016
Ementa:	Dispõe sobre a Tabela de Diárias e Taxas Hospitalares da Assembleia Legislativa para utilização no âmbito da assistência complementar médico-hospitalar na modalidade autogestão, prevista no art. 31 da Deliberação da Mesa nº 2.565, de 10 de junho de 2013.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Saúde Ocupacional
Resumo:	#

3.2.3.4. Programa Assembleia Cultural

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /Cultura
Resumo:	#

Exemplo 1: Programa Assembleia Cultural

Norma:	OSV 3 2017
Ementa:	Regulamenta o credenciamento e a atuação de pareceristas no âmbito do Programa Assembleia Cultural.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /Cultura
Resumo:	#

3.2.4. Portaria

Regras:

- Devem ser preenchidos os campos: “Indexação” e “Resumo”.
- Para os casos de luto oficial, incluir a profissão de autoridades de Estado e o município apenas para prefeitos e vereadores. Para servidores públicos, usar o termo mais específico disponível no Thesaurus. No caso das demais profissões, incluir o termo “Profissional Especializado”, mais a sua área de atuação.

3.2.4.1. Substituição de chefia

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Trabalho, Emprego e Renda /[...]/ Substituição de Cargo
Resumo:	#

Exemplo 1: Substituição de chefia

Norma:	PDG 20 2022
Ementa:	Designa servidores para substituir titulares de funções gratificadas de gerente-geral e de nível superior.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Ação /[...]/ Substituição de Cargo
Resumo:	#

3.2.4.2. Calendário

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /Comunicação/[...]/ Calendário
Resumo:	#

Exemplo 1: Calendário

Norma:	PSD 50 2021
Ementa:	Aprova o calendário de funcionamento da Assembleia Legislativa para o exercício de 2022.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /Comunicação/[...]/ Calendário
Resumo:	#

Exemplo 2: Suspensão de Atividades

Norma:	PSD 18 2022
Ementa:	Suspende as atividades da Assembleia Legislativa no dia 17 de junho de 2022.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /Comunicação/[...]/ Calendário
Resumo:	#

Exemplo 3: Ponto facultativo (Copa do Mundo)

Norma:	PRT 28 2023
Ementa:	Dispõe sobre o expediente da Secretaria da Assembleia Legislativa nos dias de jogos da Seleção Brasileira Feminina de Futebol na Copa do Mundo de 2023.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /Comunicação/[...]/ Calendário Thesaurus/ Tema /Esporte e Lazer/[...]/ Competição Esportiva
Resumo:	#

3.2.4.3. Câmara de Recursos Administrativos de Pessoal – CRP

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG /[...]/ CRP
Resumo:	#

Exemplo 1: Câmara de Recursos Administrativos de Pessoal – CRP

Norma:	PRT 16 2022
Ementa:	Altera o parágrafo único do art. 1º da Portaria da Diretoria-Geral nº 25, de 11 de maio de 2017, que designa servidores para compor a Câmara de Recursos Administrativos de Pessoal – CRP.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG /[...]/ CRP
Resumo:	#

Exemplo 2: Câmara de Recursos Administrativos de Pessoal – CRP

Norma:	PRT 10 2023
Ementa:	Constitui comissão encarregada da condução dos trabalhos relativos ao processo eleitoral para escolha dos representantes dos servidores na Câmara de Recursos Administrativos de Pessoal – CRP.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG /[...]/ CRP
Resumo:	#

3.2.4.5. Grupo de trabalho

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /[...]/ Comitê de Trabalho
-------------------	--

	Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto}
Resumo:	#

Exemplo 1: Grupo de trabalho

Norma:	PDG 7 2022
Ementa:	Designa servidores para compor o Comitê Gestor do Portal e da Intranet da Assembleia Legislativa.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /[...]/ Comitê de Trabalho Thesaurus/ Tema /[...]/ Mídia Digital
Resumo:	#

Exemplo 2: Direcionamento Estratégico

Norma:	PDG 19 2022
Ementa:	Designa servidores para a gestão executiva dos projetos do Direcionamento Estratégico da Assembleia Legislativa para o período de 1º de fevereiro de 2022 a 1º de fevereiro de 2023.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /[...]/ Comitê de Trabalho Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Planejamento Estratégico
Resumo:	#

Exemplo 3: Comissão organizadora do Programa Assembleia Cultural

Norma:	PDG 29 2022
Ementa:	Divulga os componentes da Comissão Organizadora a que se refere o item 6.1 do Edital nº 2, de 26 de agosto de 2022, no âmbito do Programa Assembleia Cultural – Projeto Segunda Musical.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /[...]/ Comitê de Trabalho Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Teatro Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Música
Resumo:	#

Exemplo 4: Comissão de processo administrativo disciplinar

Norma:	PRT 46 2022
Ementa:	Instaura processo administrativo disciplinar e constitui comissão com a finalidade de apurar eventual falta funcional cometida por servidoras.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /[...]/ Comitê de Trabalho Thesaurus/ Tema /[...]/ Processo Administrativo Disciplinar
Resumo:	#

Exemplo 5: Comissão de avaliação e classificação dos bens permanentes

Norma:	PRT 32/2023
Ementa:	Designa servidores para compor comissão especial encarregada de realizar a avaliação e a classificação dos bens permanentes em desuso de propriedade da Assembleia Legislativa.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /[...]/ Comitê de Trabalho Thesaurus/ Tema /[...]/ Bens Móveis
Resumo:	#

Exemplo 6: Grupos de servidores de encerramento do exercício financeiro.

Norma:	PRT 39/2023
Ementa:	Constitui grupos de servidores para realizarem os trabalhos relativos ao encerramento do exercício financeiro de 2023.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /[...]/ Comitê de Trabalho Thesaurus/ Tema /[...]/ Exercício 2023
Resumo:	#

3.2.4.6. Luto

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação/[...]/Homenagem/ Luto Oficial Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto} Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ {profissão} Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenv. Regional/[...]/ {município}
Resumo:	#

Exemplo 1: Luto por falecimento de autoridade ou agente político

Norma:	PRT 20 2025
Ementa:	Decreta luto na Assembleia Legislativa, por três dias, em sinal de pesar pelo falecimento do prefeito municipal de Belo Horizonte, Fuad Jorge Noman Filho.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação/[...]/Homenagem/ Luto Oficial Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Prefeito Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenv. Regional/[...]/ Belo Horizonte
Resumo:	#

Exemplo 2: Luto por falecimento de autoridade ou agente político

Norma:	PRT 44 2023
Ementa:	Decreta luto na Assembleia Legislativa, por três dias, em sinal de pesar pelo falecimento do ex-presidente da Assembleia Legislativa e ex-governador do Estado de Minas Gerais Alberto Pinto Coelho.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação/[...]/Homenagem/ Luto Oficial Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Governador
Resumo:	#

Exemplo 3: Luto por falecimento de artista

Norma:	PPR 46 2021
Ementa:	Decreta luto na Assembleia Legislativa, por três dias, em sinal de pesar pelo falecimento do pianista Nelson Freire.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação/[...]/Homenagem/ Luto Oficial Thesaurus/ Tema /Cultura/[...]/ Música Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emp. e Renda/[...]/ Profissional Especializado
Resumo:	#

3.2.4.7. Abono de falta

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Licenças Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Eleição
Resumo:	#

Exemplo 1: Abono de falta para a eleição

Norma:	Portaria nº 37, de 13/09/2022
Ementa:	Dispõe sobre abono de falta de servidor e de estagiário que tenham domicílio eleitoral fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Licenças Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Eleição
Resumo:	#

3.2.5. Projeto de Resolução e Resolução

Regras:

- Devem ser preenchidos os campos: “Indexação” e “Resumo”.
- Para os decretos de calamidade pública inclua todos os municípios citados. Não há distinção entre reconhecer o estado de calamidade e a sua prorrogação.
- Sempre inclua o ano em que foi declarada a calamidade ou situação de emergência, tendo como base a data da vigência da norma ou a data do decreto municipal que lhe deu origem. Atenção às normas de Janeiro, em que retroagem os efeitos para o ano anterior.

3.2.5.1. Calamidade Pública ou situação de emergência

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ {Situação de Emergência/Calamidade Pública} Thesaurus/ Tema /[...]/ Pandemia Thesaurus/ Tema /[...]/ Covid-19 Thesaurus/ Tema /[...]/ {município} Thesaurus/ Ano /[...]/ {ano}
Resumo:	#

Exemplo 1: Calamidade Pública por Covid-19

Norma:	RAL 5601 2022
Ementa:	Reconhece a prorrogação do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 nos Municípios de Contagem e Piranga e dá outra providência.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Calamidade Pública Thesaurus/ Tema /[...]/ Pandemia

	Thesaurus/ Tema /[...]/ Covid-19 Thesaurus/ Tema /[...]/ Contagem Thesaurus/ Tema /[...]/ Piranga Thesaurus/ Tempo /[...]/ 2022
Resumo:	#

Exemplo 2: Situação de emergência por Covid-19

Norma:	Exemplo fictício
Ementa:	Reconhece a situação de emergência decorrente da pandemia de Covid-19 no Município de Contagem e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Situação de Emergência Thesaurus/ Tema /[...]/ Pandemia Thesaurus/ Tema /[...]/ Covid-19 Thesaurus/ Tema /[...]/ Contagem Thesaurus/ Tempo /[...]/ 2020
Resumo:	#

3.2.5.2. Homenagem

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação[...]/ Homenagem Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto} Thesaurus/ Tema /[...]/ {ocupação ou destinatário, se houver}
Resumo:	#

Exemplo 1: Título de cidadão honorário

Tipo:	PRE 181 2022
Ementa:	Concede o título de Cidadão Honorário do Estado a Givanildo Vieira de Souza, o Hulk.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação[...]/ Homenagem Thesaurus/ Tema /Esporte e Lazer/[...]/ Futebol Thesaurus/ Tema /[...]/ Profissional Especializado
Resumo:	#

Exemplo 2: Prêmio

Tipo:	PRE 115 2021
--------------	--------------

Ementa:	Institui o "Prêmio Meninas Olímpicas", a ser conferido pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais às alunas das escolas da rede pública de ensino em olimpíadas científicas e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação[...]/ Homenagem Thesaurus/ Tema /Educação/[...]/ Ensino Público Estadual Thesaurus/ Tema /[...]/ Mulher
Resumo:	#

3.2.5.3. Sustação de efeitos de decreto estadual

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Sustação de Efeitos de Normas Infralegais Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto}
Resumo:	Susta os efeitos de Decreto Estadual que dispõe sobre {o resumo do que a resolução pretende sustar}

Exemplo 1: Sustação de efeitos de decreto estadual

Norma:	RAL 5599 2022
Ementa:	Susta os efeitos do art. 7º do Decreto nº 45.841, de 26 de dezembro de 2011, para o fim que menciona.
Emenda do decreto:	Dispõe sobre o processo de acumulação de cargos, funções ou empregos públicos no âmbito da administração pública direta e indireta do Poder Executivo e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Sustação de Efeitos de Normas Infralegais Thesaurus/ Tema /[...]/ Acumulação de Cargos Thesaurus/ Tema /[...]/ Servidor Público Estadual Thesaurus/ Tema /[...]/ Poder Executivo Estadual
Resumo:	Susta os efeitos de decreto estadual que determina que o cargo, função ou emprego público para o qual se exigir dedicação exclusiva ou integral será incompatível com o exercício de outro cargo, função ou emprego público.

3.2.5.4. Aprovação de Contas

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ Prestação de Contas Anual Thesaurus/ Tempo /[...]/ {ano financeiro}
Resumo:	#

Exemplo 1: Aprovação de Contas

Norma:	RAL 5599 2022
---------------	---------------

Ementa:	Aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2019.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ Prestação de Contas Anual Thesaurus/ Tempo /[...]/ Exercício 2019
Resumo:	#

3.2.5.5. Criação de Bancada

Indexação:	Thesaurus/ Ação /[...]/ Criação Thesaurus/ Tema /Administração Pública[...]/ALMG/[...]/ Bancada Parlamentar
Resumo:	#

Exemplo 1: Criação de Bancada

Norma:	RAL 5590 2021
Ementa:	Cria a Procuradoria da Mulher e institui a Bancada Feminina no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais-ALMG.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública[...]/ALMG/[...]/ Bancada Parlamentar Thesaurus/ Destinatário /[...]/ Mulher
Resumo:	#

3.2.5.6. Constituição Federal

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Matéria /[...]/ Constituição Federal
Resumo:	#

Exemplo 1: Constituição Federal

Tipo:	PRE 137 2021
Ementa:	Aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal, a fim de alterar os arts 22, 24, 30, 41 e 175 e incluir o art 182-A no texto constitucional, bem como o art 115 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com o objetivo de revisar a repartição de competências da Federação, atribuindo-se aos estados federados maior autonomia regulatória.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ALMG Thesaurus/ Matéria /[...]/ Constituição Federal
Resumo:	#

3.2.5.7. Licença do Governador e do Vice-Governador

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Afastamento de Autoridade {tempo} Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Vice-Governador
Resumo:	#

Exemplo 1: Autorização de viagem do governador

Tipo:	PRE 7 2023
Ementa:	Concede licença ao vice-governador do Estado para se ausentar do País.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Afastamento de Autoridade (15 Dias ou Mais) Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Governador
Resumo:	#

Exemplo 2: Autorização de viagem do vice-governador

Tipo:	PRE 7 2023
Ementa:	Concede licença ao vice-governador do Estado para se ausentar do País.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Afastamento de Autoridade (15 Dias ou Mais) Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Vice-Governador
Resumo:	#

3.3. Normas jurídicas e proposições legislativas

Para efeito deste manual, são consideradas normas jurídicas e proposições legislativas os decretos, os projetos de lei e as leis estaduais, entre outros documentos listados abaixo.

3.3.1. Constituição

Regras:

- Devem ser preenchidos os campos: “Indexação” e “Resumo”.
- Nas proposições legislativas, quando a Proposta de Emenda à Constituição – PEC não fizer referência clara ao assunto em questão,

inserir um pós-ementa, entre parênteses, com um breve relato do que se propõe a alterar, encerrando a frase com o ponto final.

- Sempre que houver publicação de uma Emenda à Constituição, a indexação do artigo alterado da Constituição, e, se for o caso, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, deve ser revisto e adequado.

3.3.1.1. Emenda à Constituição Estadual

Ementa:	(...) ({breve texto explicativo})
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/{assunto}
Resumo:	{resumo}.

Exemplo 1: Emenda à Constituição Estadual

Norma:	PEC 68 2021
Ementa:	Acrescenta o § 6º ao art 161 da Constituição do Estado. (Autoriza a utilização da transferência especial para fins de execução financeira e orçamentária de despesa autorizada por meio da abertura de crédito adicional.)
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Transferências Governamentais
Resumo:	Determina que a transferência de recursos a município autorizada por meio de lei de abertura de crédito adicional, prevista na Lei do Orçamento Anual, cuja fonte de custeio decorra de receita proveniente de excesso de arrecadação que, no exercício financeiro, supere 1% (um por cento) da receita orçamentária total, é de execução orçamentária e financeira obrigatória.

Exemplo 1: Emenda à ADCT

Norma:	PEC 67 2021
Ementa:	Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. (Que dispõe sobre o tombamento, para fins de conservação, da Serra do Curral.)
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Preservação Ambiental
Resumo:	Tomba, para fins de conservação, a Serra do Curral, marco geográfico mais representativo da região metropolitana de Belo Horizonte, rico não só em beleza natural, mas na flora e fauna e responsável ainda por grande parte da riqueza mineral de Minas Gerais, como o ouro, ferro e manganês.

3.3.2. Decreto de Numeração Especial

Regras:

- Devem ser preenchidos os campos: “Indexação”.
- Para os decretos de calamidade pública, desapropriação de pleno domínio e constituição de servidão, inclua todos os municípios citados.
- Para os decretos de crédito suplementar, **não inclua** os órgãos/entidades constantes na tabela de suplementação e anulação de dotações orçamentárias.
- Sempre inclua o ano em que foi declarada a calamidade ou situação de emergência, tendo como base a data da vigência da norma ou a data do decreto municipal que lhe deu origem. Atenção às normas de Janeiro, em que retroagem os efeitos para o ano anterior.
- Para os casos de luto oficial, incluir a profissão de autoridades de Estado e o município apenas para prefeitos e vereadores. Para servidores públicos, usar o termo mais específico disponível no Thesaurus. No caso das demais profissões, incluir o termo “Profissional Especializado”, mais a sua área de atuação.
- Para os casos de desapropriação, sempre incluir o tipo de imóvel a que se destina, se “Rodovia”, “Estabelecimento de Ensino”, “Unidade de Saúde”, etc.

3.3.2.1. Situação de Emergência ou Calamidade Pública

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ {Situação de Emergência/Calamidade Pública} Thesaurus/ Tema /[...]/ {município} Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto} Thesaurus/ Tempo /[...]/ {ano}
Resumo:	#

Exemplo 1: Situação de emergência por chuvas intensas

Tipo:	DNE 236 2022
Ementa:	Reconhece o Decreto Municipal nº 518, de 16 de fevereiro de 2022, do Prefeito Municipal de Manhumirim, que declarou SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do município afetadas por Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4.

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Situação de Emergência Thesaurus/ Tema /[...]/ Manhumirim Thesaurus/ Tema /[...]/ Chuvas e Enchentes Thesaurus/ Tempo /[...]/ 2022
Resumo:	#

Exemplo 2: Calamidade pública por chuvas intensas

Tipo:	DNE 223, de 25/04/2022
Ementa:	Reconhece o Decreto Municipal nº 7, de 10 de janeiro de 2022, do Prefeito Municipal de Dorés de Guanhões, que declarou ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA nas áreas do município afetadas por Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Calamidade Pública Thesaurus/ Tema /[...]/ Dorés de Guanhões Thesaurus/ Tema /[...]/ Chuvas e Enchentes Thesaurus/ Tempo /[...]/ 2022
Resumo:	#

Exemplo 3: Situação de emergência por vendaval

Tipo:	DNE 1, de 02/01/2024
Ementa:	Reconhece o Decreto Municipal nº 1.428, de 12 de dezembro de 2023, do Prefeito Municipal de Cana Verde, que declarou SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do município afetadas por Vendaval – 1.3.2.1.5
Vigência:	Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12/12/2023.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Calamidade Pública Thesaurus/ Tema /[...]/ Cana Verde Thesaurus/ Tema /[...]/ Chuvas e Enchentes Thesaurus/ Tempo /[...]/ 2023
Resumo:	#

Exemplo 4: Situação de emergência por causa da seca

Tipo:	DNE 47, de 25/01/2023
Ementa:	Reconhece o Decreto Municipal nº 67, de 22 de novembro de 2022, do Prefeito Municipal de Mirabela, que declarou SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do município afetadas por Seca – 1.4.1.2.0.

Vigência	Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22/11/2022.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Situação de Emergência Thesaurus/ Tema /[...]/ Mirabela Thesaurus/ Tema /[...]/ Seca Thesaurus/ Tempo /[...]/ 2022
Resumo:	#

Exemplo 5: Calamidade pública por causa da seca

Tipo:	DNE 509, de 16/09/2013
Ementa:	Homologa o Decreto Municipal nº 56, de 7 de agosto de 2013, do Prefeito Municipal de Pai Pedro, que declarou ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA nas áreas do Município afetadas por Seca – 1.4.2.1.0.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Calamidade Pública Thesaurus/ Tema /[...]/ Pai Pedro Thesaurus/ Tema /[...]/ Seca Thesaurus/ Tempo /[...]/ 2013
Resumo:	#

Exemplo 6: Situação de emergência por causa de doenças infecciosas virais

Tipo:	DNE 249 2023
Ementa:	Reconhece o Decreto Municipal nº 17, de 6 de março de 2023, da Prefeita Municipal de Itacarambi, que declarou SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do município afetadas por Doenças Infecciosas Virais – 1.5.1.1.0.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Situação de Emergência Thesaurus/ Tema /[...]/ Itacarambi Thesaurus/ Tema /[...]/Doença Transmissível Thesaurus/ Tema /[...]/Dengue Thesaurus/ Tema /[...]/Doença por Zika Vírus Thesaurus/ Tema /[...]/Chikungunya Thesaurus/ Tempo /[...]/ 2023
Resumo:	#

3.3.2.2. Imóvel

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/Bens Imóveis/{ assunto } Thesaurus/ Tema /[...]/{ município } Thesaurus/ Tema /[...]/{ tipo de imóvel }*
-------------------	---

Resumo:	#
----------------	---

* Apenas para desapropriação.

Exemplo 1: Desapropriação de pleno domínio

Tipo:	DNE 244 2022
Ementa:	Declara de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio, terreno necessário à construção da Subestação Curvelo 3, de 138 – 13,8 kV, do Sistema Cemig, no Município de Curvelo.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Desapropriação Thesaurus/ Tema /[...]/ Curvelo Thesaurus/ Tema /[...]/ Saneamento Básico
Resumo:	#

Exemplo 2: Constituição de servidão

Tipo:	DNE 245 2022
Ementa:	Declara de utilidade pública, para constituição de servidão, terreno necessário à extensão da Rede de Distribuição Rural Paracatu, de 7,97 kV, do Sistema Cemig, no Município de Paracatu.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Servidão Administrativa Thesaurus/ Tema /[...]/ Paracatu
Resumo:	#

Exemplo 3: Desapropriação de pleno domínio e constituição de servidão

Tipo:	DNE 244 2022
Ementa:	Declara de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio e constituição de servidão, pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa, terrenos necessários à ampliação do sistema de abastecimento de água do Município de Capinópolis.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Desapropriação Thesaurus/ Tema /[...]/ Servidão Administrativa Thesaurus/ Tema /[...]/ Capinópolis Thesaurus/ Tema /[...]/ Abastecimento de Água
Resumo:	#

Exemplo 4: Reserva imóvel devoluto

Tipo:	DNE 244 2022
Ementa:	Reserva imóvel devoluto para instalação de poço de captação d'água da Comunidade de Pé da Serra, no Município de Janaúba.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Terra Devoluta Thesaurus/ Tema /[...]/ Janaúba
Resumo:	#

Exemplo 5: Ocupação temporária de imóvel

Tipo:	DNE 683 2022
Ementa:	Declara de utilidade pública, para fins de ocupação temporária, terrenos necessários ao desenvolvimento de estudos e projetos para a construção do Reservatório de Água Bruta – RAB nos Municípios de Paraopeba e Caetanópolis.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Cessão Thesaurus/ Tema /[...]/ Paraopeba Thesaurus/ Tema /[...]/ Caetanópolis
Resumo:	#

3.3.2.3. Utilidade Pública para obra em APA

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Servidão Ambiental Thesaurus/ Tema /[...]/ {município}
Resumo:	#

Exemplo 1: Linha de Distribuição de Energia

Tipo:	DNE 304 2022
Ementa:	Declara de utilidade pública, nos termos do disposto na alínea “b” do inciso VII do art. 3º da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, a obra de infraestrutura de construção da Linha de Distribuição Ipanema – Mutum 2, de 69 kV, nos Municípios de Ipanema, Taparuba e Mutum.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Servidão Ambiental Thesaurus/ Tema /[...]/ Ipanema Thesaurus/ Tema /[...]/ Taparuba Thesaurus/ Tema /[...]/ Mutum
Resumo:	#

Exemplo 2: Pavimentação de rodovia

Tipo:	DNE 318 2021
Ementa:	Declara de utilidade pública, nos termos do disposto na alínea "b" do inciso VII do art. 3º da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, as obras de intervenção em caráter emergencial na Rodovia MG-010, no trecho Conceição do Mato Dentro – Serro, km 197,20, no Município de Conceição do Mato Dentro.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Servidão Ambiental Thesaurus/ Tema /[...]/ Mato Dentro
Resumo:	#

Exemplo 3: Usina Hidrelétrica

Tipo:	DNE 9 2022
Ementa:	Declara de utilidade pública, nos termos do disposto na alínea "b" do inciso VII do art. 3º da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, a obra de infraestrutura de construção da Usina de Geração de Energia Fotovoltaica – UFV Jequitinhonha II, no Município de Araçuaí.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Servidão Ambiental Thesaurus/ Tema /[...]/ Araçuaí
Resumo:	#

Exemplo 4: Abatedouro Municipal

Tipo:	DNE 273, de 13/05/2022
Ementa:	Declara de utilidade pública, nos termos do disposto no inciso I do art. 2º da Lei nº 10.883, de 2 de outubro de 1992, a obra do Abatedouro Municipal, no Município de Curvelo.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Servidão Ambiental Thesaurus/ Tema /[...]/ Curvelo
Resumo:	#

3.3.2.4. Crédito

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Crédito Suplementar
Resumo:	#

Exemplo 1: Crédito Suplementar

Tipo:	DNE 251 2022
Ementa:	Abre crédito suplementar no valor de R\$67.425.051,61.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Crédito Suplementar
Resumo:	#

Exemplo 2: Dotação Orçamentária

Tipo:	DNE 622, de 23/12/2019
Ementa:	Dispõe sobre a transposição de dotações orçamentárias.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Crédito Orçamentário
Resumo:	#

Exemplo 3: Crédito suplementar a órgão/entidade específica

Tipo:	DNE 194, de 5/3/2024
Ementa:	Abre crédito suplementar ao Orçamento de Investimento em favor da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig Geração e Transmissão S.A., no valor de R\$66.415.000,00.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Crédito Suplementar
Resumo:	#

Exemplo 4: Crédito suplementar com emendas orçamentárias

Tipo:	DNE 255, de 02/04/2024
Ementa:	Abre crédito suplementar no valor de R\$498.814.989,84.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Crédito Suplementar Thesaurus/ Tema /[...]/ Emenda Orçamentária
Resumo:	#

3.3.2.5. Parque estadual (Unidade de Conservação)

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Meio Ambiente/[...]/ Parque Público Thesaurus/[...]/ {município}
Resumo:	#

Exemplo 1: Criação de Parque Estadual

Tipo:	DNE 301, de 04/07/2018
Ementa:	Cria o Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Meio Ambiente/[...]/ Parque Público Thesaurus/[...]/ Lima Duarte Thesaurus/[...]/ Olaria Thesaurus/[...]/ Rio Preto Thesaurus/[...]/ Santa Bárbara do Monte Verde
Resumo:	#

Exemplo 2: Alteração de Limite de Parque Estadual

Tipo:	DNE 285, de 14/12/2009
Ementa:	Altera dispositivo do Decreto nº 39.906, de 22 de setembro de 1998, define o novo perímetro do Parque Estadual de Grão Mogol e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Meio Ambiente/[...]/ Parque Público Thesaurus/[...]/ Grão-Mogol
Resumo:	#

Exemplo 3: Alteração do nome do Parque Estadual

Tipo:	DNE 318, de 04/07/2020
Ementa:	Altera a denominação do Parque Estadual da Lapa Grande, localizado no Município de Bocaiúvas.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Meio Ambiente/[...]/ Parque Público Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Próprio Público Thesaurus/[...]/ Bocaiúvas
Resumo:	#

3.3.2.6. Transferência da capital do Estado

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Capital Estadual Thesaurus/ Tema /[...]/ {município}
Resumo:	#

Exemplo 1: Transferência simbólica da capital do Estado

Tipo:	DNE 230 2023
--------------	--------------

Ementa:	Transfere, simbolicamente, a Capital do Estado para o Município de Ouro Preto.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Capital Estadual Thesaurus/ Tema /[...]/Município/ Ouro Preto
Resumo:	#

3.3.2.7. Luto

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação/[...]/Homenagem/ Luto Oficial Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto} Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ {profissão} Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ {município}
Resumo:	#

Exemplo 1: Luto por falecimento de autoridade ou agente político

Norma:	DNE 329 2025
Ementa:	Declara luto oficial no Estado de Minas Gerais.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação/[...]/Homenagem/ Luto Oficial Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Prefeito Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Belo Horizonte
Resumo:	#

Exemplo 2: Luto por falecimento de autoridade ou agente político

Norma:	DNE 564 2023
Ementa:	Declara luto oficial no Estado de Minas Gerais.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação/[...]/Homenagem/ Luto Oficial Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Governador
Resumo:	#

Exemplo 3: Luto por falecimento de servidor público

Norma:	DNE 703 2024
Ementa:	Declara luto oficial no Estado de Minas Gerais.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação/[...]/Homenagem/ Luto Oficial

	Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/Bombeiro Militar Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais (CBMMG) Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/Servidor Público da Saúde
Resumo:	#

Exemplo 4: Luto por vítimas de desastre

Norma:	DNE 579 2024
Ementa:	Declara luto oficial no Estado de Minas Gerais.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação/[...]/Homenagem/ Luto Oficial Thesaurus/ Tema /Transporte e Trânsito/[...]/Acidente de Trânsito Thesaurus/ Tema /Transporte e Trânsito/[...]/Aeronave
Resumo:	#

3.3.2.8. Criação de unidade escolar

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Criação de Unidade Thesaurus/ Tema /Educação/[...]/ Educação Básica Thesaurus/ Tema /Educação/[...]/ {município}
Resumo:	#

Exemplo 1: Criação de unidade escolar

Norma:	DNE 295 2024
Ementa:	Cria unidade escolar na rede estadual de ensino no Município de Buritizeiro.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Criação de Unidade Thesaurus/ Tema /Educação/[...]/ Educação Básica Thesaurus/ Tema /Educação/[...]/ Buritizeiro
Resumo:	#

3.3.3. Decreto

Regras:

- Devem ser preenchidos os campos: “Indexação” e “Resumo”.
- Para os decretos de ICMS, incluir no campo “Resumo” os produtos citados apenas se os mesmos não estiverem listados no corpo do texto,

ou seja, apenas em caso de legislação oculta. A regra não vale para projeto de lei e lei.

- No caso de alteração do Regulamento do ICMS, para o indexador compreender o contexto da alteração e realizar a adequada representação, deve acessar o Regulamento do ICMS no site da SEF observando títulos, subtítulos e *caput* do dispositivo em que é realizada a alteração:

http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/ricms/

- Para os decretos de gratificação do Poder Executivo Estadual, devem ser citados todos os órgãos/entidades figurados no documento.
- Para os decretos que regulamentam leis, deve-se utilizar a indexação da lei.

3.3.3.1. ICMS

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS Thesaurus/ Tema /[...]/ {ação executada}
Resumo:	{linguagem natural} .

Exemplo 1: Incidência e não-incidência (arts. 1º-7º; 153)

Tipo:	DEC 48.343 2021
Ementa:	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS Thesaurus/ Tema /[...]/ Incidência Tributária
Resumo:	Enumera os itens sobre os quais incide o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Exemplo 2: Operação (art. 8º-10)

Tipo:	DEC 48.344 2021
Ementa:	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre

	Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS Thesaurus/ Tema /[...]/ Operação Tributária
Resumo:	#

Exemplo 3: Alíquota (art. 11, Anexo I)

Tipo:	DEC 48.341 2021
Ementa:	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS Thesaurus/ Tema /[...]/ Alíquota Tributária
Resumo:	Estabelece a alíquota tributária destinada para embarcações de esporte e recreação, inclusive seus motores, ainda que objeto de operações distintas.

Exemplo 4: Base de cálculo (art. 12-22, Anexo II)

Tipo:	DEC 48.342 2021
Ementa:	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS Thesaurus/ Tema /[...]/ Base de Cálculo
Resumo:	Define a base de cálculo tributária para saída, em operação interestadual, dos seguintes produtos, produzidos para uso na agricultura, pecuária, apicultura, aquicultura, avicultura, cunicultura, ranicultura ou sericicultura, conforme o caso, e desde que utilizados para esses fins inseticida, fungicida, formicida, herbicida, parasiticida, germicida, acaricida, nematocida, raticida, desfolhante, dessecante, espalhante, adesivo, estimulador ou inibidor de crescimento (reguladores).

Exemplo 5: Sujeito passivo e contribuinte (art. 23-24 e 61-90)

Tipo:	DEC 48.343 2021
Ementa:	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre

	Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS Thesaurus/ Tema /[...]/ Contribuinte
Resumo:	#

Exemplo 6: Crédito Não-Cumulativo (art. 28-44, Anexo III)

Tipo:	DEC 48.345 2021
Ementa:	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS Thesaurus/ Tema /[...]/ Crédito Acumulado
Resumo:	#

Exemplo 7: Crédito Presumido (art. 45-47, Anexo IV)

Tipo:	DEC 48.346 2021
Ementa:	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS Thesaurus/ Tema /[...]/ Crédito Presumido
Resumo:	#

Exemplo 8: Documentos fiscais (art. 91-105, Anexo V)

Tipo:	DEC 48.350 2021
Ementa:	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS Thesaurus/ Tema /[...]/ Documento Fiscal
Resumo:	#

Exemplo 9: Recolhimento (art. 112-118)

Tipo:	DEC 48.348 2021
Ementa:	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS Thesaurus/ Tema /[...]/ Recolhimento Tributário
Resumo:	Determina o recolhimento tributária para a importação de mercadoria ou bem do exterior, quando o pagamento deva ser efetuado até o momento do desembarço, desde que o mesmo ocorra fora do Estado.

Exemplo 10: Pagamento indevido (art. 125-128)

Tipo:	DEC 48.349 2021
Ementa:	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS Thesaurus/ Tema /[...]/ Pagamento Tributário Indevido
Resumo:	Determina a restituição do valor pago a título de imposto enseja a restituição, na mesma proporção, do valor das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infração de caráter formal que não se deva reputar prejudicada pela causa assecuratória da restituição.

Exemplo 11: Diferimento (arts. 129-139 e Anexo VI)

Tipo:	DEC 48.338 2021
Ementa:	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS Thesaurus/ Tema /[...]/ Diferimento Tributário
Resumo:	#

Exemplo 12: Substituição tributária (art. 140, Anexo VII)

Tipo:	DEC 48.340 2021
Ementa:	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS Thesaurus/ Tema /[...]/ Substituição Tributária
Resumo:	#

Exemplo 13: Regime Especial de tributação (art. 141-147, Anexo VIII)

Tipo:	DEC 48.351 2021
Ementa:	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS Thesaurus/ Tema /[...]/ Regime Especial de Tributação
Resumo:	Determina regime especial de tributação para prestadores de serviços de transporte de cargas.

Exemplo 14: Suspensão (arts. 148-150 e Anexo IX)

Tipo:	DEC 48.339 2021
Ementa:	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS Thesaurus/ Tema /[...]/ Suspensão Tributária
Resumo:	Determina a suspensão tributária na saída de mercadoria ou bem, destinados a conserto, reparo ou industrialização, total ou parcial, ressalvadas as operações, para fora do Estado, de remessa ou retorno de sucata e de produto primário de origem animal, vegetal ou mineral, casos em que a suspensão da incidência do imposto fica condicionada aos termos fixados em protocolo celebrado entre este Estado e outra unidade da Federação, observado o disposto nas notas 2 a 4 ao final deste anexo.

Exemplo 15: Isenção (arts. 151-152 e Anexo X)

Tipo:	DEC 48.337 2021
--------------	-----------------

Ementa:	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS Thesaurus/ Tema /[...]/ Isenção Tributária
Resumo:	Concede isenção tributária na saída, em operação interna, de bulbo de cebola certificado ou fiscalizado, atendidas as disposições da legislação federal que rege a matéria, promovida por seu produtor e destinado à produção de sementes.

Exemplo 16: Fiscalização e Apreensão de mercadoria (art. 154-192)

Tipo:	DEC 48.352 2021
Ementa:	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS Thesaurus/ Tema /[...]/ Fiscalização e Apreensão de Mercadoria
Resumo:	Delimita os critérios quando o sujeito passivo poderá ser submetido a regime especial de controle e fiscalização, inclusive com alteração da forma e do prazo de pagamento do imposto.

Exemplo 17: Convênio do Confaz

Tipo:	DEC 48.594 2023
Ementa:	Dispõe sobre a não ratificação do Convênio ICMS nº 11, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com gasolina e etanol anidro combustível, nos termos da Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ CONFAZ Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS Thesaurus/ Tema /[...]/ Regime Especial de Tributação
Resumo:	Determina a não ratificação do convênio ICMS celebrado no Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz -, relativo ao regime de tributação monofásica nas operações com gasolina e etanol anidro combustível.

3.3.3.2. Gratificação de pessoal do Executivo

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ {gratificação} Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ {órgão/entidade}
Resumo:	#

Exemplo 1: DAD-unitário

Tipo:	DEC 48.434 2022
Ementa:	Remaneja e distribui valores de DAD-unitário do Gabinete Militar do Governador para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Função Gratificada Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ GMG Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ SEPLAG
Resumo:	#

Exemplo 2: DAD-unitário e GTED-unitário

Tipo:	DEC 48.409 2022
Ementa:	Remaneja e distribui valores de DAD-unitário e GTED-unitário dos órgãos que menciona para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Função Gratificada Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Gratificação (Vantagem Pecuniária) Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ SEDE Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ SEDESE Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ SEF Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ CGE Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ SEPLAG
Resumo:	#

Exemplo 3: DAD-unitário, FGD-unitário e GTED-unitário

Tipo:	DEC 48.362 2022
Ementa:	Remaneja e distribui valores de DAD-unitário, FGD-unitário e GTED-unitário dos órgãos que menciona para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Função Gratificada

	Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Gratificação (Vantagem Pecuniária) Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ SEDE Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ CGE Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ SEINFRA Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ SEPLAG
Resumo:	#

3.3.3.3. Estatuto ou regulamento

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Forma/[...]/ {Regulamento/Estatuto} Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ {órgão/entidade} Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ {assunto}
Resumo:	#

Exemplo 1: Regulamento

Tipo:	DEC 48.293, DE 28/10/2021
Ementa:	Contém o regulamento do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Forma/[...]/ Regulamento Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ IPSEMG Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Organização Administrativa
Resumo:	#

Exemplo 2: Estatuto

Tipo:	DEC 48.403, de 07/04/2022
Ementa:	Altera o Decreto nº 47.852, de 31 de janeiro de 2020, que contém o Estatuto da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Forma/[...]/ Estatuto Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ FHEMIG Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Organização Administrativa
Resumo:	#

3.3.3.4. Regulamentação

Indexação:	{a mesma da lei}
-------------------	-------------------------

Resumo:	Regulamenta, {tipo de norma} , {se houver resumo, o mesmo da lei}
----------------	---

Exemplo 1: Regulamentação

Tipo:	DEC 48.368, DE 17/02/2022
Ementa:	Regulamenta a Lei Complementar nº 165, de 17 de setembro de 2021, que estabelece regras gerais para a concessão de licença-paternidade aos servidores públicos e aos militares do Estado, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Licença-Paternidade Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Executivo
Resumo:	Estabelece regras gerais para a concessão de licença-paternidade aos servidores públicos e aos militares do Estado, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. O servidor público e o militar do Estado terão direito à licença-paternidade com duração de vinte dias corridos, a contar da data do nascimento do filho, da assinatura do termo judicial de adoção ou do termo judicial de guarda para fins de adoção de criança.

3.3.3.5. Organização Administrativa

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Organização Administrativa Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ {órgão/entidade}
Resumo:	#

Exemplo 1: Órgão ou entidade pública

Tipo:	DEC 48.159, DE 24/03/2021
Ementa:	Dispõe sobre a organização da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Organização Administrativa Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ ARMVA
Resumo:	#

Exemplo 2: Alteração ou regulamentação de Conselho Estadual

Tipo:	DEC 48.209, DE 18/06/2021
Ementa:	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Organização Administrativa

	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ CERH-MG
Resumo:	#

3.3.3.6. Delegação de competência

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Delegação de Competência Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ {órgão/entidade} Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto}
Resumo:	#

Exemplo 1: Secretário de Estado

Tipo:	DEC 48142, DE 25/02/2021
Ementa:	Delega competência aos Secretários de Estado de Planejamento e Gestão, de Fazenda e ao Advogado-Geral do Estado para a prática dos atos que menciona.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Delegação de Competência Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ SEPLAG Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ SEF Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ AGE Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Bens Imóveis
Resumo:	#

3.3.3.7. Gestão de pessoas

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ {órgão/entidade} Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ {assunto}
Resumo:	#

Exemplo 1: Processo Administrativo

Tipo:	DEC 48155, DE 19/03/2021
Ementa:	Dispõe sobre a suspensão do curso do prazo processual relativo aos processos administrativos nos órgãos e nas entidades do Poder Executivo.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Executivo Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Processo Administrativo
Resumo:	#

3.3.3.8. Gestão de bens móveis

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ {órgão/entidade} Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Patrimônio Público
Resumo:	#

Exemplo 1: Bens móveis

Tipo:	DEC 48.444, de 15/06/2022
Ementa:	Dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e serviços e o recebimento de bens móveis em comodato pela Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Executivo Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Bens móveis
Resumo:	#

Exemplo 2: Veículos

Tipo:	DEC 48.422, de 16/05/2022
Ementa:	Altera o Decreto nº 47.539, de 23 de novembro de 2018, que dispõe sobre a gestão da frota de veículos oficiais pertencente à administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e o Decreto nº 45.242, de 11 de dezembro de 2009, que regulamenta a gestão de material, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Executivo Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Bens Móveis
Resumo:	#

3.3.3.9. Política, Programa, Projeto ou Plano Estadual

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Política Pública Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto}
Resumo:	#

Exemplo 1: Política Estadual

Tipo:	DEC 48.419, de 16/05/2022
Ementa:	Dispõe sobre a Política Mineira de Promoção da Integridade.

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Política Pública Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Ética no Serviço Público
Resumo:	#

Exemplo 2: Programa Estadual

Tipo:	DEC 48.402, DE 07/04/2022
Ementa:	Altera o Decreto nº 47.389, de 23 de março de 2018, que dispõe sobre o Programa Estadual de Assistência Estudantil – PEAES.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Política Pública Thesaurus/ Tema /Educação/[...]/ Assistência ao Estudante
Resumo:	#

3.3.3.10. Programação Orçamentária

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ Orçamento Thesaurus/ Tempo /[...]/ {ano}
Resumo:	#

Exemplo 1: Programação Orçamentária

Tipo:	DEC 48.574, de 17/02/2023
Ementa:	Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2023 e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ Orçamento Thesaurus/ Tempo /[...]/ 2023
Resumo:	#

3.3.4. Projeto de Lei Ordinária e Lei Ordinária

Regras:

- Podem ser preenchidos os campos: “Indexação” (obrigatório) e “Resumo” (facultativo).
- Para os projetos de lei sobre imóvel, deve ser preenchido o pós-ementa com a destinação do imóvel, se for o caso, conforme a regra **2.5.4**.

- Para os projetos de lei e as leis sobre crédito, diferente dos decretos, deve-se inserir o nome do órgão/entidade beneficiário da suplementação.
- Para projetos de lei e leis sobre homenagem, o uso do destinatário é condicionado à sua existência no tesouro. Para profissões, se não houver a específica, usar “Profissional Especializado”. A área de atuação é obrigatória.
- Para os projetos de lei que tratam da criação de nomes de órgãos, entidades, órgãos colegiados ou autônomos, sempre indexar pelo termo geral. Deve-se criar o ente apenas quando o PL se tornar lei. Por esse motivo, nos PL’s, indexe também pelo assunto. O mesmo não precisa ser aplicado às leis e decretos. Veja os modelos em **3.3.4.15**.
- Quando for necessário incluir o termo “Monumento Cultural” nos documentos que tratam de “Patrimônio Cultural”, não é necessário indexar pelo descritor “Patrimônio Cultural”, conforme o modelo em **3.3.4.17**.
- As proposições não recebidas devem ser indexadas e resumidas (quando for o caso) normalmente.

3.3.4.1. Utilidade Pública

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública[...]/ Utilidade Pública Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ {município}
Resumo:	#

Exemplo 1: Utilidade Pública

Tipo:	LEI 24.179, de 14/06/2022
Ementa:	Declara de utilidade pública a Associação Comercial Industrial Agropecuária e de Serviços de Itanhandu – Aciasi –, com sede no Município de Itanhandu.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública[...]/ Utilidade Pública Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Itanhandu
Resumo:	#

3.3.4.2. Imóvel

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/Bens Imóveis/{ assunto } Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/{ município } Thesaurus/ Tema /[...]/{ tipo de imóvel }*
Resumo:	#

* Apenas para Desafetação, Estadualização, municipalização e transferências.

Exemplo 1: Lei de doação de imóvel

Tipo:	LEI 24.183, de 14/06/2022
Ementa:	Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guaranésia o imóvel que especifica.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Doação de Imóvel Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Guaranésia
Resumo:	#

Exemplo 2: Projeto de lei de doação de imóvel

Tipo:	PL 1822/2023
Ementa:	Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sete Lagoas o imóvel que especifica. (Destinação: instalação e funcionamento de órgãos públicos municipais.)
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Doação de Imóvel Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Sete Lagoas
Resumo:	#

Exemplo 3: Doação de imóvel por entidade ou órgão

Tipo:	PL 1282/2023
Ementa:	Autoriza a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig - a doar ao Estado o imóvel que especifica. (Destinação: manutenção e funcionamento da Escola Estadual Mário Campos e Silva.)
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Doação de Imóvel Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Oliveira
Resumo:	#

Exemplo 4: Alienação de imóvel

Tipo:	LEI 22.469, de 27/12/2016
--------------	---------------------------

Ementa:	Autoriza o Poder Executivo a alienar, por meio de venda, os imóveis que especifica.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Alienação de Imóvel Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Belo Horizonte Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Coromandel Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Divinópolis Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Uberaba Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Juiz de Fora Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Teófilo Otôni Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Timóteo Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Varginha
Resumo:	#

Exemplo 5: Aquisição de imóvel

Tipo:	LEI nº 11.496, de 16/06/1994
Ementa:	Autoriza o Poder Executivo a adquirir imóvel do Município de Jequitinhonha.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Aquisição de Imóvel Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Jequitinhonha
Resumo:	#

Exemplo 6: Lei de desafetação de imóvel

Tipo:	LEI 23.952, de 24/09/2021
Ementa:	Dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itabirito a área correspondente.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Desafetação Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Itabirito Thesaurus/ Tema /Transporte e Trânsito/[...]/ Rodovia
Resumo:	#

Exemplo 7: Projeto de lei de desafetação de imóvel

Tipo:	PL 1056/2023
Ementa:	Dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doar a área correspondente ao Município de Divinolândia de Minas. (Destinação: expansão urbana.)

Texto:	Parágrafo único – As áreas as quais se refere o caput integrarão o perímetro urbano do Município de Divinolândia de Minas e destinam-se à expansão urbana.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Desafetação Thesaurus/ Tema /Municípios.../[...]/ Divinolândia de Minas Thesaurus/ Tema /Transporte e Trânsito/[...]/ Rodovia
Resumo:	#

Exemplo 8: Permuta de imóvel

Tipo:	LEI 23.860, de 30/07/2021
Ementa:	Autoriza o Poder Executivo a permutar com o Município de Tapira os imóveis que especifica.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Permuta Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Tapira
Resumo:	#

Exemplo 9: Reversão de imóvel

Tipo:	LEI 23953, de 24/09/2021
Ementa:	Autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Ubá o imóvel que especifica.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Reversão Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Ubá
Resumo:	#

Exemplo 10: Cessão de imóvel

Tipo:	LEI 12076, DE 11/01/1996
Ementa:	Autoriza o Poder Executivo a ceder imóvel que especifica ao Município de Dorés do Indaiá.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Cessão Thesaurus/ Tema /[...]/ Dorés do Indaiá
Resumo:	#

Exemplo 11: Estadualização de rodovia

Tipo:	PL 3578 2022
Ementa:	Dispõe sobre a estadualização do trecho de estrada rodoviária que especifica e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Estadualização Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Buritis Thesaurus/ Tema /Transporte e Trânsito/[...]/ Rodovia
Resumo:	#

Exemplo 12: Transferência de trecho ou rodovia para o Estado

Tipo:	PL 3659 2022
Ementa:	Dispõe sobre a transferência do trecho rodoviário entre os Municípios de Felisburgo e Santa Helena de Minas para o Governo do Estado.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Estadualização Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Felisburgo Thesaurus/ Tema /[...]/ Santa Helena de Minas Thesaurus/ Tema /Transporte e Trânsito/[...]/ Rodovia
Resumo:	#

Exemplo 13: Municipalização de trecho ou rodovia

Tipo:	PL 3578 2022
Ementa:	Dispõe sobre a municipalização do trecho de estrada rodoviária que especifica e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Municipalização Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Contagem Thesaurus/ Tema /Transporte e Trânsito/[...]/ Rodovia
Resumo:	#

Exemplo 14: Incorporação de imóvel ao município

Tipo:	PL 2427 2021
Ementa:	Dispõe sobre a incorporação de trecho de rodovia pertencente ao Município de Lagoa dos Patos ao Estado.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/Bens Imóveis/ Municipalização Thesaurus/ Tema /Municípios.../[...]/ Lagoa dos Patos Thesaurus/ Tema /Transporte e Trânsito/[...]/ Rodovia

Resumo:	#
----------------	---

Exemplo 15: Dação em pagamento de imóvel

Tipo:	LEI 22808, DE 29/12/2017
Ementa:	Autoriza o Fundo Financeiro de Previdência – Funfip – a receber, mediante dação em pagamento, imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Dação em Pagamento Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Belo Horizonte
Resumo:	#

3.3.4.3. Denominação

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Denominação de Próprio Público Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ {município} Thesaurus/ Tema /[...]/ {tipo de imóvel}
Resumo:	#

Exemplo 1: Imóvel público

Tipo:	LEI 24.103, de 18/05/2022
Ementa:	Dá denominação a edifício do Ministério Público do Estado localizado no Município de Belo Horizonte.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Denominação de Próprio Público Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Belo Horizonte Thesaurus/ Tema /[...]/ Edifício-Sede
Nomes:	Edifício Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos.
Resumo:	#

Exemplo 2: Rodovia ou trecho de rodovia

Tipo:	LEI 24.046, de 18/04/2022
Ementa:	Dá denominação ao trecho da Rodovia MGC-497 que liga Uberlândia a Prata.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Denominação de Próprio Público Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Uberlândia Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Prata Thesaurus/ Tema /Transporte e Trânsito/[...]/ Rodovia

Nomes:	Rodovia Deputado Luiz Humberto Carneiro.
Resumo:	#

Exemplo 3: Estabelecimento de ensino

Tipo:	LEI 23.960, de 04/10/2021
Ementa:	Dá denominação a escola estadual situada no povoado de Candeal, no Município de Cônego Marinho.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Denominação de Próprio Público Thesaurus/ Tema /[...]/ Cônego Marinho Thesaurus/ Tema /[...]/ Estabelecimento de Ensino
Nomes:	Escola Estadual Professora Maria Gil de Almeida dos Santos.
Resumo:	#

Exemplo 4: Estabelecimento penal

Tipo:	LEI 23.298, de 24/04/2019
Ementa:	Dá denominação a presídio situado no Município de Presidente Olegário.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Denominação de Próprio Público Thesaurus/ Tema /[...]/ Presidente Olegário Thesaurus/ Tema /[...]/ Estabelecimento Prisional
Nomes:	Presídio Elzi Alves de Oliveira.
Resumo:	#

3.3.4.4. Crédito

Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ {tipo de crédito} Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ {órgão/entidade}
Resumo:	#

Exemplo 1: Crédito Suplementar

Tipo:	LEI 23.908, de 10/09/2021
Ementa:	Autoriza a abertura de crédito suplementar ao orçamento fiscal do Estado, nos termos que especifica.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ Crédito Suplementar

	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Poder Executivo Estadual
Resumo:	#

Exemplo 2: Crédito Especial

Tipo:	LEI 21.431, de 21/07/2014
Ementa:	Autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado para implantação da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais – Prevcom-MG.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Crédito Especial Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ PREVCOM-MG
Resumo:	#

Exemplo 3: Crédito Extraordinário

Tipo:	LEI 220, de 22/09/1948
Ementa:	Abre crédito extraordinário de Cr\$30.000,00.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Crédito Extraordinário Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ SEF
Resumo:	#

3.3.4.5. Datas Comemorativas

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação/[...]/ Calendário Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto} Thesaurus/[...]/ {ocupação ou destinatário}
Resumo:	#

Exemplo 1: Criação de dia

Tipo:	PL 3313 2021
Ementa:	Institui o dia 20 de novembro, data de aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e Dia Nacional da Consciência Negra, como feriado estadual.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Calendário Thesaurus/ Tema /Cultura/[...]/ Igualdade Racial Thesaurus/ Tema /Destinatário/[...]/ Negro
Resumo:	#

Exemplo 2: Criação de semana

Tipo:	PL 3124 2021
Ementa:	Institui a Semana e o Dia Estadual do Hip Hop.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Calendário Thesaurus/ Tema /Cultura/[...]/ Música Popular
Resumo:	#

Exemplo 3: Criação de mês

Tipo:	PL 756 2019
Ementa:	Institui o mês Maio Laranja e o Dia Estadual de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Estado e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Calendário Thesaurus/ Tema /Segurança Pública/[...]/ Exploração Sexual Thesaurus/ Tema /[...]/ Criança e Adolescente
Resumo:	#

Exemplo 4: Criação de ano

Tipo:	PL 3797 2022
Ementa:	Declara 2023 como o ano do Centenário de Fernando Sabino.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Calendário Thesaurus/ Tema /Cultura/[...]/ Literatura Brasileira Thesaurus/ Tema /[...]/Ocupação/ Escritor
Resumo:	#

3.3.4.6. Campanhas de Conscientização

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação/[...]/ Campanha de Conscientização Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto} Thesaurus/[...]/ {ocupação ou destinatário}
Resumo:	#

Exemplo 1: Criação de campanha como assunto principal

Tipo:	PL 793/2023
Ementa:	Institui a Campanha de Conscientização dos Riscos da Automedicação Animal no âmbito do Estado e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Campanha de Conscientização Thesaurus/ Tema /[...]/ Medicamento Thesaurus/ Tema /[...]/ Proteção aos Animais
Resumo:	#

Exemplo 2: Criação de campanha como assunto secundário (com resumo)

Tipo:	PL 676/2023
Ementa:	Proíbe o uso da inteligência artificial ou meio semelhante para a produção, reprodução, oferecimento, comércio, divulgação, transmissão ou porte de imagens que representem crianças ou adolescentes em cenas de sexo explícito ou implícito ou de cunho pornográfico no Estado e dá outras providências.
Texto:	Art. 5º – As autoridades competentes deverão promover campanhas de conscientização sobre os riscos do uso da inteligência artificial para a produção de conteúdo pornográfico infantojuvenil.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Informatização Thesaurus/ Tema /[...]/ Exploração Sexual Thesaurus/ Tema /[...]/ Criança e Adolescente Thesaurus/ Tema /[...]/ Campanha de Conscientização
Resumo:	Proíbe o uso de inteligência artificial para a produção, comércio, divulgação ou porte de imagens que representem crianças ou adolescentes em cenas de sexo explícito, implícito ou de cunho pornográfico, cabendo aos provedores de internet o monitoramento dos conteúdos. Determina que quem produzir ou distribuir imagens eróticas de crianças e adolescentes será obrigado a indenizar as vítimas. Prevê também a criação de campanhas de conscientização sobre os riscos do uso da inteligência artificial para a produção de conteúdo pornográfico infantojuvenil.

Exemplo 3: Criação de campanha em dias específicos

Tipo:	PL 3003/2021
Ementa:	Institui a Campanha Estadual de Prevenção e Conscientização da Síndrome ou Transtorno do Pânico, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de outubro, e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Campanha de Conscientização Thesaurus/ Tema /[...]/ Calendário Thesaurus/ Tema /[...]/ Transtorno de Pânico
Resumo:	#

3.3.4.7. Homenagem

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação[...]/ Homenagem Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto} Thesaurus/[...]/ {ocupação ou destinatário}
Resumo:	#

Exemplo 1: Título de cidadão honorário

Tipo:	PL 2133 1989
Ementa:	Concede o título de cidadão honorário do estado de Minas Gerais ao bispo auxiliar de Belo Horizonte, Dom Werner Siebenbrock.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação[...]/ Homenagem Thesaurus/ Tema /Cultura/[...]/ Religião Thesaurus/ Tema /Ocupação/[...]/ Profissional Especializado
Resumo:	#

Exemplo 2: Hino

Tipo:	PL 589 2015
Ementa:	Institui oficialmente como Hino do Estado a música Oh! Minas Gerais.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação[...]/ Homenagem Thesaurus/ Lugar /[...]/ Minas Gerais Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Símbolo
Resumo:	#

Exemplo 3: Comenda

Tipo:	PL 4032 2017
Ementa:	Institui a Comenda Padre Victor.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação[...]/ Homenagem Thesaurus/ Tema /[...]/Assistência Social Thesaurus/ Tema /[...]/Educação Thesaurus/ Tema /[...]/etc.
Resumo:	#

Exemplo 4: Medalha

Tipo:	PL 3298 2021
Ementa:	Institui a Medalha Policial Pacificador e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação[...]/ Homenagem Thesaurus/ Tema /Segurança Pública Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Policial Thesaurus/ Tema /[...]/ Bombeiro
Resumo:	#

3.3.4.8. Capital do Estado

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação[...]/ Capital Estadual Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto, ocupação ou destinatário} Thesaurus/[...]/ {município}
Resumo:	#

Exemplo 1: Título de capital do Estado

Tipo:	PL 3759 2022
Ementa:	Confere ao Município de Maria da Fé o título de Capital Mineira das Oliveiras e a reconhece como "A Cidade das Oliveiras".
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação[...]/ Capital Estadual Thesaurus/ Tema /Agropecuária/[...]/ Agricultura Thesaurus/ Tema /[...]/ Maria da Fé
Resumo:	#

Exemplo 2: Confere título ao município

Tipo:	PL 977 2023
Ementa:	Confere ao Município de Janaúba o título de Cidade do Sol.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Comunicação[...]/ Capital Estadual Thesaurus/ Tema /[...]/ Energia Solar Thesaurus/ Tema /[...]/ Janaúba
Resumo:	#

3.3.4.9. Selo e Certificação

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Indústria, Comércio e Serviços/[...]/ Selo Empresarial Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto}
-------------------	--

Resumo:	#
----------------	---

Exemplo 1: Selo

Tipo:	LEI 23536, de 08/01/2020
Ementa:	Institui o Selo Fiscal de Controle e Procedência da água e o Selo Fiscal Eletrônico de Controle e Procedência da água relativos a água mineral, natural ou potável de mesa e adicionada de sais.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Indústria, Comércio e Serviços/[...]/ Selo Empresarial Thesaurus/ Tema /Meio Ambiente/[...]/ Recurso Hídrico
Resumo:	#

3.3.4.10. Servidor público

Modelo 1: Servidor público

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ {assunto} Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ {órgão/entidade}
Resumo:	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio e do vencimento básico dos servidores {categoria profissional, se for o caso} , {órgão/entidade} , {valor} e {vigência, se houver}

Exemplo 1: Aumento/Reajuste salarial

Tipo:	PL 2338/2024
Ementa:	Fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais relativa ao ano de 2023.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Reajuste Salarial Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Poder Judiciário Estadual
Resumo:	Reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário em 4,18%, a partir de 1º/5/2023.

Exemplo 2: Criação, alteração e extinção de cargo

Tipo:	LEI 24.111, DE 27/05/2022
Ementa:	Cria e extingue cargos de provimento em comissão do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Criação de Cargo

	Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Extinção de Cargo Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ MPMG
Resumo:	Art. 1º: (...) Art. 2º: Extingue os cargos de Coordenador, Assessor, Assessor de Gabinete, Assessor Administrativo, Assessor Especial, Assessor Especial Administrativo, Gestor Administrativo de Secretaria, Coordenador, Assessor Jurídico-Administrativo Chefe, Médico-Chefe, Assessor de Comunicação Chefe, Superintendente, Assessor de Gabinete e Assessor Administrativo Especial, de provimento em comissão do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG.

3.3.4.11. Grupo de Trabalho

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ {órgão/entidade} Thesaurus/ Tema /[...]/ Comitê de Trabalho Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto}
Resumo:	#

Exemplo 1: Grupo de trabalho

Tipo:	LEI 13.604, DE 28/06/2000
Ementa:	Cria comissão especial para acompanhar os processos de desocupação de áreas invadidas para assentamento rural ou urbano no Estado.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Executivo Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Comitê de Trabalho Thesaurus/ Tema /Política Fundiária/[...]/ Assentamento Rural
Resumo:	#

3.3.4.12. Estatuto ou regulamento

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Forma/[...]/ {Regulamento/Estatuto} Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ {órgão/entidade} Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ {assunto}
Resumo:	#

Exemplo 1: Regulamento

Tipo:	LEI 2426, de 09/08/1961
Ementa:	Altera a redação do artigo 518, do Regulamento da Polícia Militar, aprovado pelo Decreto n. 7.712, de 16 de junho de 1927.

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Regulamento Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Força Pública de Minas Gerais Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Servidor Público da Segurança
Resumo:	#

Exemplo 2: Estatuto

Tipo:	LEI 5301, de 16/10/1969
Ementa:	Contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Estatuto Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ PMMG Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ CBBMG Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Policial Militar Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Bombeiro Militar
Resumo:	#

3.3.4.13. Fundos estaduais

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ {nome do fundo} Thesaurus/ Destinatários /[...]/ {nome do destinatário, se houver} Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto}
Resumo:	#

Exemplo 1: Projeto de lei de criação de Fundo Estadual

Tipo:	PL 2.799/2024
Ementa:	Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Turismo - Fetur - e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ Fundos Estaduais Thesaurus/ Tema /Turismo
Resumo:	#

Exemplo 2: Lei de criação de Fundo Estadual

Tipo:	LEI 23.475, de 02/12/2019
Ementa:	Institui o Fundo Estadual do Trabalho de Minas Gerais – FET-MG – e dá outras providências.

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ Fundo Estadual do Trabalho de Minas Gerais (FET-MG) Thesaurus/ Tema / Trabalho, Emprego e Renda
Resumo:	#

Exemplo 3: Alteração de lei de Fundo Estadual

Tipo:	LEI 23838, de 28/07/2021
Ementa:	Altera a Lei nº 11.744, de 16 de janeiro de 1995, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural – Funderur – e dá outras providências, e a Lei nº 21.156, de 17 de janeiro de 2014, que institui a política estadual de desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural (FUNDERUR) Thesaurus/ Tema /[...]/ Desenvolvimento Rural Thesaurus/ Tema /[...]/ Política Pública Thesaurus/ Tema /[...]/ Agricultura Familiar
Resumo:	#

3.3.4.14. Matéria orçamentária

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ {nome da lei} Thesaurus/ Tempo /[...]/ {data}
Resumo:	#

Exemplo 1: Publicação do PPAG

Tipo:	LEI 23.578, de 15/01/2020
Ementa:	Institui o Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2020-2023 – PPAG 2020-2023.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ PPAG Thesaurus/ Tempo /[...]/ Exercício 2020-2023
Resumo:	#

Exemplo 2: Revisão do PPAG

Tipo:	LEI 23.752, de 30/12/2020
Ementa:	Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, para o exercício 2021.

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ PPAG Thesaurus/ Tempo /[...]/ Exercício 2021
Resumo:	#

Exemplo 3: LDO

Tipo:	LEI 23.831, de 28/07/2021
Ementa:	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2022.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ LDO Thesaurus/ Tempo /[...]/ Exercício 2022
Resumo:	#

Exemplo 4: LOA

Tipo:	LEI 24.013, de 30/11/2021
Ementa:	Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2022.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ LOA Thesaurus/ Tempo /[...]/ Exercício 2022
Resumo:	#

Exemplo 5: Publicação do PMDI

Tipo:	LEI 15.032, de 20/01/2004
Ementa:	Estabelece o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ PMDI
Resumo:	#

Exemplo 5: Atualização do PMDI

Tipo:	LEI 23.577, de 15/01/2020
Ementa:	Atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ PMDI
Resumo:	#

Exemplo 6: Encerramento de exercício financeiro do Estado

Tipo:	DEC 48.720, de 10/11/2023
Ementa:	Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2023 para os órgãos e as entidades da Administração Pública.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Poder Executivo Estadual Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ Contas Públicas Thesaurus/ Tempo /[...]/ Exercício 2023
Resumo:	#

3.3.4.15. Organização Administrativa

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ {assunto} Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ {órgão/entidade}
Resumo:	{resumo}

Exemplo 1: Reforma Administrativa

Tipo:	LEI 23.304, de 30/05/2019
Ementa:	Estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Reforma Administrativa Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Poder Executivo Estadual
Resumo:	Estabelece estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo, compreendendo a administração direta e a indireta. Cria a Secretaria de Estado de Comunicação – Secom - e a Secretaria de Estado de Casa Civil – SCC. A Rádio Inconfidência e Fundação TV Minas Cultural e Educativa - Redeminas -, passam a vincular-se à Secom. Com isso, a Empresa Mineira de Comunicação - EMC -, antes vinculada à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Secult -, passa a ser vinculada à Secom. Vincula o Departamento de Trânsito de Minas Gerais - Detran-MG - à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag -, por meio da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito. É proposta, ainda, a extinção da Consultoria Técnico-Legislativa - CTL -, cujas funções passariam a ser desempenhadas pela Secretaria de Estado de Governo - Segov - e pela Secretaria-Geral - SG -, e da Vice-Governadoria. Por fim, prevê a criação de oito subsecretarias.

Exemplo 2: Alteração de nome de Órgão/Entidade

Tipo:	LEI 23.553, de 13/01/2020
Ementa:	Altera a sigla do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – Deer-MG – para DER-MG e dá outras providências.

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ DER-MG Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Organização Administrativa/Alteração de Unidade
Resumo:	#

Exemplo 3: Transformação de Órgão/Entidade

Tipo:	LEI 22.828, de 03/01/2018
Ementa:	Autoriza a transformação da empresa pública Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – em sociedade de economia mista.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ CODEMIG Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Organização Administrativa/Alteração de Unidade
Resumo:	#

Exemplo 4: Competência e alteração da estrutura de Órgão/Entidade

Tipo:	LEI 23.172, de 20/12/2018
Ementa:	Autoriza a Advocacia-Geral do Estado a não ajuizar, não contestar ou desistir de ação em curso, não interpor recurso ou desistir de recurso que tenha sido interposto nos casos que especifica e cria a Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ AGE Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Organização Administrativa/Alteração de Unidade
Resumo:	#

Exemplo 5: Extinção de Órgão/Entidade

Tipo:	LEI 22.293, de 20/09/2016
Ementa:	Extingue a Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário – Ruralminas – e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ RURALMINAS Thesaurus/ Tema /[...]/ Organização Administrativa/Extinção de Unidade
Resumo:	#

Exemplo 6: Organização de Secretaria de Estado

Tipo:	DEC 48.660, de 28/07/2023
--------------	---------------------------

Ementa:	Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ SEDESE Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Organização Administrativa
Resumo:	#

Exemplo 7: Projeto de Criação de Conselho Estadual

Tipo:	PL 1.979/2024
Ementa:	Cria o Conselho Estadual de Proteção e Bem-Estar Animal.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Criação de Unidade Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Conselho Estadual Thesaurus/ Tema /Meio Ambiente/[...]/ Proteção aos Animais
Resumo:	#

Exemplo 8: Lei de criação de Conselho Estadual

Tipo:	LEI 22.414, de 16/12/2016
Ementa:	Cria o Conselho Estadual da Juventude – Cejuve-MG – e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ CEJUVE-MG Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Criação de Unidade
Resumo:	#

Exemplo 9: Alteração ou regulamentação de Conselho Estadual

Tipo:	LEI 23.373, DE 09/08/2019
Ementa:	Altera a Lei nº 13.799, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da pessoa portadora de deficiência e cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ CONPED Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Alteração de Unidade
Resumo:	#

Exemplo 7: Projeto de Criação de Sistema Estadual

Tipo:	PL 2.218/2020
--------------	---------------

Ementa:	Institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtornos do Espectro Autista no Estado e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Criação de Unidade Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Sistema Estadual Thesaurus/ Tema /Meio Ambiente/[...]/ Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
Resumo:	#

Exemplo 8: Lei de criação de Sistema Estadual

Tipo:	LEI 24.786, de 6/6/2024
Ementa:	Institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo no âmbito do Estado.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Criação de Unidade Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo Thesaurus/ Tema /Meio Ambiente/[...]/ Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
Resumo:	#

3.3.4.16. Parque Estadual e Unidade de Conservação

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Meio Ambiente/[...]/ Parque Público Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ {município}
Resumo:	#

Exemplo 1: Criação de Parque Estadual

Tipo:	PL 1294/2023
Ementa:	Cria o Parque Estadual da Pedra do Cálice.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Meio Ambiente/[...]/ Parque Público Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Pains
Resumo:	#

Exemplo 2: Criação de Área de Proteção Ambiental - APA

Tipo:	LEI 22.428, de 20/12/2016
--------------	---------------------------

Ementa:	Cria a Área de Proteção Ambiental – APA – Parque Fernão Dias.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Meio Ambiente/[...]/ Área de Proteção Ambiental (APA) Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Betim Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Contagem
Resumo:	#

Exemplo 3: Criação de Monumento Natural

Tipo:	PL 1024/2023
Ementa:	Cria o Monumento Natural da Cachoeira da Belinha.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Meio Ambiente/[...]/ Monumento Natural (MONA) Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Piumhi
Resumo:	#

Exemplo 4: Transformação de Parque Estadual

Tipo:	LEI 22.897, de 11/01/2018
Ementa:	Transforma a Estação Ecológica Estadual de Sagarana, criada por decreto de 21 de outubro de 2003, no Parque Estadual de Sagarana.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Meio Ambiente/[...]/ Parque Público Thesaurus/ Tema /Meio Ambiente/[...]/ Estação Ecológica Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ Arinos
Resumo:	#

Exemplo 5: Dá ou altera a denominação de Parque Estadual

Tipo:	LEI 23.978, DE 16/11/2021
Ementa:	Altera a denominação do Parque Estadual da Lapa Grande, localizado no Município de Montes Claros.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Meio Ambiente/[...]/ Parque Público Thesaurus/ Tema /[...]/ Denominação de Próprio Público Thesaurus/ Tema /[...]/ Presidente Olegário
Nomes:	Parque Estadual da Lapa Grande Paulinho Ribeiro.
Resumo:	#

Exemplo 6: Alteração de limite geográfico

Tipo:	LEI 23.774, de 06/01/2021
--------------	---------------------------

Ementa:	Dispõe sobre a alteração dos limites da área do Parque Estadual da Serra do Papagaio, localizado nos municípios de Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Itamonte e Pouso Alto.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Meio Ambiente/[...]/ Parque Público Thesaurus/ Tema /Municípios ... [...]/ Aiuruoca Thesaurus/ Tema /Municípios ... [...]/ Alagoa Thesaurus/ Tema /Municípios ... [...]/ Baependi Thesaurus/ Tema /Municípios ... [...]/ Itamonte Thesaurus/ Tema /Municípios ... [...]/ Pouso Alto
Resumo:	#

3.3.4.17. Patrimônio Cultural

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Cultura/[...]/ Patrimônio Cultural Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto} Thesaurus/ Tema /Municípios e Desenvolvimento Regional/[...]/ {município}
Resumo:	#

Exemplo 1: Patrimônio Cultural de uma instituição

Tipo:	PL 3803 2022
Ementa:	Declara os clubes de tiros como patrimônio desportivo e cultural de Minas Gerais.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Cultura/[...]/ Patrimônio Cultural Thesaurus/ Tema /Esporte e Lazer/[...]/ Modalidade Esportiva
Resumo:	#

Exemplo 2: Relevante interesse social uma instituição

Tipo:	PL 256 2023
Ementa:	Reconhece como de relevante interesse social as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apaes - de Minas Gerais.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Patrimônio Cultural Thesaurus/ Tema /[...]/ APAES
Resumo:	#

Exemplo 3: Relevante interesse cultural um modo de fazer específico

Tipo:	PL 3796 2022
Ementa:	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o modo de fazer doce mineiro no tacho de cobre.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Cultura/[...]/ Patrimônio Cultural Thesaurus/ Tema /Indústria, Comércio e Serviços/[...]/ Produto Artesanal Thesaurus/ Tema /Cultura/[...]/ Culinária
Resumo:	#

Exemplo 4: Patrimônio Histórico de um lugar específico

Tipo:	PL 2903 2015
Ementa:	Declara patrimônio histórico do Estado de Minas Gerais o polo moveleiro de Belo Horizonte, situado na Avenida Silviano Brandão.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Cultura/[...]/ Patrimônio Cultural Thesaurus/ Tema /Indústria.../[...]/ Comércio Thesaurus/ Tema /Municípios.../[...]/ Belo Horizonte
Resumo:	#

Exemplo 4: Patrimônio Imaterial uma festa, um evento religioso, etc.

Tipo:	PL 3572 2022
Ementa:	Reconhece como de relevante interesse cultural e como patrimônio imaterial do Estado o Reinado de Nossa Senhora do Rosário da Colônia Santa Isabel, localizado no Município de Betim.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Cultura/[...]/ Patrimônio Cultural Thesaurus/ Tema /Cultura/[...]/ Religião Thesaurus/ Tema /Municípios.../[...]/ Betim
Resumo:	#

Exemplo 5: Patrimônio imaterial um monumento cultural.

Tipo:	PL 1451 2023
Ementa:	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Chaminé Olaria Jatobá, localizada na região do Barreiro, no Município de Belo Horizonte.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Cultura/[...]/ Monumento Cultural Thesaurus/ Tema /Municípios.../[...]/ Belo Horizonte
Resumo:	#

Exemplo 6: Circuito Turístico ou Roteiro Turístico

Tipo:	DEC 48585 2023
Ementa:	Altera o Decreto nº 48.074, de 29 de outubro de 2020, que dispõe sobre o "Circuito Liberdade" e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Turismo/[...]/ Circuito Turístico Thesaurus/ Tema /Municípios.../[...]/ Belo Horizonte
Resumo:	Art. 1º: Estabelece que o roteiro turístico "Circuito Liberdade" deve ser regulamentado por resolução conjunta da Fundação Clóvis Salgado – FCS - e da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult. Art. 2º: Determina que a integração de novos equipamentos culturais ao "Circuito Liberdade" se dará por ato da FCS, e não mais por ato da Secult. Art. 3º: Estabelece que o presidente da FCS indicará o Coordenador Executivo do "Circuito Liberdade", antes exercido pelo Superintendente de Bibliotecas, Museus, Arquivo Público e Equipamentos Culturais da Secult.

3.3.4.18. Política, Programa, Projeto ou Plano Estadual

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Política Pública Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto}
Resumo:	#*

* Não é necessário resumir um projeto ou uma lei que cria um política, programa, projeto ou plano estadual. No entanto, se houver assunto alheio ao principal ou alguma informação essencial, como as previstas no **item 2.2.4**, será necessária a elaboração de um resumo.

Exemplo 1: Política Estadual

Tipo:	PL 236/2023
Ementa:	Institui a política estadual de fornecimento gratuito de medicamentos formulados de derivado vegetal à base de canabidiol.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Política Pública Thesaurus/ Tema /[...]/ Programa Social Thesaurus/ Tema /[...]/ Gratuidade Thesaurus/ Tema /[...]/ Medicamento
Resumo:	#

Exemplo 2: Programa Estadual

Tipo:	PL 32/2023
--------------	------------

Ementa:	Cria o Programa Estadual de Coleta de Medicamentos Vencidos ou Estragados e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Política Pública Thesaurus/ Tema /Saneamento Básico/[...]/ Coleta Seletiva Thesaurus/ Tema /Saúde Pública/[...]/ Medicamento
Resumo:	#

Exemplo 3: Plano Estadual

Tipo:	LEI 23.203, de 27/12/2018
Ementa:	Institui o Plano Estadual de Enfrentamento da Pobreza no Campo.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Política Pública Thesaurus/ Tema /[...]/ Assistência Social
Resumo:	#

Exemplo 4: Projeto Estadual

Tipo:	PL 240/2023
Ementa:	Institui o projeto Escola Aberta, destinado a fomentar a prática de atividades culturais e esportivas aos finais de semana nas escolas da rede pública estadual de educação do Estado.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Política Pública Thesaurus/ Tema /[...]/ Ensino Público Estadual Thesaurus/ Tema /[...]/ Atividade Extracurricular
Resumo:	#

Exemplo 5: Portal Estadual

Tipo:	PL 520/2023
Ementa:	Institui o Portal TEA no âmbito do Estado e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/Tema/[...]/ Sítio Eletrônico Thesaurus/Destinatários/[...]/ Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
Resumo:	#

Exemplo 6: Política Estadual (com resumo)

Tipo:	PL 154/2023
--------------	-------------

Ementa:	Cria o Programa Mineiro Solidário de Incentivo à Produção e Consumo de Biodiesel - Soldiesel - e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /[...]/ Política Pública Thesaurus/ Tema /[...]/ Desenvolvimento Sustentável Thesaurus/ Tema /[...]/ Biodiesel Thesaurus/ Tema /[...]/ ICMS Thesaurus/ Tema /[...]/ Transferências Governamentais
Resumo:	Cria o Programa Mineiro Solidário de Incentivo à Produção e Consumo de Biodiesel – Soldiesel. Determina que o somatório das áreas destinadas ao plantio de oleaginosas para a produção de biodiesel será classificado como Área de Proteção Ambiental II, para efeito de distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - pertencente aos municípios. Estabelece a criação de um comitê gestor do Soldiesel.

3.3.4.19. Terra devoluta

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Municípios.../[...]/ Terra Pública Thesaurus/ Tema /Municípios.../[...]/ {município}
Resumo:	#

Exemplo 1: Terra devoluta

Tipo:	LEI 24.189, de 20/06/2022
Ementa:	Aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Municípios.../[...]/ Terra Devoluta Thesaurus/ Tema /Municípios.../[...]/ Felisburgo
Resumo:	#

3.3.4.20. Polo de Desenvolvimento

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Municípios.../[...]/ Polo de Desenvolvimento Thesaurus/ Tema /Municípios.../[...]/ {município} Thesaurus/ Tema /[...]/ {assunto}
Resumo:	#

Exemplo 1: Polo Agroindustrial

Tipo:	PL 3676 2022
--------------	--------------

Ementa:	Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Colar Metropolitano.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Municípios.../[...]/ Polo de Desenvolvimento Thesaurus/ Tema /Municípios.../[...]/ Colar Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte Thesaurus/ Tema /Municípios.../[...]/ Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) Thesaurus/ Tema /Agropecuária.../[...]/ Agroecologia
Resumo:	#

Exemplo 2: Polo Minerário

Tipo:	PL 1992 2020
Ementa:	Cria o Polo Minerário e Industrial do Lítio nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Municípios.../[...]/ Polo de Desenvolvimento Thesaurus/ Tema /Municípios.../[...]/ Jequitinhonha (Mesorregião) Thesaurus/ Tema /Municípios.../[...]/ Vale do Mucuri Thesaurus/ Tema /Mineração/[...]/ Lítio
Resumo:	#

3.3.4.21. Revogação de normas

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Revogação de Normas
Resumo:	Revoga leis estaduais sem eficácia sobre assuntos diversos.

Exemplo 1: Revogação de normas sobre assuntos diversos

Tipo:	PL 173 2023
Ementa:	Revoga as leis que menciona.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Revogação de Normas
Resumo:	Revoga leis estaduais sem eficácia sobre assuntos diversos.

3.3.5. Projeto de Lei Complementar e Lei Complementar

Regras:

- Devem ser preenchidos os campos: “Indexação” e “Resumo”.

3.3.5.1. Estatuto ou regulamento

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Forma/[...]/ {Regulamento/Estatuto} Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ {órgão/entidade} Thesaurus/Tema/Administração Pública/[...]/ {assunto}
Resumo:	#

Exemplo 1: Estatuto

Tipo:	LEI COMPLEMENTAR 153, de 02/04/2020
Ementa:	Altera a Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Forma/[...]/ Estatuto Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ PMMG Thesaurus/Tema/Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Policial Militar Thesaurus/Tema/Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Aposentado Thesaurus/Tema/Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Gratificação (Vantagem Pecuniária)
Resumo:	#

3.3.5.2. Organização Administrativa

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ {assunto} Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ {órgão/entidade}
Resumo:	#

Exemplo 1: Competência e estrutura de Órgão/Entidade

Tipo:	LEI COMPLEMENTAR 164, de 04/08/2021
Ementa:	Altera a Lei Complementar nº 65, de 16 de janeiro de 2003, que organiza a Defensoria Pública do Estado, define sua competência e dispõe sobre a carreira de Defensor Público e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ DPMG Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Organização Administrativa
Resumo:	#

Exemplo 2: Divisão Judiciária

Tipo:	LEI COMPLEMENTAR 157, de 06/01/2021
--------------	-------------------------------------

Ementa:	Altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Poder Judiciário Estadual Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Organização Judiciária
Resumo:	#

3.3.5.3. Fundos estaduais

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ {nome do fundo} Thesaurus/ Destinatários /[...]/ {nome do destinatário, se houver}
Resumo:	#

Exemplo 1: Criação de Fundo Estadual

Tipo:	LEI COMPLEMENTAR 77, de 13/01/2004
Ementa:	Cria o Fundo Financeiro de Previdência – FUNFIP – e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ FUNFIP
Resumo:	#

Exemplo 2: Alteração de Fundo Estadual

Tipo:	LEI COMPLEMENTAR 144, de 27/07/2017
Ementa:	Altera a Lei Complementar nº 66, de 22 de janeiro de 2003, que cria o Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – FEPDC – e o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Finanças Públicas/[...]/ FEPDC
Resumo:	#

3.3.5.4. Cargos públicos

Indexação:	Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ {assunto} Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ {órgão/entidade}
Resumo:	{nomes dos cargos}

Exemplo 2: Criação, transformação e extinção de cargo

Tipo:	LEI COMPLEMENTAR 139, de 03/05/2016
--------------	-------------------------------------

Ementa:	Dispõe sobre a transformação de cargos de Juiz de Direito em cargos de Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau, no âmbito da Justiça Comum Estadual, altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, e dá outras providências.
Indexação:	Thesaurus/ Tema /Trabalho, Emprego e Renda/[...]/ Alteração de Cargo Thesaurus/ Tema /Administração Pública/[...]/ Poder Judiciário Estadual
Resumo:	<p>Art. 1º: Transforma 10 cargos de juiz de direito, previstos no inciso I do art. 10 da Lei Complementar nº 59, de 2001, em 10 cargos de juiz de direito substituto de segundo grau.</p> <p>Art. 2º: Define que o juiz de direito substituto de segundo grau, entre outras funções específicas, atuará na substituição de desembargador e no auxílio à Justiça Comum Estadual de Segundo Grau do Estado de Minas Gerais, cabendo ao órgão competente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG – regulamentar a sua atuação. Determina também que não haverá substituição de desembargador por juiz de direito substituto de segundo grau no Tribunal Pleno e no Órgão Especial e que o juiz de direito substituto de segundo grau, durante a substituição, terá a mesma competência atribuída ao substituído, exceto quanto a matéria administrativa.</p> <p>Art. 3º: Dispõe que o provimento dos cargos de juiz de direito substituto de segundo grau dar-se-á, exclusivamente, por remoção, observado o critério do merecimento, dentre os juízes de direito de entrância especial que se encontrem na primeira quinta parte da lista de antiguidade.</p> <p>Art. 4º: altera o art. 9º da Lei Orgânica da Magistratura, para incluir o juiz de direito substituto de segundo grau entre os órgãos do Poder Judiciário Estadual.</p> <p>Art. 5º-11: Determina a criação da Comarca de Matipó, integrada pelos Municípios de Matipó, Caputira e Santa Margarida, considerando-se que 61% do total de processos da Comarca de Abre-Campo são oriundos do Município de Matipó.</p>

4. Conferência

4.1. No BRS, as conferências devem ser realizadas nas bases de dados DBMT5 e NJMG3.

4.2. A revisão contempla o preenchimento dos campos: Ementa (nos casos de pós-ementa), Indexação, Resumo, Evento e Apelido.

4.3. Nas proposições legislativas é necessário verificar se foi incluído o texto pós-ementa conforme previsto no manual:

- proposições que tratam de doação de imóvel;

- proposições cuja ementa não faz referência clara ao assunto em questão (atenção especial às Emendas à Constituição).
- emendas e substitutivos que alteram a denominação de entidade declarada de utilidade pública.

5. Entidades do SEA

A Assembleia Legislativa mantém o banco de dados Sistema de Eventos e Autoridades - SEA -, um catálogo de entidades, que compreende pessoas jurídicas do setor público, privado e da sociedade civil. Este catálogo está sendo utilizado pelo Silegis para cadastro controlado de destinatários das proposições legislativas, como requerimentos, mensagens e ofícios. Diante disso, a GIL é a responsável pela indexação destas entidades.

5.1. Regras gerais de preenchimento

Abaixo, encontram-se disponíveis as regras gerais para a indexação das entidades do SEA.

5.1.1. Apenas as entidades **ativas** e **visíveis para o Silegis** devem ser indexadas.

EA034: Relatório de Instituições

Parâmetros | Resultado

UF: Município:

Responsável: Tipo de Instituição:

Liberada p/ Impressão: Visível para o Silegis:

Indexadas no STH:

☐ Instituições sem categorias. ☐ Imprimir endereço

☐ Instituições com nome igual

☐ Instituições pendentes ☐ Instituições Inativas ☒ Ativas

Figura 2: Tela de geração de relatórios de pesquisa do SEA

5.1.2. A entidade deverá ser indexada apenas nas classes **Tema** e **Destinatários** do STH.

Registro 61560

Entidade: Associação Beneficente de Desenvolvimento das crianças e dos adolescentes dos Bairros de Belo Horizonte.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/Assistência Social/**Ação Socioassistencial**

Thesaurus/**Tema**/Indústria, Comércio e Serviço[...]/**Associação**

Thesaurus/**Destinatários**/[...]/**Criança e Adolescente**

5.1.3. As entidades serão indexadas pelo termo mais específico do Tesouro.

Registro 31243

Entidade: Biblioteca Pública Municipal de Carandaí.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/Administração Pública/[...]/**Secretaria Municipal**

5.1.4. As entidades privadas, assim como as entidades da sociedade civil, deverão ser indexadas dentro da árvore “Indústria, Comércio e Serviços”.

Registro 68537

Entidade: Editora Autêntica.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/Indústria, Comércio e Serviços/**Empresa Privada**

5.1.5. As entidades públicas da administração direta federal, assim como suas unidades administrativas, deverão ser indexadas pelo nome do órgão/entidade.

Registro 12987

Entidade: Comando da Marinha.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/Administração Pública/[...]/**Forças Armadas**

5.1.6. Quando o nome de uma entidade da administração indireta federal não estiver disponível, ela deverá ser classificada em “Autarquia Federal”, “Empresa Pública Federal”, “Fundação Pública Federal” e “Sociedade de Economia Mista Federal”. Quando houver necessidade de inclusão de nomes

de entidades não disponíveis no STH, a sugestão deve ser encaminhada ao Comitê Gestor do Thesaurus que decidirá pela inclusão ou não do termo no Thesaurus.

Registro 71331

Entidade: Agência Nacional de Mineração.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/Administração Pública/[...]/**Autarquia Federal**

5.1.7. As entidades públicas da administração direta estadual, assim como suas unidades administrativas, deverão ser indexadas pelo nome do órgão/entidade.

Registro 71337

Entidade: Escola Estadual Anália Carneiro dos Santos.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/Administração Pública/[...]/**Secretaria de Estado de Educação (SEE)**

5.1.8. As entidades da administração pública de outros estados não são incluídas no STH e deverão ser classificadas no nível mais específico disponível no tesouro.

Registro 10343

Entidade: Governadoria do Estado da Bahia.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/Administração Pública/[...]/**Poder Executivo (Outros Estados)**

5.1.9. Os órgãos e as entidades da administração municipal de Minas Gerais, assim como de outros estados, não são incluídos no STH, exceção à BHTrans, e deverão ser classificados no nível mais específico disponível no tesouro.

Registro 29264

Entidade: Biblioteca Pública Municipal.

Indexação:

Thesaurus/**Tema**/Administração Pública/[...]/**Secretaria Municipal**

5.1.10. As entidades não devem ser classificadas por “nome geográfico”. Por uma recomendação da GTI, os municípios não devem ser incluídos na

classificação, pois as entidades do SEA já contam com o campo município preenchido pelo Sistema de Localidades - SLO.

6. Bibliografia

ATIENZA, C. A. *Documentação jurídica: introdução à análise e indexação de atos legais*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

BAPTISTA, Dulce Maria; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique (Org.). *Organização da informação: abordagens e práticas*. Brasília: Thesaurus, 2015.

BOCCATO, Vera Regina Casari; GRACIOSO, Luciana Souza (Orgs.). *Estudos de linguagem em ciência da informação*. Campinas, SP: Alínea, 2011.

DIAS, Eduardo José Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. *Análise de assunto: teoria e prática*. Brasília: Thesaurus, 2007. 116 p. (Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação; 3)

FUJITA, Mariângela S. L. (Org.). *A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

NAVES, Madalena M. L.; KURAMOTO, Hélio (orgs.). *Organização da informação: princípios e tendências*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2006.

LANCASTER, Frederick Wilfred. *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2004. 452 p.

OLIVEIRA, Elaine Ricevich de (Coord.). *Análise e representação de assuntos: diretrizes para a Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI*. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Biblioteca, 2007.

SHINTAKU, Milton [et. al.]. *Guia sobre a construção de tesouros*. Brasília: Ibict, 2021.

TORRES, Simone; ALMEIDA, Maurício Barcellos. *Introdução ao estudo da documentação jurídica: a caracterização do documento jurídico*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013. 134 p.